

CÁSSIO HENRIQUE GOMIDE PAPA

Neutralização moral e violência entre adolescentes no Município de São Paulo - Projeto São Paulo para o desenvolvimento social de crianças e adolescentes

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientador: Dr (a): Maria Fernanda Tourinho Peres

(Versão corrigida. Resolução CoPGr 6018/11, de novembro de 2011. A versão original está disponível na Biblioteca da FMUSP)

SÃO PAULO

2020

CÁSSIO HENRIQUE GOMIDE PAPA

**Neutralização moral e violência entre adolescentes no Município de
São Paulo - Projeto São Paulo para o desenvolvimento social de
crianças e adolescentes**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientador: Dr(a): Maria Fernanda Tourinho Peres

(Versão corrigida. Resolução CoPGr 6018/11, de novembro de 2011. A versão original
está disponível na Biblioteca da FMUSP)

SÃO PAULO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Papa, Cassio Henrique Gomide
Neutralização moral e violência entre
adolescentes no Município de São Paulo - Projeto São
Paulo para o Desenvolvimento Social de Crianças e
Adolescentes / Cassio Henrique Gomide Papa. -- São
Paulo, 2020.
Dissertação(mestrado)--Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo.
Programa de Saúde Coletiva.
Orientadora: Maria Fernanda Tourinho Peres.

Descritores: 1.Violência/prevenção & controle
2.Neutralização moral 3.Desengajamento moral
4.Violência juvenil 5.Agressão 6.Violência escolar
7.Bullying 8.Moralidade

USP/FM/DBD-305/20

Responsável: Erinalva da Conceição Batista, CRB-8 6755

Agradecimentos

À professora Maria Fernanda Tourinho Peres por me encaminhar nos estudos sobre a saúde coletiva, epidemiologia e violência. Agradeço à disponibilidade e generosidade para avaliar e criticar meus textos, foram anos de aprendizado intenso sob sua orientação.

Ao departamento de Medicina Preventiva, seus funcionários e docentes que proporcionaram momentos ímpares de aprendizado e trocas e ideias.

A meus pais que sempre me apoiaram de modo incondicional nas minhas escolhas e, sempre tiveram a paciência de acolher minhas inquietações, anseios, frustrações e sucessos que encontrei nesse longo percurso.

À minha avó Ginetta que dentre as inúmeras contribuições que fez em minha vida despertou o interesse e prazer na literatura.

À Vanessa minha companheira de todas as jornadas de vida e que desde o início do relacionamento prove suporte afetivo e intelectual para o crescimento de ambos.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação do mestrado e que contribuíram com sugestões valiosas para a elaboração da dissertação final.

Aos pesquisadores do SP-PROSO que em reuniões semanais propiciaram um espaço único para analisar criticamente textos e artigos científicos.

Dedico este trabalho a todos que colaboraram física, psíquica e emocionalmente: à equipe SP-PROSO; a meus pais e à Vanessa, minha eterna companheira de todas as viagens.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
1.1 Panorama da violência juvenil	8
1.2 Violência como problema de saúde pública e teorias criminológicas	16
1.3 Neutralização Moral	21
1.4 Neutralização Moral e violência	28
1.5 Fatores associados ao comportamento violento na infância e adolescência e sua relação com Neutralização Moral	35
1.5.1 Neutralização Moral e características individuais	35
1.5.2 Neutralização Moral e fatores contextuais	40
1.6 Neutralização Moral e Intervenções	49
2. Objetivos	55
3. Justificativa	56
4. Metodologia	58
4.1 População de estudo, amostra e coleta de dados	58
4.2 Desenho de estudo e amostra do SP-Proso	58
4.3 Instrumento de coleta de dados	60
4.4 Aspectos éticos	61
4.5 Variáveis do estudo	62
4.6 Modelos de análise	70
4.6.1 Análise dos fatores associados à Neutralização Moral	71
4.6.2 Análise da associação entre Neutralização Moral e Perpetração da violência	77
5. Resultados	79
5.1 Características da amostra	79
5.2 Neutralização Moral – Análise descritiva	82
5.3 Prevalência de perpetração de violência – Análise descritiva	97
5.4 Fatores associados à neutralização moral	102
5.5 Análise de robustez dos resultados – Fatores associados com Neutralização moral	107
5.6 Associação entre Neutralização Moral e perpetração de violência	112
6. Discussão	119
6.1 Fatores associados à Neutralização Moral	120
6.2 Perpetração da violência e associação com Neutralização Moral	128
6.3 Prevalência e fatores associados ao comportamento violento	129

6.4 Associação entre Neutralização Moral e Violência	134
7. Conclusão	139
8. Limitações	141
9. Referências Bibliográficas	144

Resumo

Papa CHG. *Neutralização moral e violência entre adolescentes no Município de São Paulo - Projeto São Paulo para o Desenvolvimento Social de Crianças e Adolescentes* [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 2020.

A prevenção da violência baseada em evidências científicas vem apresentando avanços notórios nas últimas décadas. Em contrapartida, a literatura sobre o tema é escassa em países de baixa e média renda onde há os maiores índices de violência. Compreender a natureza dos mecanismos causais envolvidos na violência é primordial para definir prioridades de intervenção. A neutralização moral consiste em mecanismos cognitivos nos quais os indivíduos que geralmente são cumpridores de regras e padrões morais podem transgredir tais regras sem que se sintam culpados ou responsáveis pelos atos. A concordância com tais mecanismos está associada com o comportamento violento e *bullying* entre adolescentes. O presente estudo utilizou dados coletados no âmbito do Projeto São Paulo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes (SP-PROSO) realizado com estudantes de 9^o. Ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo. Os objetivos do presente estudo são: 1. Descrever o recurso à neutralização moral da agressividade em adolescentes; 2. Descrever a prevalência de perpetração de violência; 3. Investigar os fatores associados à neutralização moral entre adolescentes considerando: características sócio demográficas, experiências de violência, práticas parentais, características do grupo de pares, relação com a escola e características individuais e; 4. Investigar a associação entre neutralização moral e perpetração de violência após ajuste para potenciais variáveis de confusão. Análise descritiva, bivariada e multivariada foram utilizadas para análise dos dados. Os modelos de análise apresentados pelo presente estudo corroboram a hipótese de que as percepções e atitudes dos adolescentes em relação à diferentes contextos e esferas de socialização influenciam a aceitação dos mecanismos de neutralização moral. Neutralização moral também se mostrou associada com violência após controle para variáveis de confusão. Até onde sabemos, este é o primeiro estudo realizado em país de baixa renda que testou formalmente a associação da neutralização moral da agressividade com uma ampla gama de fatores individuais, relacionais e contextuais com base no modelo ecológico. A identificação e reconhecimento dos mecanismos de neutralização moral pode subsidiar estratégias de enfrentamento dos discursos e atitudes que sustentam a violência nas suas variadas formas. Nossos resultados são robustos e consistentes com literatura internacional e tem claras implicações na prevenção da violência juvenil.

Descritores: Violência/prevenção & controle; Neutralização moral; Desengajamento moral; Violência juvenil; Agressão; Violência escolar; *Bullying*; Moralidade.

Abstract

Papa CHG. *Moral neutralization of aggression among adolescents in São Paulo city, Brazil - results from the São Paulo Project for the Social Development of Children and Adolescents* [dissertation]. São Paulo: “Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo”; 2020.

The violence prevention based on scientific knowledge has been successful in the last decades mainly among high income countries. In contrast, the literature is scarce in low- and middle-income countries where are the highest levels of violence. Understanding the causal mechanisms related to violence is crucial to define intervention priorities. Moral neutralization represents a cognitive mechanism in which individuals who are generally rule abiding and complying with common moral standards can commit transgressive acts without feels guilt or responsible for that. The approval of this mechanisms is associated with violent behavior and bullying among adolescents. This study used data of students from the 9^o grade in São Paulo municipality collected for the São Paulo Project for the Social Development of Children and Adolescents (SP-PROSO). The aims of this study are: 1. Describe moral neutralization of aggressive behavior in adolescents. 2. Describe the prevalence of violence perpetration. 3. Investigate the factors associated with moral neutralization taking into account: socio demographic characteristics, experience of violence, parental practices, characteristics of the peer groups, relation with school and individual characteristics. 4. Investigate the association between moral neutralization and violence perpetration (history of serious violence in the last year and bullying) after adjustment of potential confounders. Descriptive, bivariate and multivariate analysis were performed. Our results support the hypothesis that adolescent’s perceptions and attitudes regarding different contexts influence the acceptance of moral neutralization mechanisms. Moral neutralization also demonstrated positive association with violence perpetration even after the inclusion of cofounding variables. As far as we know, this is the first study to formally evaluate the association of moral neutralization with a wide variety of individual and contextual factors based on ecologic model. Identify and recognize moral neutralization mechanisms could support intervention strategies that counteract violent discourses and attitudes. Our results are robust and consistent with international literature having implications for youth violence prevention.

Descriptors: Violence/prevention & control; Moral neutralization; Moral disengagement; Juvenile/Youth violence; Aggression; School violence; Bullying; Morals.

1. Introdução

1.1 Panorama da violência juvenil

A violência está associada a uma variedade de impactos sociais negativos e é uma das principais causadoras de morte, doenças e incapacidades funcionais em todo o mundo. Mais de 1,3 milhões de pessoas morrem no mundo a cada ano como resultado de algum tipo de violência nas suas variadas formas (auto infligida, interpessoal ou coletiva) perfazendo 2,5% da mortalidade geral (BUTCHART, 2015). Países de baixa e média renda da África e das Américas tem os maiores índices de violência no mundo e, por consequência, também apresentam os maiores indicadores de anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (MURRAY, 2012). Dentre eles, o Brasil desponta como o país com maior número de anos de vida perdidos por violência dentre membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) (MURRAY, DE CASTRO CERQUEIRA, KAHN, 2013); os elevados custos individuais e coletivos podem ser dimensionados pela grande proporção da morbidade (sexta causa de admissões hospitalares) e mortalidade (terceiro lugar na mortalidade) que acomete o país (REICHENHEIM, 2011).

Globalmente, no período de 2000-2012, as taxas de homicídio tiveram uma tendência geral de queda em aproximadamente 16% (de 8 para 6,7 por 100.000 habitantes), fato que ocorreu de maneira mais acentuada entre os países de renda elevada, 39% (de 6,2 para 3,8 por 100.000 habitantes). Estima-se que a taxa de homicídios na região das Américas seja de 28,5 homicídios por 100.000 habitantes, na África a taxa chega a 10,9 e, na região do Pacífico Ocidental 2,1 por 100.000 habitantes (BUTCHART, 2015). No Brasil, houve um aumento significativo nas taxas de homicídio nas últimas três décadas passando de 11,7 homicídios a cada 100.000 habitantes em 1980 para 28,9/100 mil em 2013 (MURRAY, DE CASTRO CERQUEIRA, KAHN, 2013).

Os dados brasileiros a respeito do desfecho violento mais grave, o homicídio entre jovens, são estarrecedores. O Brasil tem a terceira maior taxa de homicídio de jovens no mundo, estando atrás apenas de México e El Salvador. Entre 1980 e 2014, o número de crianças e jovens vítimas de homicídio cresceu 476,4% e a taxa de homicídio cresceu 485%. Adolescentes de 16-17 anos de idade são especialmente acometidos por esse tipo de violência. Somente no ano de 2014 foram assassinados 1.686 adolescentes (WAISELFISZ, 2017). Entretanto, cumpre ressaltar que as mortes representam apenas uma pequena fração do enorme impacto social e na saúde que advém da violência.

Devido à sua grande contribuição na carga global de doenças e morte prematura a Organização Mundial de Saúde lançou um relatório em 2002 no qual afirmava que a violência pode ser evitada e, para tanto, seria necessária a identificação de fatores de risco para prover medidas preventivas efetivas e em tempo hábil (KRUG et al., 2002). Em 2014, nova resolução adotada pela OMS clama pelo desenvolvimento de um plano de ação global para fortalecer o papel do sistema de saúde na abordagem da violência interpessoal principalmente entre mulheres, meninas e crianças entre 0 e 18 anos (BUTCHART, 2015). Desde então, a violência interpessoal, que inclui a violência infantil e juvenil, a violência entre parceiros íntimos, a violência sexual e o abuso de idosos, têm se destacado como foco dos esforços da prevenção baseada em evidências científicas (BUTCHART, 2015). Isto ocorre por diversos fatores, tais como: atingir uma ampla porcentagem da população diariamente em todos os países; ser um fator de risco para outros problemas sociais e de saúde; ser previsível em termos de pessoa, tempo e espaço; e, principalmente, a existência de evidências consistentes para sua prevenção (KRISCH et al., 2015).

Segundo definição da OMS, violência deve ser entendida como “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou

contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. (WHO, 1996). Nota-se, portanto, que há uma série de manifestações e tipos de violência. Tal definição traz em si a ideia de que a violência é fenômeno altamente disseminado, multifacetado e praticado tanto em âmbito familiar quanto comunitário. Em relação à infância e adolescência, são subdivididos seis tipos de violência que podem ocorrer em diferentes fases do desenvolvimento: maus-tratos; *bullying*, violência juvenil, violência praticada por parceiros íntimos (ou violência doméstica), violência sexual e, violência psicológica ou emocional (WHO, 2016). O presente estudo trata da violência juvenil; a motivação da violência não é posta em questão sendo o recorte da violência juvenil simplesmente etário.

A violência juvenil é definida como aquela que ocorre entre indivíduos na faixa etária de 10 a 29 anos que não têm relação de parentesco e talvez não se conheçam e que, geralmente, é praticada fora de casa (WHO, 2015). São exemplos de violência juvenil o *bullying*, agressões físicas com ou sem armas, até formas mais graves como violência sexual e homicídios (WHO, 2015; NORMAN et al., 2012). Há associação significativa entre a violência juvenil e piores desfechos em saúde e má adaptação psicossocial com aumento do risco de desenvolver transtornos mentais, usar drogas psicoativas, adquirir doenças sexualmente transmissíveis devido ao aumento do comportamento de risco sexual, além de serem reportadas maiores taxas de tentativas de suicídio (NORMAN et al., 2012; BUTCHART, 2015). É importante ressaltar o fato de que tais efeitos deletérios da violência são observados tanto em vítimas quanto em perpetradores (LYNCH, 2003; BROWN et al., 2009; FOWLER et al., 2009).

Dados brasileiros da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) com amostra de 102.301 escolares, realizada em 2015, demonstram que 23,4% dos escolares

entrevistados responderam ter tido, pelo menos uma vez, envolvimento em ao menos uma briga e/ou luta física nos 12 meses anteriores à pesquisa. Cerca de 8% dos escolares declararam envolvimento em alguma briga com arma branca nos 30 dias anteriores à pesquisa, sendo mais frequente entre alunos do sexo masculino (10,6%) comparado ao feminino (5,4%). E, 5,7% dos escolares (7,9% dos meninos e 3,7% das meninas) relataram o envolvimento em briga na qual alguém usou alguma arma de fogo nos 30 dias anteriores à pesquisa (IBGE, 2016).

A forma mais comum de violência juvenil é o *bullying* o qual é caracterizado por atos repetidos e intencionais de opressão, humilhação, discriminação, agressão e dominação de pessoas ou grupos sobre outras pessoas ou grupos, subjugados pela força dos primeiros (OLWEUS, 2013). Para as vítimas, os danos se referem à ansiedade, depressão, dificuldades de relacionamento, autoestima fragilizada, além de outros transtornos psiquiátricos que podem culminar no suicídio. Os agressores, por sua vez, apresentam mais problemas de conduta e estão mais propensos a revelar comportamentos violentos e envolver-se com a criminalidade (FEKKES et al., 2006; PATTON et al., 2013). Estudos consistentemente vem demonstrando que as crianças envolvidas na prática de *bullying*, bem como em outros tipos de violência, estão mais propensas a apresentar comportamentos antissociais durante a adolescência e a fase adulta (PATTON et al., 2013; SOURANDER et al., 2007).

No estudo *Health Behavior in School-Aged Children* (HBSC) realizado com amostra multinacional de escolares com aproximadamente 200.000 crianças de 40 países da Europa, EUA e Israel, 10,7 % relataram praticar *bullying*, 12,6 % relataram ser vítimas de *bullying* e 3,6 % relataram terem simultaneamente praticado e sofrido *bullying*. Houve uma variação regional significativa. Entre meninas, por exemplo, a prevalência de envolvimento com *bullying* variou de 4,8 % a 35,8 %, sendo a prevalência média de

15,8% (INCHLEY, CURRIE, 2013). Essas variações podem refletir diferenças socioculturais, mas também evidenciam o impacto da implementação de políticas e programas criados para tratar da questão.

De modo geral, meninos apresentam maior prevalência de perpetração de *bullying* quando comparados com meninas; já as meninas apresentam maior prevalência de vitimização por *bullying*. No Brasil, de acordo com o estudo PENSE de 2015, 7,4% dos escolares (7,6% dos meninos e 7,2% das meninas) afirmaram que se sentiram humilhados por provocações feitas pelos colegas de escola nos 30 dias anteriores à pesquisa. Quando questionados sobre a perpetração de *bullying*, ou seja, se haviam esculachado, zombado, mangado, intimidado ou caçoado algum de seus colegas de escola nos 30 dias anteriores à pesquisa, 19,8% responderam afirmativamente com diferença importante entre meninos e meninas (IBGE, 2016). No estudo, a prática de *bullying* mostrou-se mais prevalente no sexo masculino, entre os que relatam solidão e insônia. Além disso, a prática de *bullying* também esteve associada com o consumo de álcool, tabaco, experimentação de drogas ilícitas e início da atividade sexual; ou seja, tais associações demonstram que a prática de *bullying* está associada a distintos desfechos negativos em saúde entre os adolescentes (MALTA et al., 2014; LOCH et al. 2020).

O fato de a violência ser fenômeno complexo em que fatores individuais, contextuais e sociais estão inter-relacionados sugere que os diferentes tipos de comportamento violento podem ter importantes diferenças geográficas sendo primordial a realização de pesquisas em diversos locais. Entretanto, a maior parte das pesquisas comportamentais ainda é realizada com populações de países que já foram denominadas como “WEIRD” - acrônimo em inglês das palavras ocidental, educado, industrializado, rico e democrático - uma alusão ao fato de que tais populações são pouco representativas da população mundial (HENRICH, HEINE, NORENZAYAN, 2010). Em contrapartida,

a maior parte da população mundial é proveniente dos países de média e baixa renda, onde se concentram os maiores índices de violência. Extensa revisão bibliográfica a respeito dos fatores de risco para comportamento antissocial, incluindo a violência, encontrou apenas 39 estudos longitudinais realizados em países de baixa e média renda dentre aproximadamente 60.000 estudos avaliados (MURRAY et al., 2018).

A literatura sobre fatores de risco envolvidos no desenvolvimento de comportamentos violentos demonstra que as diferenças individuais são persistentemente elevadas durante o curso da vida (FARRINGTON, 1998) mas, fatores ambientais ou eventos adversos na infância podem modificar significativamente as trajetórias que conduzem ao comportamento violento (DAHLBERG, POTTER, 2001). Modelos que avaliam longitudinalmente a relação dos fatores protetores e de risco para o desenvolvimento de condutas violentas comprovam a tese de que o acúmulo de fatores de risco é associado com maiores níveis de comportamento violento. Entretanto, deve-se ressaltar que em qualquer momento na trajetória de vida há fatores moderadores e de mediação que podem alterar a associação com o desfecho violento (STODDARD, ZIMMERMAN, BAUERMEISTER, 2012).

Por exemplo, em estudo realizado na China buscou-se avaliar se a associação com pares delinquentes poderia mediar a associação entre a vitimização por pares e o comportamento agressivo entre adolescentes. Os resultados demonstraram que a associação com pares delinquentes pode ser um fator mediador entre a vitimização por pares e o comportamento violento. Porém, as relações estabelecidas com os pais podem moderar essa associação, isto é, podem amplificá-la ou diminuí-la (LIN et al., 2018).

De modo geral, há uma curva unimodal idade-crime na qual a prevalência de transgressões é baixa na infância e início da adolescência, atinge o pico no meio da adolescência e decresce subsequentemente. Nesta curva idade-crime são diferentes as

características dos atos transgressores e violentos ao longo da vida. Por exemplo, comportamentos não agressivos de quebra de regras tais como o vandalismo, pequenos furtos, absenteísmo escolar são mais frequentes durante a adolescência (BURT, 2012; VAN LIER et al., 2009; TREMBLAY, 2010).

Na fase da adolescência, a experimentação, a exploração e a tomada de risco são mais normais que patológicas; trata-se de um período de aumento dos comportamentos de risco, da busca por sensações e onde a recompensa tem maior proeminência que a punição (GEIER, 2013). Transformações notáveis ocorrem a nível cerebral em conjunto com outras alterações biológicas da puberdade e subseqüentes interações culturais, econômicas e psicossociais, as quais modificam o modo pelo qual os adolescentes pensam, sentem e se comportam (SPEAR, 2013). Pesquisas recentes sobre o desenvolvimento do cérebro adolescente sustentam a hipótese de que regiões relacionadas ao circuito de busca e recompensa desenvolvem-se antes das responsáveis pelo planejamento de ações e controle emocional (STEINBERG, 2010; STRANG, CHEIN, STEINBERG, 2013; WHO, 2014).

Os comportamentos estabelecidos durante esse período podem persistir durante a vida adulta com impacto direto na saúde física e mental, no consumo de substâncias psicoativas, na aquisição de hábitos dietéticos, dentre outros. Experiências de saúde vivenciadas durante a adolescência tem implicações a médio e longo prazos para os indivíduos e sociedade e, as desigualdades em saúde observadas na vida adulta são parcialmente determinadas por circunstâncias de vida precoces (INCHLEY, CURRIE, 2013). Apesar disso, a população jovem normalmente é negligenciada como um grupo populacional nas estatísticas de saúde (INCHLEY, CURRIE, 2013).

Priorizar a fase da adolescência nas novas agendas da saúde pública é crucial visto que comportamentos de risco à saúde tem início ou são reforçados durante a segunda

década de vida (WHO, 2014). Para a formulação de intervenções efetivas focadas no público juvenil faz-se necessária a compreensão das interações dinâmicas entre fatores protetores, de risco, moderadores e mediadores da violência. Países como o Brasil em que os elevados índices de violência coexistem com escassez de dados correm o risco de manter políticas pouco efetivas para diminuir o impacto da violência. Assim, há uma demanda urgente no investimento em pesquisas e coleta sistemática de dados com estimativas confiáveis da frequência e das tendências da violência, principalmente nos locais onde suas nefastas consequências são uma realidade diária.

1.2 Violência como problema de saúde pública e teorias criminológicas

Na história da humanidade a violência parece ser um fenômeno onipresente com amplas variações no tempo e no espaço (NIVETTE, 2011). Trata-se de fenômeno complexo cujas indagações acerca de suas origens e o modo pelo qual as sociedades e instituições lidaram com a questão sempre demandaram a incorporação de diferentes campos do conhecimento. Entretanto, apenas recentemente houve um esforço no sentido de construir um arcabouço teórico a partir da interdisciplinaridade (EISNER, 2011). Isso resultou em notório desenvolvimento da prevenção da violência e do crime baseada em evidência nas últimas quatro décadas, principalmente em países da Europa e Estados Unidos (EISNER, MALTI; 2012; SUMNER et al., 2015). Por outro lado, a área da saúde permaneceu por longo período lidando apenas com as consequências físicas e psíquicas que apareceriam como consequência da violência, sendo relativamente recente o reconhecimento de que a violência, em si, é um problema de saúde pública (KRUG et al., 2002).

A criminologia emerge como disciplina independente das ciências sociais na década de 60. Nessa época grande parte da literatura e da compreensão da violência e do crime baseava-se no conceito da delinquência juvenil e na busca de fatores de risco sociais. Sustentava-se a hipótese de que os jovens delinquentes não compartilhavam dos ideais e valores da sociedade pois não haviam conseguido atingir os sonhos da classe média e, por isso, teriam adotado o sistema de valores das subculturas delinquentes. Os atos delinquentes seriam, por sua vez, realizados por determinados grupos adeptos a normas e regras da subcultura, frutos de um meio social desfavorecido (CULLEN, WILCOX, 2010; DAHLBERG, MERCY, 2009). A teoria das técnicas de neutralização surge nessa época como um contraponto à ideia dos teóricos da subcultura de que os delinquentes rejeitam os valores convencionais da sociedade e que fatores sociais

conseguiriam explicar os mecanismos causais do crime. Argumentava-se que justificativas e racionalizações poderiam estar implicados na etiologia do comportamento violento pois, além de impedir o indivíduo de sentir culpa pelos atos, os legitimavam e os tornavam possíveis (MATZA, SYKES, 1961). Isso provoca grande repercussão nos estudos de criminologia e leva a uma mudança no paradigma dos estudos sobre fatores determinantes da violência pois sugere-se que os fatores sociais explicariam apenas em parte a emergência da violência. Surgem, então, modelos etiológicos mais complexos na busca por fatores preditores e protetores de violência com a assimilação de diferentes campos do saber tais como a psicologia, a sociologia e a psiquiatria (CULLEN, WILCOX, 2010; MARUNA, COPES, 2005).

Nessa mesma época, a saúde pública passou a incorporar os métodos de enfrentamento das doenças infecciosas e das doenças não transmissíveis para lidar com violência, ou seja, medidas preventivas focadas na mudança de comportamento as quais começaram a mostrar os primeiros resultados positivos em meados da década de 80. Enquanto as taxas de doenças infecciosas declinavam vertiginosamente, as taxas de homicídio e suicídio elevaram-se progressivamente afetando de maneira desproporcional populações socialmente desfavorecidas. Tais fatores tornavam imperiosa a elaboração de medidas efetivas para prevenção e redução da violência (DAHLBERG, MERCY, 2009).

Somente na *Assembléia Mundial de Saúde de 1996* a violência foi declarada como um dos principais problemas de saúde no mundo, através da resolução WHA49.25, e incorporada à agenda internacional de Saúde. Foram criadas três frentes de atuação para a OMS e os Estados-membros: 1. A elaboração de relatório com mensuração do impacto da violência; 2. Avaliação da efetividade de programas de prevenção com especial enfoque em mulheres, crianças e iniciativas comunitárias e; 3. Promoção de iniciativas

para superar os problemas relacionados com violência em nível internacional e em cada país (DAHLBERG, KRUG, 2006; WHO, 1996).

Alguns anos mais tarde, a OMS adotou o modelo ecológico como o referencial teórico de base para identificação dos fatores de risco, proteção e os mecanismos causais da violência (KRUG et al., 2002). Tal modelo é baseado na premissa que nenhum fator único pode explicar porque alguns grupos estão sob maior risco de violência interpessoal enquanto outros são mais protegidos. Este modelo concebe a violência interpessoal como resultado da interação de fatores individuais, de relacionamentos estabelecidos, comunitários e sociais com interseções e conexões entre os diferentes níveis (KRUG et al., 2002). Teorias criminológicas, a exemplo da teoria da ação situacional (SAT) (WIKSTRÖM, 2006) também tem avançado na tentativa de compreender os mecanismos causais envolvidos na violência para definir prioridades de intervenção, ampliando, em certa medida o modelo ecológico (PERES et al., 2018). A SAT (WIKSTRÖM, 2009) tenta estabelecer os processos causais do comportamento violento fundamentando-se na ideia de que a ação humana é resultado de como as pessoas percebem suas possibilidades de ações e como elas fazem suas escolhas. A SAT compreende o comportamento violento como resultante de um processo causal que envolve três níveis de determinação interconectados que envolvem mecanismos proximais (individuais e situacionais), intermediários e distais (sócio estruturais) (WIKSTRÖM, 2006;2009).

Os mecanismos proximais individuais incluem a capacidade de autocontrole, atitudes diante do uso da violência como forma de resolução de conflitos, estratégias cognitivas que neutralizam ou legitimam a violência contra outros, aspectos emocionais como sentimento de vergonha, culpa, empatia e confiança no próximo, habilidades pessoais para resolução de conflitos e habilidade para tomada de decisão diante de situações que envolvem riscos e/ou benefícios. A teoria afirma que os atos de crime e

violência são o produto de uma interação entre características situacionais (provocações, tentações e contextos morais) e o processo de tomada de decisões individuais, o qual é amplamente influenciado pela moralidade individual e pela capacidade de exercitar o autocontrole (WIKSTRÖM, 2009; WIKSTRÖM et al., 2011).

Numa determinada situação de provocação ou tentação em determinado contexto moral, os atos de violência seriam esperados: 1. Quando um indivíduo não tem as regras morais internalizadas para a situação correspondente e age violentamente por considerar a violência uma opção legítima e; 2. Quando um indivíduo é incapaz de exercer o autocontrole ao ser confrontado com tentações e provocações (WIKSTRÖM, 2006; 2009).

Os pilares do desenvolvimento da prevenção da violência baseada em evidência foram a pesquisa básica dos fatores de risco para a violência, pesquisas experimentais sobre a efetividade das intervenções e meta análises como uma maneira de resumir as principais informações (EISNER, MALTI, 2012). Tais avanços reforçaram a hipótese de que a violência poderia ser prevenida. Assim, foi possível a formulação de um plano para atingir a meta global de redução da violência em 50% nos próximos 30 anos (KRISCH et al., 2015). Para tanto, é necessária a ação conjunta com esforços e colaborações intersetoriais sustentados, principalmente, nos países de média e baixa renda que abrigam os maiores índices de violência.

Na abertura da sociedade americana de criminologia em 2012, Messner (2012) refere-se ao despertar da criminologia para a moralidade. O autor destaca que a partir da análise da moral é possível integrar a SAT – uma teoria do crime de nível individual – com teorias criminológicas de nível contextual ou institucional.

A saúde pública e o sistema criminal compartilham teorias, abordagens e medidas preventivas; tal como a SAT e o modelo ecológico. A integração de ambas disciplinas é

desejável e constitui oportunidade para desenvolver teorias e intervenções dentro de um mesmo paradigma teórico capaz de explorar de maneira consistente essa intersecção.

1.3 Neutralização moral

Tanto o modelo ecológico proposto pela OMS quanto a SAT compreendem o fenômeno da violência a partir das complexas e múltiplas interações dinâmicas entre fatores contextuais e individuais (KRUG et al., 2002; WIKSTRÖM, 2009; PERES et al., 2018). Dentre esses fatores é reconhecido o papel dos valores e normas que podem sustentar a ideia de que a violência não é apenas normal, mas justificável (WHO, 2009). As normas de condutas e valores morais não são fixas e rígidas mas há situações em que as pessoas seletivamente neutralizam a moral, racionalizam e justificam moralmente suas atitudes antiéticas para não ter de arcar com os custos (a culpa e vergonha) que podem surgir após uma infração ética ou moral (BANDURA, 2002a; RIBEAUD, EISNER, 2010). Os mecanismos que permitem a suspensão temporária de regras e padrões morais para a execução de atos violentos/transgressores são conhecidos como desengajamento/neutralização moral, importante fator de risco para a violência juvenil (WHO, 2017; RIBEAUD, EISNER, 2010).

O modelo da SAT proposto por Wikström oferece importante alternativa para compreensão entre a relação do indivíduo, a partir de sua moralidade e capacidade de autocontrole, com as relações contextuais e interpessoais que favorecem ou inibem um ato de crime ou violência (WIKSTRÖM et al., 2011; WIKSTRÖM, 2009).

A SAT almeja ser uma teoria geral do crime e da violência que consegue explicar uma variedade de tipos e circunstâncias da violência. Nesta perspectiva, atos de violência e crime são considerados ações morais. Parte-se da premissa de que os indivíduos são “essencialmente seres guiados por regras” (WIKSTRÖM, 2009), mais especificamente por regras de conduta sociais que são compartilhadas socialmente e que modelam o comportamento humano. O planejamento das ações individuais dá-se a partir do processo pelo qual indivíduos interpretam seus ambientes morais e as possibilidades de ação. Os

crimes e atos de violência são considerados ações morais, nas palavras de Wikström, por tratar-se de “ações que quebram regras de conduta sobre o que pode ser certo ou errado em determinadas circunstâncias” (WIKSTRÖM, 2009). Seguindo esse raciocínio, indivíduos propensos a praticar atos de violência ou crime consideram tais atos como uma alternativa aceitável dentro de um campo de possibilidades de ação (WIKSTRÖM, 2009).

O entendimento que os indivíduos têm sobre as leis, as regras de convivência com a sociedade bem como sobre as instituições que aplicam as leis é conhecido por socialização legal (TRINKNER, COHN, 2014). Este processo tem início na infância por meio das experiências no ambiente familiar, escolar e comunitário. Experiências negativas de injustiça e desonestidade com as autoridades pode levar à interpretação de que a lei e os agentes que a aplicam são ilegítimos, injustos e, por consequência, a adoção de comportamentos antissociais através dos mecanismos de neutralização moral torna-se mais atrativa (FAGAN, TYLER, 2005).

Segundo Wikström (2009), indivíduos evitam realizar determinadas transgressões não por temer as consequências, mas por não considerarem que esta é uma atitude legítima e aceitável. Os indivíduos interpretam os contextos - sejam eles instituições, espaços públicos ou o próprio lar - a partir de sua própria moralidade e avaliam os riscos de sanções para então transgredirem as normas de conduta ou, pelo contrário, racionalizam e inibem a conduta transgressora (WIKSTRÖM, 2009). A percepção de que há uma ameaça de punição caso seja realizado um ato transgressor é irrelevante nos indivíduos não propensos ao ato transgressor ou criminoso pois estes indivíduos sequer consideram tal possibilidade de ação (WIKSTRÖM, 2009).

É importante ressaltar a ideia de que, em grande parte, os indivíduos que cometem transgressões e/ou violências reconhecem que as atitudes não estão de acordo com as normas e convenções sociais. A moralidade diz respeito à regulação de ações que afetam

os direitos e o bem-estar dos outros (NUCCI, 2001). As convenções sociais, por outro lado, representam as tradições, costumes e autoridades que proveem aos indivíduos as expectativas e normas sociais esperadas a respeito de um comportamento apropriado em diferentes contextos sociais (NUCCI, 2001). Para lidar com essa contradição desagradável - entre uma percepção de moral intacta e a violação de regras de conduta - lançam mão dos mecanismos de racionalização e legitimação da violência (BANDURA, 1996).

Recentemente, Ribeud e Eisner (2010) propuseram o conceito ampliado de neutralização moral da agressividade em adolescentes a partir de instrumentos metodológicos correlatos de diferentes campos do conhecimento. Todos tentam explicar a maneira pela qual indivíduos que se consideram cumpridores e seguidores dos padrões morais vigentes cometem atos transgressores sem sentir-se culpados ou responsáveis pelos atos (RIBEUAD, EISNER, 2010): as técnicas de neutralização introduzidas no campo da criminologia por Sykes e Matza (1957); as distorções cognitivas secundárias propostas por Barriga e Gibbs (1996) no campo da psicologia e; o desengajamento moral da teoria sócio cognitiva de Bandura (1996). A unificação tem por objetivo reduzir a complexidade e replicação desnecessária de teorias e terminologias além de integrá-lo num quadro conceitual mais amplo da causalidade do crime e violência que concebe a violência como uma ação moral dentro da teoria da ação situacional (SAT).

Sykes e Matza (1957;1961) defendiam a ideia de que a delinquência era sustentada em justificativas das condutas transgressoras consideradas válidas pelos delinquentes, mas não pelo sistema legal ou pela sociedade como um todo. As justificativas protegeriam o indivíduo dos sentimentos de culpa e vergonha. Os autores afirmavam que as técnicas de neutralização antecederiam o comportamento transgressor e permitiam diferenciar entre os que poderiam ou não ser vítimas (SYKES, MATZA, 1957; MATZA, SYKES, 1961).

Sykes e Matza (1957) consideram a existência de cinco técnicas de neutralização: 1. Negação da responsabilidade (o autor pode se definir como não tendo responsabilidade sobre seus atos); 2. Negação dos danos consequentes ao ato violento/transgressor (o autor não consegue reconhecer os danos às vítimas, sente que seu comportamento apenas contraria as leis); 3. Negação da vítima (o autor pode aceitar a responsabilidade dos atos, mas, redefine o papel da vítima, por exemplo, concebendo a vítima como malfeitor que merece uma punição); 4. Condenação dos condenados (o autor muda o foco da atenção de seus próprios atos para os motivos e comportamentos daqueles que desaprovam sua atitude) e; 5. Apelo às lealdades mais elevadas (as demandas um grupo social menor ao que o autor pertence se sobrepõe às demandas da sociedade como um todo e permite que controles sociais internos e externos sejam neutralizados) (SYKES, MATZA, 1957).

As distorções cognitivas, por sua vez, são definidas como atitudes, pensamentos e crenças não verídicas ou imprecisas. Barriga e Gibbs (1996) consideram as atitudes egocêntricas como sendo as distorções cognitivas primárias caracterizadas por descartar ou escassamente considerar a legitimidade e visão dos outros em detrimento de sua própria visão, expectativas, necessidades e sentimentos imediatos. A distorção cognitiva primária antecede e facilita o comportamento antissocial e, caso haja ameaça ao ego as distorções cognitivas secundárias oferecem suporte. Estas podem ser caracterizadas como racionalizações pré ou pós transgressões que servem para neutralizar a consciência ou culpa e, dessa maneira, evitar danos à autoimagem como consequência de um comportamento transgressor. As distorções cognitivas secundárias seriam: culpar os outros; minimizar ou rotular incorretamente o comportamento antissocial como não causador de dano; considerar o pior, ou seja, atribuir intenções hostis aos outros.

As distorções cognitivas são associadas aos problemas comportamentais que infligem danos ao outro, variando desde mentiras a discussões até brigas físicas e roubos

(HELMOND, OVERBEEK, BRUGMAN, 2012). Tal conceito tem sido utilizado no campo da criminologia e da psicologia tanto para a compreensão dos mecanismos envolvidos na violência quanto para sustentação teórica de programas que visam diminuir as distorções cognitivas de jovens com comportamentos antissociais (BRUGMAN, GIBBS, 2010). O conceito faz parte, por exemplo, do paradigma teórico que sustenta o programa EQUIP, uma abordagem cognitiva comportamental com ênfase na perspectiva social e reestruturação cognitiva que tem por objetivo ensinar indivíduos com problemas comportamentais a agir responsavelmente (VAN STAM et al., 2014). O programa foi criado a partir do entendimento de que jovens transgressores têm atraso no desenvolvimento sócio moral, evidenciado pelos julgamentos imaturos e marcadamente autocentrados; tem diversas atitudes em que aparecem as distorções cognitivas e; não tem habilidades sociais para lidar com situações de conflitos interpessoais. Tal programa tem sido implementado e replicado com sucesso em locais da América do Norte e Europa (VAN STAM et al., 2014).

Por fim, o desengajamento moral se insere na teoria sócio cognitiva de Bandura (BANDURA 1999, BANDURA et al., 1996). Para o autor, a agência moral é aprendida e cultivada através da comunidade em que o indivíduo desenvolve suas relações sociais, ou seja, o comportamento moral seria determinado pela combinação de fatores pessoais com as influências contextuais e sociais (BANDURA, 2002b). No curso da socialização os padrões morais seriam adotados para atuarem como facilitadores ou inibidores das condutas. Uma vez internalizados os padrões de conduta teriam o papel de regular as ações através de mecanismos regulatórios e auto sanções as quais podem ou não ser ativadas no curso das ações. Aceita-se a premissa de que os indivíduos tendem a fazer coisas que produzem satisfação, elevam a autoestima e evitam ações que violam seus os padrões morais e que podem resultar em autocondenação, culpa e vergonha. Portanto, os

padrões morais exerceriam grande influência na agressividade ao ditarem as regras de quando é permitido determinado comportamento que pode causar danos aos outros e quando, pelo contrário, deve-se evitar determinada conduta repreensível com objetivo de evitar auto sanções (BANDURA 1990, 2002a).

Para Bandura (1990) há oito mecanismos cognitivos responsáveis pelo desengajamento moral que podem ser divididos em três *loci* principais. A primeira parte dos mecanismos opera na reconstituição cognitiva do próprio comportamento: 1. Justificação moral (Condutas cruéis são aceitas social e pessoalmente quando ressignificadas como socialmente desejáveis por razões morais); 2. Eufemismo linguístico (A linguagem modela padrões do pensamento nas quais as ações são constituídas fazendo com que as atividades adquiram diferentes aparências dependendo de como elas são chamadas); 3. Comparação vantajosa (A comparação com uma ameaça atual real ou possível confirma que uma ação danosa pode evitar mais sofrimento humano).

A segunda parte dos mecanismos são práticas que operam no sentido de minimizar o papel ativo no dano causado no outro, são eles: 4. Deslocamento da responsabilidade (Justifica-se as ações como consequência de ordens das autoridades, isenta-se de responsabilidade); 5. Difusão de responsabilidade (Quando todos são responsáveis ninguém se sente responsável) e; 6. Distorção e negligência das consequências (Quando os danos aos outros são minimizados ou distorcidos há poucos motivos a autocensura).

Os mecanismos finais de desengajamento moral dependem da maneira pela qual os perpetradores de violência vêm suas vítimas. São divididos em: 7. Desumanização das vítimas (as qualidades humanas individuais das vítimas são descartadas) e 8. Atribuição de culpa (as pessoas violentas vêm elas mesmas como vítimas irrepreensíveis forçadas a tomar determinada conduta por conta de provocações impetuosas).

A partir da intersecção conceitual das teorias apresentadas acima, Ribeaud e Eisner (2010) identificaram cinco mecanismos principais: 1. Distorção das consequências; 2. Assumir o pior; 3. Culpar a vítima; 4. Minimizar responsabilidade e, 5. Reestruturação cognitiva. A neutralização moral não é suficiente para a compreensão de toda a etiologia dos atos transgressores; porém, pode ser compreendida como um fator proximal na cadeia causal dos mecanismos que levam à violência (RIBEUD , EISNER, 2010).

Grande parte da produção científica utilizada como referencial teórico do presente estudo fez uso da teoria do desengajamento moral de Bandura. Visto que há evidente intersecção conceitual com a neutralização moral, iremos utilizar ambos termos no decorrer do estudo a depender da referência bibliográfica a que estaremos nos referindo.

1.4 Neutralização moral e violência

Quando comparadas entre si, as crianças e adolescentes com maior aceitação dos mecanismos de desengajamento ou neutralização moral demonstram maior agressividade, (GINI, POZZOLI, , HYMEL, 2014; RIBEAUD , EISNER, 2015), incluindo o comportamento de *bullying* (HYMEL, ROCKE-HENDERSON, BONANNO, 2005; BJÄREHED et al., 2019), bem como menos empatia (BUSSEY, FITZPATRICK , RAMAN, 2015), menos sentimento de culpa em relação aos comportamentos transgressores (MAZZONE et al, 2018), e menos comportamento pró social, incluindo defender as vítimas de *bullying* (THORNBERG, JUNGERT, 2013) sendo importante preditor de agressividade e violência futura.

É importante ressaltar que a neutralização moral está em consonância com a SAT, a qual traz a ideia de que a realização ou inibição de atos transgressores é resultado da avaliação do contexto e do tipo de transgressão que os indivíduos fazem a partir de seus princípios e valores. Nesse sentido, é importante enfatizar algumas semelhanças entre as teorias da ação situacional, do desengajamento moral e das técnicas de neutralização.

Conforme descrito anteriormente, a teoria das técnicas de neutralização de Sykes e Matza (1957) representaram uma mudança de paradigma nos estudos da criminologia. Anteriormente a ela, postulava-se que os indivíduos criminosos e/ou transgressores fariam parte de uma subcultura delinvente na qual compartilhavam ideias e valores. Sykes e Matza, em contrapartida, consideravam que as atitudes de neutralização somente seriam necessárias para indivíduos que tem comprometimento com o meio social no qual convivem. Tais indivíduos necessitariam lançar mão das técnicas de neutralização com objetivo de diminuir/cessar a culpa e vergonha de atos transgressores.

Tal ideia também está presente no conceito do determinismo recíproco de Bandura (1978;1999), o qual considera que no desenvolvimento do funcionamento moral a

assimilação de normas e condutas ocorre de maneira gradativa a partir das influências sociais e interpessoais. Segundo o autor, as perspectivas e noções individuais influenciam a maneira pela qual os indivíduos interpretam os ambientes, ao mesmo tempo em que também são modificadas pelos efeitos e consequências que suas próprias ações causam nos outros (BANDURA, 1978). Para Bandura (1999), o desengajamento moral e o comportamento moral desenvolvem-se gradualmente num processo recíproco ao longo do tempo. Inicialmente, indivíduos tendem a exercer formas mais brandas de transgressão de normas e agressividade ao passo que modificam os julgamentos cognitivos e emoções associadas ao comportamento que contradiz os princípios morais. Na medida em que as auto reprovações e as emoções advindas dos atos diminuem, o nível de crueldade aumenta e atos antes considerados repugnantes são naturalizados (BANDURA, 1999).

Morris e Copes (2012) demonstraram que as atitudes de neutralização da moral e seus efeitos nas condutas transgressoras são frequentemente contextualizadas pelo tipo de transgressão e pelo nível de comprometimento com as normas sociais. Neste estudo, os autores avaliaram longitudinalmente diferentes formas de transgressão, tal como mentir ou roubar. Os achados reforçam a ideia de que a neutralização moral não é estática e demonstram que atos transgressores são contextualizados e interpretados de maneira diferente de acordo com o comprometimento do indivíduo com as normas sociais. Isso leva a pensar que fatores culturais também devem influenciar a aceitação ou não de neutralização moral e explica, em parte, o fato de que tem sido consistentemente relatada na literatura a associação entre a aceitação dos mecanismos de desengajamento moral e diferentes desfechos agressivos ou transgressores tais como: *bullying* (HYMEL et al., 2005), *cyberbullying* (BUSSEY, QUINN, DOBSON, 2015), condutas antiéticas no local de trabalho (BARSKY, 2011), no uso de doping em esportes (HODGE et al., 2013), dentre outros.

Alguns estudos avaliam o papel do desengajamento moral como mediador de efeitos entre preditores individuais de violência e desfechos violentos (HYDE, SHAW, MOILANEN, 2010; DELISI et al., 2014). Outros estudos consideram o desengajamento moral como moderador de efeito, ou seja, como um fator capaz de reduzir ou aumentar a magnitude ou direção do efeito de uma ou mais variáveis predictoras (independentes) na variável de resposta (variável dependente) (GINI, POZZOLI, BUSSEY, 2015; WANG et al., 2017).

Desengajamento moral mostrou atuação como mediador entre duas emoções associadas com o comportamento agressivo, a raiva e a hostilidade. A raiva é avaliada como um componente emocional (p.ex.: perda de controle rapidamente) enquanto que a hostilidade é considerada um componente cognitivo, de racionalização (p.ex.: “eu sei que amigos falam sobre mim pelas costas”). O estudo demonstra que tanto a raiva quanto a hostilidade estão associadas com agressividade física e verbal mas enfatizam o fato de que o desengajamento moral é crucial para dar acesso às tendências agressivas (RUBIO et al., 2016).

Para Caprara e colaboradores (2014), a irritabilidade pode refletir a incapacidade da pessoa em controlar reações raivosas podendo se transformar em sentimentos de ódio e hostilidade levando a busca da agressividade e violência como meios de recuperar a autoestima e a reputação. De acordo com esse raciocínio, quanto mais irritada uma pessoa é mais ela é inclinada à hostilidade e maior a tendência em ativar mecanismos de desengajamento moral para evitar sentimentos antecipatórios de culpa, vergonha e medo de punição. Em análise longitudinal com participantes acompanhados dos 17 aos 25 anos de idade o padrão das relações entre as variáveis - hostilidade, irritabilidade e desengajamento moral - permaneceu estável ao longo do tempo. O autor sugere que ocorre uma cristalização gradual da mentalidade (jeito de agir e pensar) no qual a

tendência à irritação, revanche e desengajamento moral convergem para promover e sustentar comportamento violento e agressivo (CAPRARA et al., 2014).

Uma outra linha de estudos avalia como o desengajamento moral atua em indivíduos com traços de personalidade psicopática. A capacidade de sentir emoções desconfortáveis resultantes de dilemas morais é necessária para impulsionar a socialização da moralidade e, frequentemente, é expressa em atos normativos em relação aos outros. A psicopatia é caracterizada pela relativa incapacidade de ter experiências emocionais desagradáveis, embora haja um entendimento do que pode ser considerado certo ou errado. Jovens com altos traços de psicopatia parecem ser pouco afetados pelos mecanismos de desengajamento moral. Em contraste, jovens com baixos scores na medida de psicopatia podem lançar mão dos mecanismos de desengajamento moral para mediar o envolvimento em transgressões (WANG et al., 2017). O desengajamento moral parece ser mecanismo essencial para impulsionar indivíduos com baixo risco a cometerem atos transgressores (DELISI et al.; 2014).

Há extensa literatura demonstrando o papel do desengajamento moral em associação com o comportamento de *bullying e cyberbullying*. Apesar de a maioria das crianças considerar o *bullying* altamente imoral (THORNBERG et al., 2016), grande proporção continua a praticar tal atitude e o desengajamento moral aparece mais uma vez como facilitador.

Apesar de haver poucos estudos explorando as mudanças no desengajamento moral ao longo do tempo, eles apontam para a tendência de declínio da aceitação dos mecanismos de desengajamento ou neutralização moral (SHULMAN et al., 2011; PACIELLO et al., 2008). Estudo longitudinal realizado com adolescentes italianos mostrou que o desengajamento moral diminui principalmente na idade entre 14 a 16 anos e, de maneira menos evidente até os 20 anos de idade. Argumenta-se que a tendência de

diminuição do desengajamento moral pode ser decorrente da nova fase da vida na qual os adolescentes têm de fazer escolhas diante de dilemas morais que carregam consequências relevantes para si próprios e para os outros. Argumenta-se que isso leva os jovens a atribuir a perspectiva do outro em suas decisões, o que reduz a aceitação de mecanismos de legitimação do uso da violência (PACIELLO et al., 2008).

Paciello e colaboradores (2008) identificaram quatro possíveis trajetórias no desenvolvimento do desengajamento moral em adolescentes dos 14 aos 20 anos de idade. No primeiro grupo, indivíduos com escores baixos de desengajamento moral que permaneceram baixos. O segundo grupo começou com níveis moderados e apresentou tendência de queda. O terceiro grupo começou com altos níveis depois declinou. Por fim, o quarto grupo, denominado como grupo crônico, começou e manteve níveis médios/elevados (PACIELLO et al., 2008). Meta-análise realizada com 27 estudos e participantes com idade entre 8–18 anos demonstrou que a associação entre desengajamento moral e agressividade é moderada pela idade e apresenta-se mais fortemente associada em adolescentes quando comparados com crianças. O estudo sugere que desengajamento moral pode se tornar a orientação cognitiva que influencia os atos agressivos (GINI et al., 2014). Tais achados reforçam a constatação já apresentada em outros estudos de que apesar de a maioria dos adolescentes apresentarem algum tipo de comportamento agressivo/transgressor, apenas uma pequena parcela torna-se cronicamente violenta e pequena parcela dos adolescentes contribuem para a maioria dos atos transgressores/infracionais (TRAJTENBERG, EISNER, 2013; TREMBLAY, 2000).

Um estudo longitudinal realizado nos EUA com alunos do 5º ao 9º ano avaliou se o desengajamento moral poderia preceder o *bullying* e vice-versa. A tendência geral é de diminuição do comportamento de *bullying* devido à internalização de normas contra o *bullying*. Porém, em um subgrupo de estudantes observa-se o aumento do comportamento

de *bullying* na medida em que se tornam mais velhos, e tal aumento ocorre por meio do desengajamento moral (WANG et al., 2017).

Alguns estudos vêm sustentando a linha de raciocínio na qual a neutralização moral e a violência/agressividade são fenômenos intrinsecamente interligados e que se retroalimentam. Tillman et al. (2018) propõe um modelo em que o desengajamento moral é entendido como presente em mais de uma fase do comportamento violento, com múltiplas funções regulatórias. Argumenta-se que os mecanismos de desengajamento moral também atuam para lidar com emoções indesejáveis após condutas violentas e transgressoras. Assim, o desengajamento moral permitiria não apenas o engajamento em condutas antiéticas, mas também o manejo das emoções negativas atreladas às consequências do comportamento transgressor.

Recentemente, um estudo com avaliações transversais e longitudinais encontrou um efeito bidirecional no desengajamento moral e comportamento agressivo. O desengajamento moral não apenas aumenta a agressividade ao longo do tempo como a agressividade reforça o desengajamento da moral de atos futuros. Deste modo, o autor traz uma indagação interessante sobre a dificuldade em se estabelecer se as justificativas e racionalizações antecedem apenas o ato em si ou se constituem justificativas de atos já realizados previamente (VISCANTI, LADD, KOCHENDERFER-LADD, 2015).

Ao analisar a relação entre neutralização moral e agressividade em adolescentes acompanhados dos 7 aos 13 anos de idade, Ribeaud e Eisner (2015) demonstraram que tal relação se mantém estável ao longo do tempo mesmo quando potenciais fatores de confusão foram controlados (por ex: gênero, participação em grupos transgressores). Também foi observado que as variações individuais na neutralização moral acompanham as variações na agressividade e vice-versa (RIBEUAD, EISNER, 2015). Os autores sugerem que a neutralização moral pode ser compreendida como o processo anterior ao

ato e relacionado à dimensão cognitiva da agressividade. O comportamento violento/agressivo, por sua vez, induz os mecanismos de neutralização moral para não ter de arcar com os custos psicológicos e emocionais que a transgressão de normas pode trazer.

1.5 Fatores associados ao comportamento violento na infância e adolescência e sua relação com a Neutralização moral

1.5.1 Neutralização moral e características individuais

Durante o desenvolvimento que transcorre da adolescência à vida adulta o caráter impulsivo, que não avalia as consequências a médio e longo prazos, vai cedendo lugar a tomada de decisões mais racionais (EISENBERG et al., 1995). Esse processo decorre da necessidade em moldar as respostas sociais às novas demandas e pressões a que os adolescentes são submetidos nos relacionamentos interpessoais, seja na escola ou entre grupo de amigos. Deste modo, os avanços nas habilidades cognitivas levam os adolescentes a lançarem mão de decisões e atitudes mais auto reflexivas, empáticas e com base em princípios morais internalizados (EISENBERG et al., 1995, 2005). Embora exista literatura que demonstre o papel do desenvolvimento da moralidade nos comportamentos agressivos, permanecem pouco exploradas a influência das dimensões cognitivas e emocionais na moralidade e suas associações com o comportamento violento (MALTI, KELLER, 2009; MAZZONE et al., 2018).

Entende-se que durante o processo de desenvolvimento tanto as habilidades/capacidades individuais quanto as emoções são gradativamente incorporadas e atuantes na interpretação dos contextos sócio morais e, por consequência, no desenvolvimento dos padrões e normas de conduta. Por isso, para o presente estudo foram selecionados construtos teóricos (capacidade de autocontrole, culpa e vergonha) que, direta ou indiretamente, já foram estudados associados com a neutralização moral.

Meta-análise realizada com 42 estudos de 1977 a 2011 com 8.000 participantes de idade entre 4 e 20 anos avaliou se as emoções poderiam ser positivamente relacionadas com comportamento pró social e negativamente com comportamento antissocial. O estudo subdividiu as emoções em auto atribuídas e as atribuídas às vítimas. As primeiras

refletem experiências vivenciadas pela própria pessoa, fortemente ligadas ao *self* e capazes de impedir o engajamento em condutas e comportamentos antissociais que causam sentimento de culpa e punição. Em contrapartida, as emoções atribuídas aos outros eram percebidas como alheias ao *self* (MALTI, KRETTENAUER, 2013).

Um dos importantes achados desse estudo é a confirmação da hipótese de que as emoções morais auto atribuídas são mais fortemente associadas com o comportamento pró social e antissocial quando comparadas com emoções atribuídas às vítimas (MALTI, KRETTENAUER, 2013). Em certa medida, o estudo demonstra que fatores relacionados com a auto avaliação das próprias condutas são mais importantes na cadeia causal da violência do que as emoções que são atribuídas às vítimas pelos perpetradores de violência.

Bandura et al. (2001) propuseram modelo estrutural dos mecanismos auto regulatórios que poderiam determinar o comportamento transgressor e que unifica os conceitos de auto eficácia, desengajamento moral e comportamento pró social. A auto eficácia foi mensurada a partir de três domínios, a crença da criança na sua capacidade em dominar os campos do conhecimento; a crença na capacidade de aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento acadêmico e; a crença na capacidade em se envolver nas atividades extracurriculares. Indivíduos com uma percepção positiva sobre si mesmos e sobre a própria capacidade para atingir objetivos apresentaram maior propensão para atitudes pró-sociais e a menor propensão em desengajamento moral. Em contrapartida, aqueles com percepção de que tem pouca capacidade acadêmica e pouca eficácia em manejar os mecanismos auto regulatórios tem maior propensão em desengajar moralmente (BANDURA et al., 2001).

A percepção da auto eficácia constitui o sistema de crenças da motivação humana, do bem-estar e das realizações pessoais (BANDURA, 1993). Tem sido demonstrado em

diferentes domínios do funcionamento que as crenças pessoais de auto eficácia influenciam o curso das ações que os indivíduos escolhem bem como as habilidades e competências desenvolvidas. O sentimento de auto eficácia pode influenciar na exposição a riscos e desafios bem como no esforço despendido nas tarefas. Tais crenças são frequentemente avaliadas a partir de medidas específicas para o domínio e para a tarefa investigada (THORNBERG, JUNGERT, 2013; BUSSEY et al., 2015). Assim, quanto mais os indivíduos acreditam que são capazes de agir agressivamente, mais eles vão engajar no comportamento violento (BANDURA, 2002a; BARCHIA, BUSSEY, 2011).

Em contrapartida, a culpa e vergonha são frequentemente associados à inibição de determinados comportamentos. No contexto das transgressões morais, a culpa aparece nas avaliações que refletem as qualidades negativas do *self* com capacidade de causar danos ao eu. Os sentimentos de culpa e vergonha podem inflar a auto visão negativa e, por isso, deter comportamentos repreensíveis (ROSS, SALMIVALLI, HODGES, 2015; EISENBERG, 2000). Tanto a teoria do desengajamento moral de Bandura como a das técnicas de neutralização incluem a ideia de que os sentimentos antecipatórios de culpa e vergonha poderiam impedir o indivíduo de tomar determinadas atitudes (SYKES, MATZA, 1967; BANDURA et al., 1996).

Outro estudo realizado com 307 estudantes de aproximadamente 11 anos avaliou se emoções morais (vergonha e culpa) poderiam moderar os efeitos do desengajamento moral nos níveis de agressividade em crianças. As funções inibitórias que culpa e vergonha poderiam ter na agressividade só estiveram evidentes em crianças que tinham dificuldade em regular suas emoções. Além disso, as relações de culpa e vergonha com o comportamento agressivo foram moderadas pela capacidade de manejo emocional. Ou seja, crianças capazes de manejar rapidamente as emoções também parecem ser capazes de inibir a culpa e vergonha. Os resultados sugerem que as habilidades de manejo

emocional e o desengajamento moral trabalham em conjunto para guiar os comportamentos podendo tornar-se justificativas cognitivas da agressividade (ROOS et al., 2015). Tais achados são corroborados por Mazzone (2019) que em análise longitudinal observou que altos níveis de desengajamento moral predizem baixas emoções morais (culpa e vergonha) e altos níveis de comportamento agressivo ao longo do tempo (MAZZONE, 2019).

De modo análogo parece ser a relação do autocontrole com a neutralização moral. O autocontrole pode ser definido como a capacidade individual em modificar as respostas para adaptar-se às normas sociais e padrões morais de conduta para dar suporte à objetivos de longo prazo. Pessoas com fortes convicções morais não engajam em crimes a despeito de sua capacidade de autocontrole. Entretanto, dentre indivíduos com frágeis convicções morais, a capacidade de exercer o autocontrole é um fator importante no envolvimento no crime (WIKSTRÖM, SVENSSON, 2010).

O efeito inibitório do autocontrole é mais presente entre aqueles com baixo desengajamento moral. Pessoas com altos níveis de aceitação de desengajamento moral não sentem antecipadamente experiências emocionais negativas e, portanto, não necessitam do autocontrole para não atuar agressivamente. Porém, pessoas com baixo desengajamento moral são mais dispostos a exercitar o autocontrole visto que os sentimentos associados aos comportamentos transgressores são mais desagradáveis (LI et al., 2014).

Características individuais de personalidade bem como as experiências de vida impõe trajetórias diversas durante o desenvolvimento dos padrões morais de conduta. Estas experiências definem a maneira pela qual os indivíduos se relacionam com os contextos interpessoais (pessoas ou instituições) e tem o potencial de diminuir ou ampliar a tendência em aceitar os mecanismos de neutralização moral. Assume-se que tais

características podem convergir num ponto em que o uso da violência para lidar com conflitos é aceitável.

1.5.2 Neutralização moral e fatores contextuais

Bandura (1999) afirma que os indivíduos não se tornam repentinamente cruéis, mas, ao invés disso a mudança ocorre gradualmente através do desengajamento da autocensura. Durante esse processo, as relações estabelecidas diretamente com as crianças e os adolescentes, e determinadas características contextuais, exercem papel importante na aquisição de valores morais e, conseqüentemente, na tendência ao desengajamento ou neutralização moral.

Hyde (2010), a partir da teoria da aprendizagem social, propõe um modelo de desenvolvimento de desengajamento moral que integra as características da comunidade, tais como os níveis de violência, os maus-tratos em casa, e características individuais. Tais características constituem forças operantes durante o desenvolvimento e socialização das crianças que podem influenciar e sustentar comportamentos transgressores. Experiências que expõe as crianças a atitudes, crenças e comportamentos transgressores, são, portanto, potenciais precursores de desengajamento moral. Estas experiências podem se apresentar em diferentes contextos, tal como experiências precoces em casa, grupo de pares e vizinhança (HYDE et al., 2010).

Fatores contextuais exercem diferentes efeitos na neutralização moral ao longo do desenvolvimento. Enquanto fatores familiares têm influência importante durante a infância (HYDE et al., 2010), no início da adolescência as amizades parecem desempenhar papel mais importante (CARAVITA et al., 2014). O papel das relações familiares e dos amigos no desenvolvimento da neutralização moral em crianças e adolescentes se dá por serem, a família e os grupos de amigos, importantes espaços de socialização.

Os modos de parentalidade são frequentemente associados a uma série de indicadores de desenvolvimento psicossocial dos adolescentes. Há interesse especial em

compreender os mecanismos envolvidos na associação do vínculo parental com o desenvolvimento de comportamentos antissociais e agressivos (BUIST et al., 2004; HIGGINS, JENNINGS, MAHONEY, 2010). Sabe-se que os modos e práticas de parentalidade estão associados com condicionamento das respostas emocionais das crianças (Eisenberg et al., 1991) e que tais práticas tem o potencial para inibir condutas transgressoras nas fases da infância e adolescência (HOEVE et al., 2012). À medida que o vínculo parental aumenta, a probabilidade de cometer atos transgressores/delinquentes diminui (HIGGINS et al., 2010).

Há duas teorias principais que abordam essa relação entre vínculo (apego) e delinquência (HOEVE et al., 2012). A primeira teoria é uma teoria criminológica que foi desenvolvida por Hirschi (1969), e se insere na teoria de controle social a qual defende a ideia de que o vínculo afetivo forte com os pais possibilita a internalização das normas da sociedade. De acordo com Hirschi, a delinquência seria menor nas famílias com fortes laços afetivos. Jovens fortemente vinculados a seus pais teriam maior propensão a preocupar-se com as expectativas normativas dos mesmos o que, conseqüentemente, os protegeria contra os impulsos delinquentes.

A teoria do apego, por sua vez, afirma que os modelos internos de relacionamentos interpessoais são constituídos a partir das experiências com figuras de apego representados pelos pais e grupos de pares. Vínculos afetivos frágeis podem ter incapacidade em demonstrar afeto ou preocupação com os outros predispondo ao comportamento agressivo (RAMIRES, SCHNEIDER, 2010). Apesar das diferenças entre a teoria do apego e a teoria do controle social, é seguro afirmar que um vínculo parental pobre ou desorganizado está associado ao maior risco de desenvolvimento de comportamentos antissociais (GROH et al., 2012).

Deste modo, o envolvimento e monitoramento parental têm sido considerados fatores protetores no desenvolvimento de problemas comportamentais, enquanto que a baixa qualidade do vínculo parental tem sido associada com altos índices de violência (GROH et al., 2012). A força da associação entre o vínculo parental e o desenvolvimento de tais condutas transgressoras é negativamente associada à idade. A influência do vínculo parental para o desenvolvimento de condutas antissociais é mais proeminente durante a infância. Durante a adolescência a participação em grupos de pares que cometem atos transgressores parece ter maior influência (FONTAINE et al., 2014; CARAVITA et al., 2014).

Embora exista literatura documentando a associação entre vínculo parental e desfechos antissociais, violentos, e transgressores na adolescência, os mecanismos envolvidos nessa associação ainda não são completamente esclarecidos. Uma das linhas de estudo explora em que medida as práticas de parentalidade podem influenciar na constituição do pensamento moral e racional de seus filhos (SHEN, CARLO, KNIGHT, 2013). Estudo realizado na Austrália com adolescentes e seus pais teve por objetivo avaliar em que medida processos familiares – tais como a alta coesão familiar (representado pela frequência de realização de atividades com toda família), a adaptabilidade (representada pela troca de diferentes papéis na casa em que todos colaboram) e a presença de comunicação entre membros da família – moderam a relação entre o pensamento moral dos adolescentes e seus pais. Os autores sustentam a hipótese de que os princípios de moralidade dos pais predizem significativamente os princípios de moralidade de seus filhos (WHITE, MATAWIE, 2004).

Tais achados também são corroborados por outro estudo conduzido com estudantes italianos cujo objetivo era avaliar se o desengajamento moral dos pais poderia ser responsável por diferenças individuais na agressividade das crianças na pré-escola.

Os autores consideravam como comportamento externalizante das crianças a presença de raiva, agressividade, egoísmo e comportamento opositor. Embora nem todas as associações entre o desengajamento moral dos pais e tais comportamentos tenham apresentado significância estatística, todos apresentaram associação positiva. Filhos de pais com alta aceitação dos mecanismos de desengajamento moral podem ser menos expostos a situações de dilemas morais uma vez que seus pais lançam mão frequentemente de estratégias para desengajar a moral dos comportamentos transgressores (CAMODECA, TARASCHI, 2015).

Outro estudo longitudinal realizado na Itália com estudantes avaliou se as práticas parentais negativas poderiam estar associadas com desengajamento moral de crianças e adolescentes. Avaliou-se se tal associação era mediada pela expectativa de aprovação da agressividade e se era moderada pela idade. Durante a infância, a punição corporal repetitiva esteve associada com altos níveis de desengajamento confirmando a hipótese de que as crianças aprendem a desengajar moralmente a partir da interação com pais agressivos. Crianças que tem experiências disciplinares violentas e agressivas podem compreender que essas atitudes são corretas quando imbuídas de um valor social superior, neste caso, o da educação. O estudo também encontrou correlação positiva entre a falta de monitoramento e supervisão no início da adolescência e altos níveis de desengajamento moral. Isso poderia ser explicado pelo fato de que a falta de monitoramento parental aumentaria as chances de exposição à violência e de participação em grupos de pares que cometem atos transgressores. Em ambas faixas etárias, as práticas disciplinares negativas têm uma contribuição importante para a aceitação dos mecanismos de desengajamento moral e essa associação é parcialmente mediada pela expectativa de aprovação parental da agressividade (CAMPAERT, NOCENTINI, MENESINI, 2018).

Bao et al. (2015), propuseram um modelo no qual o desengajamento moral atua como mediador da associação entre o vínculo parental e a delinquência. Demonstrou-se que os benefícios do vínculo parental seguro em reduzir a delinquência podem ser explicados pela diminuição do desengajamento moral, sendo o efeito da mediação estável em diferentes grupos (p. ex.: gênero, sexo e status socioeconômico) (BAO et al., 2015).

Há significativa produção na literatura concernente ao papel e influência das amizades no desenvolvimento de condutas antissociais (ETTEKAL, LADD, 2015; MARSH et al., 2006). De modo geral, há duas abordagens principais que frequentemente são avaliadas separadamente: a da rejeição por pares e a da seleção das amizades (SIJTSEMA et al., 2014; CHEN, DRABICK, BURGERS, 2015). Indivíduos rejeitados por seus grupos de pares podem desenvolver julgamentos distorcidos da realidade e lançar mão de estratégias agressivas para a resolução de conflitos por considerarem o mundo e as pessoas que os cercam injustos e desonestos (DODGE et al., 2003). Em contrapartida, adolescentes que já possuem comportamentos antissociais e transgressores procuram amizades que também realizam ou aprovam tais condutas, ou seja, as amizades poderiam facilitar e reforçar as atitudes antissociais (SIJTSEMA et al., 2014). Estudos demonstram que, nas trajetórias de desenvolvimento de condutas antissociais, a rejeição por pares parece ter maior influência durante a infância e, a associação com amizades exerce maior influência durante o início da adolescência (CARAVITA et al., 2014; SIJTSEMA et al., 2014).

Em contraste com as relações familiares, a seleção e afiliação com amigos são mais proeminentes durante a adolescência. A importância dos grupos de pares para a socialização e, conseqüentemente, para a aquisição de normas, valores e crenças é enfatizada pela teoria da aprendizagem social (AKERS, 2011). A filiação com grupos de pares transgressores que compartilham definições que sustentam, desculpam ou

justificam o comportamento desviante coloca as crianças e adolescentes no contato regular com comportamentos transgressores, favorecendo a neutralização moral e a aceitação de transgressões.

A despeito da associação já avaliada entre grupos pares e agressividade, ainda há escassez de dados sobre a maneira pela qual a neutralização moral é influenciada pelos relacionamentos entre amigos. O desengajamento moral pode atuar como mediador entre a relação de amizade com a realização de atos antissociais/transgressores. Tal efeito parece ser mais pronunciado no início da adolescência e pode ser decorrente da mudança de percepção sobre a violência nas diferentes fases da vida (FONTAINE et al., 2014).

Crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo na escola e a escola tem sido considerada uma agência de socialização. Para Althof and Berkowitz (2006), escolas, como agentes de desenvolvimento moral, tem um papel importante no desenvolvimento de civilidade moral. O processo de socialização nas escolas está relacionado tanto a características estruturais quanto sociais e suas interações. Clima escolar está associado com *bullying*, *cyberbullying* e comportamento transgressor e alguns estudos propõem um modelo em que o desengajamento moral aparece como mediador nessa associação, sugerindo que o clima escolar é um potencial precursor de desengajamento moral.

Clima escolar é um conceito multidimensional que expressa distintos aspectos do ambiente estrutural escolar e das relações entre estudantes e a equipe escolar (THAPA et al., 2013). Uma percepção negativa do clima escolar pode levar à percepção de que a violência e as transgressões são maneiras aceitáveis de lidar com os outros para obter vantagens, sem ter de lidar com os custos das consequências negativas, dando suporte aos mecanismos de neutralização moral.

De acordo com Janos et al. (1998), a legitimidade escolar, é uma das dimensões do clima escolar, que expressa as percepções dos estudantes a respeito de como a escola

lida com normas e regras. Baixa legitimidade escolar expressa a percepção de que a escola é injusta e que falta justiça procedimental, ou seja, as regras e as normas de maneira desigual e a equipe tem pouca autoridade. Recentemente, grande atenção tem sido dada para a socialização legal de crianças, especificamente relacionados com legitimidade escolar (TRINKNER, COHN, 2014; FAGAN, TYLER, 2005). Uma percepção negativa sobre autoridades e as instituições influenciaria as cognições morais e facilitaria a adoção de comportamentos desviantes de quebra de regras.

No ambiente escolar o comportamento agressivo tem maior probabilidade de ocorrer quando os estudantes são pessoalmente propensos a fazer uso de justificativas dissociadas e também quando acreditam que tais justificativas são comuns na sua sala de aula (GINI, 2008). Esta percepção pode levar os jovens a pensar ou talvez os torna cientes do fato de que seus pares avaliam a agressividade como uma maneira aceitável de relacionar-se com outros para obter vantagens sem sofrer as consequências negativas (CARAVITA, CILLESSEN, 2012).

Outra característica contextual que pode estar relacionada com a neutralização moral é a violência: crianças e adolescentes que vivem em áreas com maior exposição à violência, ou seja, que se socializam em ambientes violentos, poderiam desenvolver uma tendência maior em justificar o uso da violência (WILKINSON, CARR, 2008). Assim como a violência presente nas relações familiares “ensina” à criança que a violência é um recurso legítimo (MOYLAN et al., 2010), crescer e viver em bairros violentos pode ter este mesmo efeito.

Arsenio e Gold (2006) adicionam a esta perspectiva afirmando que as experiências negativas das crianças comprometem as cognições morais ao moldar as percepções sobre a justiça procedimental e a legitimidade das autoridades. Como resultado, os conceitos de legalidade e justiça serão comprometidos, facilitando a aderência a neutralização moral

e, conseqüentemente, ao comportamento violento e agressivo. Exposição à violência durante a infância e adolescência, portanto, tem efeitos difusos no desenvolvimento das cognições morais. De acordo com a teoria da aprendizagem social, em ambientes altamente violentos, as crianças aprendem a partir de modelos agressivos pois eles são normativos. A exposição direta ou indireta à violência pode, adicionalmente, criar uma atmosfera de medo e insegurança reforçando a visão negativa da criança em relação ao mundo. Além disso, a exposição à violência pode danificar as habilidades cognitivas e sociais para lidar com conflitos de uma maneira não agressiva. Como consequência, a exposição a violência pode aumentar a propensão em aceitar as justificativas para transgressão através da neutralização moral.

Uma linha de estudos vem explorando o papel da exposição à violência na infância e suas consequências a curto, médio e longo prazos (LYNCH, 2003). Reconhece-se uma ampla variedade de consequências negativas na saúde mental (MILLER, CHEN, PARKER, 2011) e física (WRIGHT et al., 2004). Wright et al. (2004) argumentam que violência pode ser considerada um poluente social na medida em que causa danos físicos, mentais e comportamentais na população, devido ao sentimento de medo e insegurança. Alguns modelos recentes sustentam a ideia de que conviver com a violência e adversidades durante a infância gera um estado crônico de estresse. Isso levaria a um estado inflamatório crônico que, a nível cerebral, causaria danos em circuitos responsáveis pelas respostas do organismo às situações de estresse bem como em circuitos de recompensa (NUSSLOCK, MILLER, 2016).

A exposição crônica ao estresse produz um estado de hipersensibilização fisiológica com hiperexcitabilidade além de sintomas de estresse pós-traumático como resposta à natureza ameaçadora, traumática e descontrolada de um ambiente comunitário violento. De acordo com essa perspectiva, viver em áreas violentas alimenta um

sentimento constante de ameaça e leva à uma postura hipervigilante, o que explica, ao menos parcialmente, associação já descrita entre a exposição a violência e comportamentos agressivos, violentos (WOLF, SCHNURR, 2016). Estudo na área de psicologia experimental mostra que situações de estresse afetam a tomada de decisões entre adolescentes com idades entre 14 a 17 anos (UY, GALVÁN, 2012), levando a escolhas mais arriscadas e tornando os indivíduos mais vulneráveis às influências contextuais.

No que diz respeito ao desengajamento moral, as experiências traumáticas na infância poderiam atuar de uma maneira indireta, a partir dos déficits nas habilidades sociais para resolução de problemas (COKER et al., 2014). Nesse sentido, a exposição repetida a eventos traumáticos, como a violência, levaria ao desenvolvimento de uma adaptação patológica associada à atribuição de características hostis ao ambiente e à diminuição nas habilidades cognitivas e sociais para lidar com conflitos de uma maneira não agressiva. Tais fatores aumentariam a tendência em criar e aceitar justificativas para as transgressões (COKER et al., 2014; WILKINSON, CARR, 2008).

Diante do exposto, nota-se que fatores contextuais influenciam de maneira importante no processo de aquisição de normas e valores morais bem como no desenvolvimento dos padrões de conduta. Por esse motivo, os fatores elencados foram selecionados para compor os modelos de análise do presente estudo.

1.6 Neutralização moral e Intervenções

O reconhecimento de que os mecanismos de desengajamento e neutralização moral estão associados com diferentes desfechos violentos, transgressores e antiéticos é consensual na literatura científica. Entretanto, a maneira como tal conceito pode ser utilizado para criar e implementar intervenções ainda carece de um modelo único. A principal dificuldade é consequência do fato de que os mecanismos de neutralização moral – distorção das consequências; minimizar a responsabilidade; culpar a vítima; reestruturação cognitiva e assumir o pior – podem ser utilizados para tentar compreender como indivíduos expressam e sustentam as narrativas de pequenas transgressões até crimes violentos. Desta forma, há uma grande variedade de intervenções com estudantes, jovens infratores, uso de doping nos esportes, comportamento ético nas empresas, prevenção de *bullying* dentre outros. A seguir serão apresentadas algumas estratégias.

Um modelo de intervenção amplamente replicado com populações alvo e objetivos diferentes (HELMOND, OVERBEEK, BRUGMAN, 2012) chama-se “EQUIP” (*Equipping Youth to help one another*), criado a partir da teoria das distorções cognitivas de Barriga e Gibbs (1996). O programa segue o entendimento de que o comportamento antissocial decorre de interpretações egoístas, autocentradas, distorcidas do ambiente e dos eventos sociais que tem por objetivo satisfazer apenas a si próprio sem considerar o outro. Tais distorções seriam associadas ao comportamento antissocial por impedir o desenvolvimento do julgamento moral, visto que o indivíduo considera apenas sua própria perspectiva. A intervenção tem por objetivo melhorar os três principais déficits associados ao comportamento antissocial: distorções cognitivas (habilidades para manejar e corrigir os erros de pensamento autocentrados), habilidades sociais (habilidades sociais para um comportamento social construtivo e balanceado) e processos

de tomada de decisão (p.ex.: educação moral). Sugere-se que ao corrigir tais deficiências reduz-se o risco de reincidência dos atos transgressivos/violentos.

Dentre jovens infratores, o programa parece ter um impacto importante nas distorções cognitivas primárias. Estas são caracterizadas por crenças, atitudes e pensamentos egocêntricos que julgam ter direito a tudo para satisfazer os próprios desejos (BARRIGA, GIBBS, 1996). Entretanto, não foi encontrado efeito positivo na prevalência, velocidade ou gravidade de recidivismo (BRUGMAN, BINK, 2011; NAS, BRUGMAN, KOOPS, 2005).

A partir de estudo meta-analítico, Helmond e colaboradores (2010) apresentam aspectos relevantes sobre o efeito de intervenções realizadas com foco nas distorções cognitivas. Indivíduos com altos níveis de distorções cognitivas apresentam associação com comportamentos que trazem prejuízos aos outros tais como comportamento antissocial, agressivo, transgressor e *bullying*. É relevante o fato de que a força da associação é maior para *bullying* e comportamento antissocial em comparação com comportamento agressivo e transgressor. Argumenta-se que as distorções cognitivas podem ter um poder explanatório limitado para crimes mais violentos (HELMOND et al., 2010). Há grandes diferenças na efetividade das intervenções o que pode ser decorrência das diferentes características dos participantes, dos diferentes tipos de desenho dos estudos e, da maneira pela qual o programa foi implementado. Assim, comprovar que a diminuição nas distorções cognitivas leva à diminuição de comportamentos agressivos e violentos ainda é motivo de controvérsia.

Também há algumas iniciativas baseadas na teoria do desengajamento moral.

McAlister (2001) parte do princípio de que se o desengajamento moral pode ser mensurado, também pode ser modificado através de uma comunicação convincente que

estimula a reflexão social. Para tanto, desenvolveu um método para estimular (ou se opor) ao desengajamento moral em apoio das ações militares dos EUA e OTAN dentre estudantes universitários norte-americanos e finlandeses. Um grupo dos participantes recebiam argumentos e informações favoráveis ao desengajamento moral. Neste caso, a pesquisa era descrita como uma ferramenta para ver “se você entende as justificativas de ações militares”. Em contrapartida, o outro grupo recebia informações com argumentos favorecendo a resistência ao desengajamento moral. No curto período de intervenção foi possível observar maior concordância ou oposição às ações militares entre aqueles que receberam informações apoiando ou rejeitando o desengajamento moral, respectivamente (MCALISTER, 2001).

O mesmo autor, elaborou com colaboradores outra estratégia de comunicação, denominada jornalismo comportamental, para promover tolerância e engajamento moral dentre estudantes numa escola norte-americana com grande diversidade étnica. Os estudantes receberam durante um período de 5 meses uma campanha de comunicação com histórias que rejeitavam explicitamente o desengajamento moral. As mensagens veiculadas destacavam as similaridades de valores e capacidades entre os diferentes grupos étnicos. Após a intervenção, observou-se diminuição no desengajamento moral, aumento na tolerância e, níveis mais baixos de agressão verbal (MCALISTER et al., 2000).

Bustamante e Chaux (2014) avaliaram duas estratégias de intervenção para reduzir o desengajamento moral entre estudantes colombianos. Na primeira, foram realizadas discussões em grupos na quais os alunos eram estimulados a identificar os mecanismos de desengajamento moral em situações hipotéticas de comportamentos moralmente questionáveis. Os participantes também eram incentivados a encontrar possíveis alternativas de engajamento moral (ex.: reparar um dano ao invés de justifica-lo). A outra

intervenção foi baseada no que os autores chamam de jornalismo comportamental. Os estudantes eram estimulados a escrever um jornal com histórias sobre o uso de justificativas para a transgressão de regras. A diminuição no desengajamento moral ocorreu apenas no grupo que participou da primeira intervenção e, não foi possível avaliar se ocorreram mudanças comportamentais significativas. Porém, os autores destacam a possibilidade de uma intervenção breve, 5 sessões de 45 minutos, conseguir diminuir o desengajamento moral (BUSTAMANTE, CHAUX, 2014).

De modo semelhante foi realizada a intervenção “*The Bullying literature Project*” a qual buscava promover mudanças no comportamento sócio emocional das crianças (envolvimento em *bullying*, comportamento pró social, habilidades sócio emocionais) bem como na percepção de clima escolar (amizades com grupos de pares). O programa, voltado a crianças entre 5 e 9 anos, consiste em 5 sessões de leituras de histórias com situações de *bullying* ao longo de 5 em semanas. Na dinâmica proposta, as crianças são indagadas sobre os sentimentos que emergem com as situações e, sobre eventuais justificativas para a prática de *bullying*. São analisados cada um dos mecanismos de desengajamento moral a partir de conversas e debates. O objetivo principal consiste em esclarecer que as situações e justificativas para a prática de *bullying* não são aceitáveis em nenhuma circunstância (WANG et al., 2015).

Houve diminuição no uso dos mecanismos de desengajamento moral para justificar o comportamento de *bullying*. Além disso, os participantes apresentaram menor probabilidade de justificar comportamentos agressivos e imorais utilizando a reestruturação cognitiva, minimização da responsabilidade, distorção dos impactos negativos do comportamento danoso, e culpar a vítima. Porém, o estudo não encontrou diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito à perpetração de *bullying*. O curto período de implementação do programa, 5 semanas, pode explicar o esse resultado.

Tendo em vista a associação entre desengajamento moral e *bullying*, tal estudo mostra que desencorajar a utilização de tais mecanismos através da literatura parece ser uma estratégia promissora tanto para estimular o raciocínio moral como para prevenir o desengajamento moral (WANG, GOLDBERG, 2017; WANG et al., 2015).

Barkoukis et al (2016) implementaram uma intervenção em escolas voltada aos fatores de risco psicossociais de *cyberbullying*. Os fatores de risco incluídos foram empatia, processos auto regulatórios como o desengajamento moral dentre outras variáveis sócio cognitivas relevantes para o *cyberbullying*. A hipótese aventada era que os estudantes sob intervenção apresentariam maiores scores de empatia, menores níveis de desengajamento moral e crenças mais positivas sobre *cyberbullying*. A intervenção envolvia alunos e professores e tinha por objetivo influenciar o comportamento de *cyberbullying* através de atividades que aumentassem o conhecimento em relação às políticas e normas da escola. Por exemplo: se *cyberbullying* é socialmente aceitável e a importância de reportar os casos; os efeitos nas vítimas; desnaturalizar o *cyberbullying*, demonstrar que é um comportamento inadequado; enfatizar o uso seguro e responsável das tecnologias de comunicação social. Desta maneira, foram utilizados pôster e folhetos durante 5 semanas para discutir *cyberbullying*, e na sexta semana havia uma palestra. Ao final, o grupo experimental mostrou um declínio significativo em relação ao grupo controle no total de desengajamento moral nas dimensões referentes à distorção das consequências e atribuição de culpa (BARKOUKIS et al., 2016).

Uma intervenção preventiva a partir da internet foi realizada com o objetivo de diminuir o consumo de álcool e *cannabis* além de reduzir fatores de risco associados ao consumo de substância dentre os adolescentes: níveis de evasão escolar, sofrimento psicológico e desengajamento moral (NEWTON et al., 2012). Os participantes do estudo recebiam dois conjuntos de aulas *online* com conteúdo focado na redução de consumo de

álcool e *cannabis* com intervalo de seis meses entre eles. As aulas continham histórias de adolescentes que passavam por situações reais decorrentes do consumo de maconha e álcool. Na segunda parte do programa os professores eram instruídos a conduzir as discussões para reforçar os conteúdos das histórias. A intervenção parece oportuna visto que atingiu o objetivo de reduzir o consumo de álcool bem como de alguns fatores de risco como o desengajamento moral (NEWTON et al., 2012).

A elaboração de estratégias com o objetivo de modificar atitudes e normas sociais que sustentam e justificam o uso da violência faz parte das recomendações do documento recém divulgado pela Organização mundial de saúde (INSPIRE – Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças, 2016). Modificar normas sociais e atitudes que estimulam o uso da violência e, muitas vezes, estão enraizadas na sociedade não é tarefa simples e demanda esforços multidisciplinares. A compreensão e identificação dos mecanismos de neutralização moral nos discursos e narrativas que sustentam a violência pode subsidiar estratégias para confrontá-los.

2. Objetivos

1. Descrever o recurso à neutralização moral entre adolescentes de 9o. ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo;
2. Descrever a prevalência de perpetração de violência entre adolescentes de 9o. ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo;
3. Investigar os fatores associados à neutralização moral entre adolescentes considerando: características sócio demográficas, experiências de violência, práticas parentais, características do grupo de pares, relação com a escola e características individuais (Artigo 1)
4. Investigar a associação entre Neutralização Moral e perpetração de violência após ajuste para potenciais confundidores (Artigo 2);

3. Justificativa

A violência é um grave problema no Brasil com enorme impacto social, econômico bem como na saúde física e psíquica da população. Entretanto, ainda há escassez de dados consistentes acerca dos fatores de risco individuais para o desenvolvimento do comportamento violento. Dentre esses os fatores de risco destaca-se a neutralização moral, reconhecido por estar fortemente associada desfechos violentos em estudos da literatura internacional.

É notório o avanço do conhecimento sobre possíveis precursores da neutralização moral, da sua associação com uma série de comportamentos antissociais em diferentes cenários e do papel central como mediador ou moderador dos mecanismos causais de violência e transgressão (HYDE et al. 2010; DELISI et al. 2014; GINI et al. 2014; WANG et al. 2017). Entretanto, poucos estudos foram conduzidos com o fim específico de identificar os precursores da neutralização moral durante a adolescência. (HYDE et al. 2010). O conhecimento sobre precursores da neutralização moral poderia possibilitar a identificação de grupos de risco para o desengajamento. Estes poderiam ser alvo de intervenções com o objetivo de mudança comportamental e de atitudes como um meio de prevenir a violência durante a infância e adolescência.

O presente estudo tem como objetivo explorar uma ampla gama de fatores associados com a neutralização moral a partir de uma amostra socialmente diversa de adolescentes brasileiros. Nossa hipótese é de que a aprovação ou aceitação da neutralização moral está positivamente associada com a exposição à violência, estilo parental negativo, participação em grupos de pares que cometem atos transgressores e baixa capacidade de autocontrole. Além disso, também temos como hipótese que a associação com estilo parental positivo, alta legitimidade escolar e capacidade de culpa e vergonha será negativa.

Tais fatores também serão avaliados para compor o modelo de análise da associação entre a neutralização moral e a perpetração de violência. Neste caso, os fatores associados serão incluídos como possíveis fatores de confusão. Tem-se como hipótese que a associação entre neutralização moral e perpetração de violência permanecerá significativa do ponto de vista estatístico mesmo após o controle para possíveis variáveis de confusão.

Compreender a natureza dos fatores associados com a neutralização moral é importante para estabelecer prioridades de intervenções efetivas dado o potencial de mudança e adaptação característicos da população juvenil. Trata-se de mecanismo cognitivo constituído a partir dos processos de socialização e que faz parte do arcabouço das habilidades sociais dos adolescentes. É necessário, portanto, compreender e ampliar o debate sobre os fatores associados a uma maior tendência a neutralização moral, além de estudar as características de sua associação com a violência no contexto brasileiro.

4. Metodologia

4.1 População de estudo, amostra e coleta de dados

O presente estudo é observacional de delineamento transversal e utilizou uma base de dados secundários coletados no âmbito do Projeto São Paulo para o desenvolvimento social de crianças e adolescentes (SP-PROSO). No presente estudo, inicialmente, foi realizada revisão da literatura para seleção das variáveis que seriam analisadas como fatores associados à neutralização moral e para serem incluídas no ajuste para investigação da associação entre neutralização moral e perpetração de violência.

Nesta seção daremos informações sobre os principais aspectos metodológicos do SP-PROSO, assim como sobre as variáveis selecionadas para este estudo.

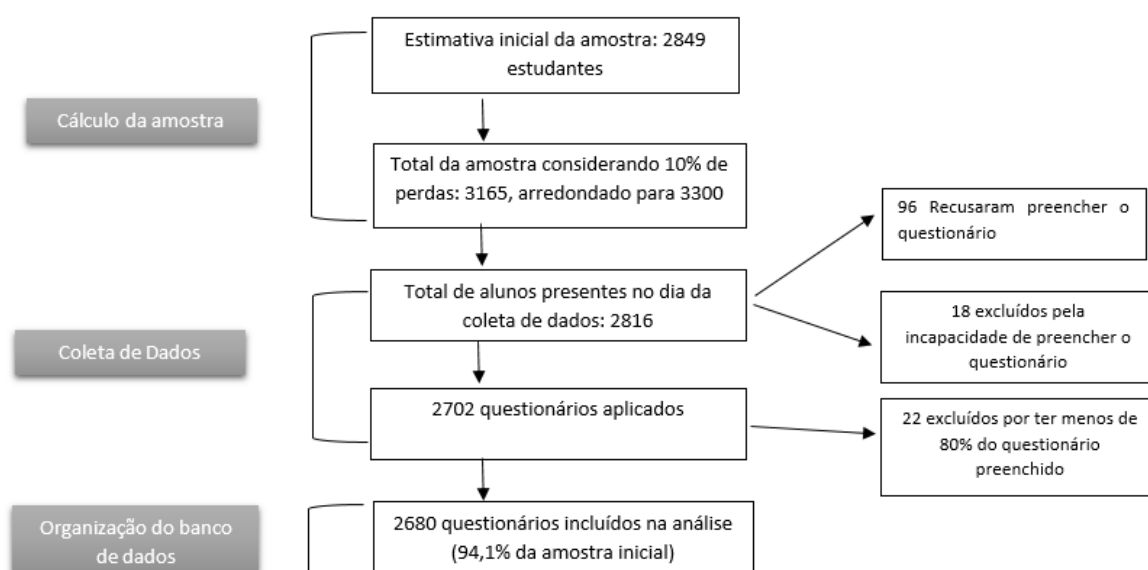
4.2 Desenho de estudo e amostra do SP-Proso

O Projeto São Paulo para o desenvolvimento social de crianças e adolescentes (SP-PROSO) foi realizado no município de São Paulo no período de agosto a novembro de 2017. Trata-se de estudo de corte transversal com uma amostra representativa de adolescentes cursando o 9º. ano do Ensino Fundamental II da rede pública e privada do Município de São Paulo. No ano de realização da pesquisa o município de São Paulo tinha 2.086 escolas com turmas de 9º ano, das quais 26% eram privadas e 74% públicas. Foram utilizadas informações do número de crianças matriculadas por turma e escola no 9º ano, registradas no Censo Escolar de 2015 para calcular o número de turmas a serem sorteadas em cada estrato. A amostra foi estratificada e estratos foram constituídos pelos diferentes tipos de escolas (pública municipal, pública estadual e particular), e por conglomerados, tomando cada turma como uma unidade de sorteio. O tamanho mínimo da amostra foi definido como sendo de 2.849 alunos. Considerando perdas de 10% e o efeito de delineamento de amostragem por conglomerados de 1,7, o número foi aumentado para 3.165 alunos. O número de turmas necessárias por tipo de escola para atingir o tamanho

mínimo da amostra foi 129, sendo 95 turmas de escolas públicas e 34 de escolas particulares.

Cento e cinquenta e seis turmas de 156 escolas foram selecionadas de forma aleatória sendo que 119 aceitaram participar da pesquisa, 87 escolas públicas (39 estaduais e 48 municipais) e 32 escolas particulares. A população de estudo foi constituída por 2.816 alunos dessas escolas que estavam presentes na sala de aula no dia da entrevista; destes 96 recusaram. O questionário foi respondido por 2.720 estudantes e 18 foram excluídos por conta de dificuldades pessoais (ex.: deficiência cognitiva) para o preenchimento. Foram considerados para análise os questionários com mais de 80% das respostas, totalizando 2.680 participantes o que representa 94,1% do tamanho mínimo da amostra (n=2.849), conforme apresentado no fluxograma abaixo:

Figura 1.: Fluxograma da composição da amostra



4.3 Instrumento de coleta de dados

Um questionário individual, auto preenchido foi utilizado como instrumento de coleta de dados. Este foi baseado nas versões em alemão e inglês do estudo longitudinal *Zurich Project on the Social Development of Children (Z-PROSO)* e na versão em espanhol do *Proyecto Montevideo para el desarrollo social de niños y adolescentes (M-PROSO)*. O processo de tradução foi feito seguindo os passos para tradução culturalmente sensível com vistas à realização de análises de comparação entre os 3 países (BEHR , SHISHIDO, 2016; EISNER , RIBEAUD, 2007; WIDENFELT et al. 2005; HARKNESS et al., 2004). Inicialmente, foi formada uma equipe de quatro tradutores independentes para realizar a tradução do questionário (T1), sendo dois tradutores para o questionário em Alemão, ambos bilíngues, um tradutor para o questionário em Inglês e um tradutor para o questionário em Espanhol. As quatro traduções foram comparadas, avaliadas e discutidas as divergências para a compatibilização e criação da primeira versão do questionário em Português (P1). A partir da primeira versão os pesquisadores principais dos projetos Z-PROSO, M-PROSO e SP-PROSO avaliaram, fizeram alterações necessárias e consolidaram a segunda versão em português (P2), que foi utilizada para pré-teste. O pré-teste foi realizado em cinco escolas, 2 particulares e 3 públicas com um total de 114 alunos. Com o pré-teste foi possível avaliar a compreensão das questões, a compreensão da estrutura de respostas e o tempo necessário para aplicação do questionário em sala. Foram necessárias exclusões e alterações na segunda versão, as quais foram feitas após discussão entre os pesquisadores dos três sítios, tomando-se o cuidado de cumprir com o objetivo de manter a comparabilidade e garantir o não comprometimento das características psicométricas das escalas utilizadas.

A coleta de dados foi feita em sala de aula durante o período de aulas entre agosto e novembro de 2017. Auxiliares de pesquisa treinados foram os responsáveis pela

distribuição e supervisão do autopreenchimento dos questionários. Os questionários, anônimos em relação ao aluno e à escola, foram auto preenchidos após registro da concordância em termo de assentimento apresentado na primeira página do questionário. Após término os pesquisadores avaliavam o preenchimento em busca de respostas faltantes e inconsistências. Ajustes, quando necessários, eram solicitados aos alunos. Os questionários foram codificados para análise respeitando-se a confidencialidade e anonimato dos participantes.

4.4 Aspectos éticos

O SP-PROSO foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (CEP-FMUSP) (parecer no 1.719.856) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) (parecer no 2.014.816). O presente projeto também obteve sua aprovação no CEP-FMUSP (parecer no 3.084.435).

O projeto foi apresentado para as secretarias de educação estadual e municipal obtendo anuência de ambas. Também foi realizada apresentação aos diretores das escolas. Seguindo orientação da CONEP foi solicitado o agendamento, por parte do diretor, de uma reunião com pais em cada escola para apresentação do projeto e registro de eventual recusa da participação do filho. Além da reunião foram entregues uma carta e um folder com explicações sobre o projeto e informações de contato da coordenadora da pesquisa para todos os pais dos alunos das turmas selecionadas. Os pais que não autorizaram a participação de seus filhos informaram à coordenação das escolas e os filhos não foram incluídos na pesquisa. Para todos os adolescentes selecionados foi apresentado, como primeira página do questionário, um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) com informações gerais sobre o projeto. Nesse termo, foi dito que as informações coletadas são confidenciais e anônimas, não sendo possível a identificação dos alunos.

Além disso, foram realizados dois workshops com os diretores das 119 escolas para apresentar a proposta e os resultados e relatórios do SP-PROSO.

4.5 Variáveis de estudo

Neutralização moral

Para medir a neutralização moral utilizamos a escala desenvolvida por Ribeud e Eisner (2010) a partir dos seguintes conceitos: técnicas de neutralização (SYKES , MATZA, 1957), desengajamento moral (BANDURA et al., 1996), e distorções cognitivas (BARRIGA , GIBBS, 1996). Há evidente intersecção conceitual sendo que a principal característica comum aos três conceitos é a apresentação de um conjunto de mecanismos cognitivos que atuam para lidar com a divergência entre o próprio conceito de moral e os atos transgressores. Além disso, partilham da noção de que os mecanismos de neutralização moral antecedem e facilitam as condutas antissociais atuando, portanto, como fator proximal na ação antissocial. A escala consiste em 18 afirmativas que abrangem os principais mecanismos envolvidos na neutralização moral. Tais mecanismos/domínios são divididos da seguinte maneira: 1. Reestruturação cognitiva (8 itens) (p. ex.: “É certo bater em alguém que não respeita seu grupo de amigos”); 2. Minimização da responsabilidade dos atos (2 itens) (p. ex.: “Às vezes as pessoas precisam apanhar”); 3. Distorcer ou desprezar as consequências negativas (3 itens) (p. ex.: p. ex. “Ser maltratado ou agredido faz de você uma pessoa mais forte”), 4. Culpar ou desumanizar a vítima (3 itens) (p. ex.: “Alguns adolescentes são maltratados porque merecem”) e 5. Assumir o pior (2 itens) (p. ex.: “Você tem o direito de falar mal dos outros, já que os outros também falam mal de você”) (RIBEUAU, EISNER, 2010).

As respostas são apresentadas em escala *likert* e solicitam ao participante classificar o grau de concordância com cada uma das afirmativas que compõe a escala

variando de 1 (falso), 2 (mais falso que verdadeiro), 3 (mais verdadeiro que falso) até 4 (verdadeiro). De acordo com Ribeaud e Eisner (2015) a neutralização moral é um construto unidimensional. A escala apresenta uma boa confiabilidade (Cronbach's $\alpha = .90$) (RIBEAUD, 2012). Em nossa amostra a solução unidimensional se mostrou satisfatória, com uma alta confiabilidade (Cronbach's $\alpha = .83$), e ajuste adequado em um modelo de Análise Fatorial Confirmatória (AFC) unidimensional (Cargas fatoriais padronizadas variando entre 0.22 e 0.61 ($p < 0.01$); $\chi^2 = 881.73$; (133 df); $p < 0.001$; RMSEA=0.048; CFI=0.91).

Para a análise descritiva a variável neutralização moral foi utilizada, inicialmente, em sua forma contínua com base no escore obtido a partir da média das respostas. Em seguida, a partir dos escores as respostas foram categorizadas com base nos tercís, criando-se uma variável categórica de tipo ordinal, seguindo o proposto por Trajtenber e Eisner (2013), expressando os níveis de concordância/aceitação (baixa, média e alta) dos mecanismos de neutralização moral.

Perpetração da violência

As questões relacionadas à perpetração da violência que foram utilizadas por esse estudo perguntavam se o adolescente havia praticado algum dos seguintes atos violentos no último ano: “carregou com você uma arma ou um objeto perigoso para se proteger de alguém, ameaçar ou atacar outra pessoa”; “forçou uma pessoa, contra a vontade dela, a ter contato sexual com você”; “ameaçou usar violência contra alguém para obter dinheiro ou objetos? Você pode ter feito isso sozinho ou em grupo. Pode também ter se utilizado de armas para isso”; “pegou dinheiro ou objetos de alguém à força, ou seja, contra a vontade dele/dela. Você pode ter feito isso sozinho ou em grupo, com ou sem uso de armas”; e, “agrediu, chutou, cortou ou machucou alguém de propósito? Pode ter sido, por

exemplo, um adolescente na sua escola, em quadras de esporte, na rua, mas também alguém em casa, um irmão, uma irmã ou seus pais”. A perpetração da violência foi considerada presente quando o adolescente respondeu afirmativamente a pelo um dos atos acima. Com base nas respostas foi criada uma variável binária (Sim/Não).

Demais variáveis

Características sócio demográficas

- **Sexo:**

Variável categórica binária (Masculino ou feminino)

- **Tipo de escola:**

Variável categórica binária entre (escola particular ou pública).

- **Condição socioeconômica da família:**

A variável condição socioeconômica foi criada a partir de questões utilizadas pela Pense 2015 (IBGE, 2016) acrescidas de questões elaboradas pelo Z-PROSO e SP-PROSO. Os seguintes itens foram utilizados para compor o escore: ter telefone fixo em casa, ter computador (de mesa ou notebook, excluindo *tablets*) no quarto do adolescente e com acesso à internet, ter televisão no quarto, ter automóvel em casa, presença de banheiro dentro de casa e presença de empregada doméstica em cinco dias ou mais por semana. A cada item foi atribuído um peso equivalente ao inverso da frequência de posse ou presença no total da amostra estudada. O escore foi calculado a partir da somatória itens, seguindo o proposto por Levy et al (2010). Por fim, o escore foi dividido em tercís de baixa, média e alta condição socioeconômica da família.

Exposição à violência

A exposição à violência compreende situações de vitimização direta e indireta (testemunho de violência no bairro de moradia e na escola). Ambas, vitimização direta e

indireta, produzem efeitos na saúde, desenvolvimento e socialização, comprometendo, segundo Coker et al. (2014) o desenvolvimento de habilidades sociais para resolução de problemas e favorecendo o recurso à neutralização moral.

- **Exposição à violência comunitária**

Escala adaptada pela equipe do SP-PROSO que teve por base o “*Children’s Exposure to community violence*” (DAHLBERG, 2005). A escala é composta originalmente por 10 questões sobre violência testemunhada no bairro de moradia. Questiona-se se o adolescente presenciou ou ouviu falar de algumas situações de violência no bairro, por exemplo: “Tiros ou tiroteio”; “Alguém foi preso pela polícia”; “Alguém vendendo drogas”; “Alguém foi espancado ou agredido fisicamente”; “Alguém teve a casa invadida/roubada”; “Alguém levou um tiro” ou “Pessoas usando bebida alcoólica na rua”. Quatro questões adicionais foram incluídas pela equipe do SP-PROSO para explorar tipos de violência relevantes para o contexto violento da realidade brasileira: “Alguém foi assassinado”; “Pessoas circulando com armas de fogo na rua (que não sejam policiais ou pessoas autorizadas a usar armas de fogo)”; “Alguém foi agredido por um policial”; e, “Alguém foi subornado por um policial”.

As respostas estavam em escala *likert* de 4 pontos (nunca, poucas vezes, algumas vezes, muitas vezes). Foi criado um escore a partir da média das respostas, o qual foi posteriormente dividido em quartis. Índices elevados indicam alta exposição à violência no bairro (vitimização indireta). A escala apresentou bom índice de confiabilidade (Cronbach’s $\alpha = .92$) e a solução unidimensional se mostrou adequada na AFC (cargas fatoriais padronizadas (CFp): 0.44-0.83 (<0.01); $\chi^2 = 549.16$; (61 df); $p < 0.001$; RMSEA=0.057; CFI=0.97).

Para as análises foi criada uma variável binária em que foi considerada alta exposição à violência no bairro o quartil superior.

- **Exposição à violência na escola**

Escala formulada pela equipe do SP-PROSO com o objetivo de medir a violência testemunhada no ambiente escolar (entre alunos apenas e, envolvendo professores e funcionários) e, a percepção de desordem no ambiente escolar. Composta por 12 questões divididas em 3 subdimensões com respostas em escala *likert* de 4 pontos (nunca – muitas vezes): a. Violência entre alunos (5 perguntas): p.ex. “Briga com agressão física entre alunos”; b. Violência envolvendo professores/funcionários (4 perguntas): p. ex. “Briga com agressão física envolvendo alunos e professores e/ou funcionários”; c. Desordem: p. ex. “Venda/consumo de droga na escola”. Para este estudo consideramos as respostas às questões em conjunto compondo uma medida única. A média das respostas foi então categorizada segundo quartis. Para as análises foi criada uma variável binária em que foi considerada a presença de violência na escola o quartil superior. A escala apresentou bom índice de confiabilidade (Cronbach’s $\alpha = .83$) e a solução unidimensional se mostrou adequada na AFC (CFp: 0.24-0.72 ($p < 0.01$); $\chi^2 = 387.49$; (38 df); $p < 0.001$; RMSEA=0.059; CFI=0.96).

- **História de vitimização por violência no último ano**

As perguntas sobre vitimização por violência grave no ano anterior foram desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas Criminológicas da Baixa Saxônia como parte do KFN Pupils’ Survey (<https://en.kfn.de/research-projects/school-surveys/>). As questões medem a vitimização direta por: a. roubo associado ao uso de violência física; b. violência física com uso de armas; c. violência física sem o uso de armas ou objetos; e d. Violência sexual. As questões tinham como opções de respostas binárias (sim ou não). Os estudantes que declararam ter sofrido qualquer um dos atos descritos acima no último ano foram identificados como vítimas de violência compondo uma variável binária (Sim/Não).

- **Vitimização por *bullying***

O estudo inclui a versão modificada da escala desenvolvida por Alsaker (2012), utilizada no Z-PROSO e M-PROSO (TRAJTENBERG, EISNER, 2013). São descritos cinco tipos de comportamentos: ignorar e excluir outro adolescente; ofender ou tirar sarro de alguém; bater ou morder/chutar; roubar; e, destruir coisas de outros. Pergunta-se então se os jovens sofreram esta experiência como vítima no último ano e sua frequência nos 12 meses anteriores, com respostas em escala *likert* de 6 pontos (nunca; 1 a 2 vezes; 3 a 10 vezes; Uma vez por mês; Uma vez por semana; Todo dia). Os estudantes que declararam ter sofrido pelo menos 1 dos cinco tipos de *bullying* em frequência igual ou superior a uma vez ao mês foram identificados como vítimas de *bullying* através de uma variável binária (Sim/Não).

- **Práticas parentais (Positivas e negativas)**

Foi utilizada uma escala adaptada pela equipe do Z-PROSO a partir dos instrumentos *Alabama Parenting Questionnaire* (SHELTON, FRICK, , WOOTTON, 1996) e *Parenting Scale* formulada pelo Instituto de Pesquisas Criminológicas da Baixa Saxônia como parte do KFN Pupils' Survey (<https://en.kfn.de/research-projects/school-surveys/>). A escala mede estilo parental, engajamento parental, supervisão, estratégias disciplinares e punição física. No presente estudo foram utilizadas 23 questões (14 sobre estilos parentais e 9 sobre práticas disciplinares). Optou-se por dividir em positivas (estilo parental positivo; monitoramento e supervisão parentais; envolvimento de pais e filhos), negativas (conflito parental e uso de práticas disciplinares violentas) A divisão entre práticas positivas e negativas foi realizada de acordo com a associação com desfechos agressivos encontrados em outros estudos. Deste modo, práticas positivas diminuem ou

estão associadas negativamente com desfechos violentos e agressivos, em contrapartida, as práticas negativas são associadas positivamente com tais desfechos.

Para este estudo, consideramos as respostas às questões das respectivas escalas em conjunto compondo uma medida única que expressa as práticas parentais em cada uma das dimensões: positivas (Cronbach's α :.81; CFA: CFp: 0.21-0.71; $\chi^2= 251.28$; (40 df); $p<0.001$; RMSEA=0.046; CFI=0.97) e negativas (Cronbach's α :.73; CFA: CFp: 0.25-0.67; $\chi^2= 162.45$; (23 df); $p<0.001$; RMSEA=0.049; CFI=0.97). A média das respostas individuais foi categorizada segundo quartis expressando a frequência de uso de cada uma das estratégias/estilos: raramente/quase nunca, frequentemente e muito frequentemente/ quase sempre. Para as análises foi criada uma variável binária em que foi considerada alta frequência de cada estilo parental apenas o quartil superior.

- **Participação em grupo de pares que cometem atos ilegais**

A participação em grupo de pares que cometem atos ilegais foi medida por duas perguntas presentes no *Eurogang Youth Survey* (<https://www.umsl.edu/ccj/Eurogang/euroganghome.html>): 1) Se o adolescente participa de um grupo de amigos e 2) Se os membros do grupo se encontram para fazer coisas ilegais. Com base nas respostas foi criada uma variável binária: 0- não participa de grupo que faz coisas ilegais e, 1 - participa de grupo cujos membros se encontram para fazer coisas ilegais juntos (grupo transgressor).

- **Legitimidade escolar**

Escala desenvolvida pela equipe do M-PROSO a partir de Bottoms e Tankebe (2012). Composta por 10 questões divididas em 3 subdimensões com respostas em escala *likert* de 4 pontos (discordo totalmente; discordo; concordo; concordo totalmente): a.

Justiça procedimental: p.ex. “Na minha escola, todos são tratados de maneira justa”; b. Efetividade: p. ex. “Mesmo que eu não concorde com os professores ou os funcionários da minha escola, tenho de escutá-los e obedecer ao que eles dizem”; c. Legalidade: p. ex. “Na minha escola professores e responsáveis conseguem manter a ordem”. As questões são consideradas em conjunto, compondo uma escala unidimensional (Cronbach’s α =.76; CFA: CFp: -0.18 a 0.70, $\chi^2=159.98$ (20df); RMSEA= 0.054; CFI=0.98).

A média das respostas individuais foi categorizada para criação de quartis compondo uma variável ordinal. Para as análises foi criada variável binária em que o quartil superior era considerado sim (Alta legitimidade escolar) e o restante não (Baixa/Média legitimidade escolar).

Características individuais

- **Autocontrole**

Foi utilizada escala composta por 10 perguntas utilizada na sexta onda do Z-PROSO a qual foi adaptada por Eisner e Ribeaud (2007) a partir da escala desenvolvida por Grasmick et al. (1993). As subdimensões que, em conjunto, compõem uma medida que expressa a capacidade de autocontrole dos adolescentes são: impulsividade, imediatismo, baixo limiar à frustração, valorização do risco e da aventura, e auto centramento. Os estudantes deveriam assinalar em que medida concordam com afirmações tais como “Quase sempre faço coisas sem pensar” ou “Eu prefiro sair e fazer algo fora de casa do que ficar em casa lendo ou pensando”. Todas as perguntas tinham respostas em escalas tipo *likert* variando entre discordo completamente (1), discordo (2), concordo (3) ou concordo completamente (4). Foi calculado um escore a partir das médias obtidas com as respostas a todas as questões, de forma unidimensional (Cronbach’s α = .75; CFA: CFp: 0.12 a 0.68; $\chi^2=205.77$ (30df); RMSEA= 0.049; CFI=0.96).

Com base no escore foi criada uma variável ordinal a partir dos quartis. Para as análises foi criada variável binária sendo considerado como baixa capacidade de autocontrole apenas o quartil superior.

- **Culpa e vergonha**

Escala adaptada pela equipe do Z-PROSO a partir da proposta de Wikstrom , Butterworth (2013) composta por três questões com resposta em escala *likert* de 4 pontos (Discordo totalmente-concordo totalmente), por exemplo: “Eu sempre me sinto culpado depois de fazer algo errado”. A partir da média das respostas foi composta uma medida única a qual foi posteriormente dividida em quatro níveis (com base no quartil). Para as análises foi criada variável binária (1 "Baixa culpa e vergonha" e 0 "Média e alta culpa e vergonha") sendo considerado como baixa culpa e vergonha apenas o quartil superior (Cronbach's $\alpha = .72$. CFA: CFp: 0.60 a 0.77; modelo perfeitamente identificado (df=0); Análise Fatorial Exploratória: solução unidimensional; eigenvalue 1.91; 64% da variância explicada pelo fator 1).

4.6 Modelos de análise:

A análise estatística foi realizada por meio do software *stata* 15.1. Em todos os cálculos o peso amostral foi incorporado. O cálculo dos pesos foi realizado a partir da fração de sorteio das turmas em cada estrato (pública municipal, pública estadual e particular), ou seja, o peso corresponde ao inverso da fração de sorteio. Foi realizada uma imputação pela média para as respostas faltantes nas escalas que continham 80% ou mais dos seus itens respondidos. Quando 20% ou mais dos itens de uma dada escala estavam sem resposta o caso foi considerado como *missing*. Tal procedimento foi realizado de acordo com a proposta de Royston , White (2011).

A análise descritiva foi realizada com base no cálculo de medidas de tendência central e dispersão, para as variáveis contínuas, e medidas de frequência relativa com respectivos intervalos de confiança de 95% para as variáveis categóricas (binárias, nominais e ordinais). Para análise bivariada foram utilizados testes para comparação de médias (teste t ou anova), para as variáveis contínuas, e o teste de qui-quadrado, para as variáveis categóricas.

A investigação de fatores associados a neutralização moral bem como da relação entre a neutralização moral e violência envolve a coleta de número considerável de variáveis visto tratar de fenômeno subjacente às relações interpessoais e modificada de acordo com os contextos. Deste modo, abordagens teóricas e analíticas mais complexas, como as que consideram a modelagem hierárquica parecem promissoras. A principal vantagem de utilizar tal modelagem teórica reside na possibilidade de incorporar fatores determinantes distais (como por exemplo condições socioeconômicas e características sócio demográficas) e proximais (como as características individuais). As variáveis são incluídas no modelo em blocos, respeitando a distância teoricamente determinada entre os fatores na cadeia de determinação do desfecho. Segundo proposto por Victora et al. (1997), a estratégia de organizar as variáveis em níveis hierárquicos reduz as distorções na estimação dos efeitos dos determinantes distais, possibilitando a interpretação dos resultados em um mesmo modelo e de uma forma mais ampliada (Victora et al., 1997).

4.6.1. Análise dos fatores associados à Neutralização Moral (Objetivo 3)

Para investigar os fatores associados à neutralização moral selecionamos, com base na revisão da literatura, variáveis que expressam características sócio demográficas (sexo, status socioeconômico e tipo de escola), exposição à violência (violência no bairro e na escola, vitimização por *bullying* e violência), características familiares (práticas parentais positivas e negativas), relação com pares e com a escola (participação em grupo

que cometem atos ilegais, legitimidade escolar) e características individuais (autocontrole, culpa e vergonha). O desfecho de interesse é a neutralização moral, trabalhada na forma ordinal com três categorias definidas a partir dos tercis (baixa, média e alta). A relação entre as variáveis foi pensada seguindo um **modelo teórico hierárquico** de cinco níveis compostos por 5 blocos de variáveis predictoras (quadro 1).

O primeiro bloco, mais distal, é composto pelas características sócio demográficas. Uma vez que a neutralização moral guarda estreita relação com o universo valorativo-moral dos adolescentes, as variáveis que expressam características sócio demográficas mostram-se relevantes para compreender o recurso à neutralização moral. Diversos estudos demonstram que sexo masculino está associado com maior aprovação à neutralização moral e que a tendência em aceitar os mecanismos de neutralização moral diminuem com o avançar da adolescência. Embora não exista literatura para sustentar a associação entre a condição socioeconômica da família ou tipo de escola com a neutralização moral, consideramos que tais características têm participação no processo de conformação das moralidades. A condição socioeconômica está relacionada com características ambientais diversas e, o tipo de escola está claramente relacionado às desigualdades educacionais do país (PISA, 2015). Por esse motivo, ambos podem influenciar a neutralização moral na medida em que definem comportamentos sociais esperados e delimitam um conjunto de características dos contextos onde os adolescentes circulam e travam relações. Uma vez que a moralidade se forma no âmbito das interações sociais como resultado de processos de socialização, consideramos que esse bloco tem um papel mais distal (INCHLEY, CURRIE 2013; STEINBERG, MORRIS 2001; BANDURA, 1991).

O segundo bloco representa experiências de violência direta (vitimização e *bullying*) e indireta (exposição à violência na escola e no bairro). A vitimização por

violência direta ou indireta bem como a socialização em ambientes violentos pode influenciar a aquisição de normas e valores e o desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas para a resolução de conflitos (FAGAN, TYLER 2005; ARSENIO, GOLD 2006; FONTAINE et al. 2014; COKER et al. 2014). Tais variáveis foram alocadas num nível hierárquico superior (distal) pois tem-se como hipótese que a interpretação dessas experiências de violência é mediada por processos de socialização com pais, amigos e escolas os quais estão em níveis hierárquicos inferiores (HYDE et al., 2010; FONTAINE et al., 2014).

O terceiro bloco é composto por práticas parentais. O modo pelo qual os pais lidam com as situações de violência e conflitos influencia sobremaneira a moralidade dos filhos. Porém, conforme exposto anteriormente, sabe-se que a durante a adolescência os relacionamentos com grupos de pares exercem maior influência na maneira de agir e pensar dos jovens quando comparados com a influência parental (FAGAN, TYLER, 2005; HYDE et al., 2010; CARAVITA et al., 2014). Além disso, os adolescentes costumam passar a maior parte do tempo de seu dia na escola, onde ocorre a interação com pares. Seguindo esse raciocínio, o quarto bloco é composto pela relação com pares que cometem atos transgressores e sua relação com a escola, avaliada a partir da legitimidade escolar (Akers, 2011; CARAVITA et al., 2014; CAMPAERT et al., 2017).

O último bloco e, por consequência, o que deve ter uma relação mais proximal com a neutralização moral é composto por características individuais de autocontrole e culpa/vergonha (ROOS, et al. 2015; LI et al., 2014). A hipótese de tal modelo parte da premissa de que quanto mais proximais são os blocos mais direta/próxima é a associação com neutralização moral. A análise dos resultados deve seguir o modelo apresentado no quadro 2.

Quadro 1. Quadro hierárquico conceitual dos fatores associados a neutralização moral

BLOCO 1 - CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS: SEXO, STATUS SOCIOECONÔMICO E TIPO DE ESCOLA.
BLOCO 2 -EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA: VIOLÊNCIA NO BAIRRO, VIOLÊNCIA NA ESCOLA, VITIMIZAÇÃO POR BULLYING E VIOLÊNCIA.
BLOCO 3 -FAMILIAR: PRÁTICAS PARENTAIS POSITIVAS, NEGATIVAS
BLOCO 4 -RELAÇÃO COM PARES E ESCOLA: PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS QUE COMETEM ATOS ILEGAIS, LEGITIMIDADE ESCOLAR
BLOCO 5 - CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS: AUTOCONTROLE; CULPA E VERGONHA
NEUTRALIZAÇÃO MORAL

Quadro 2. Modelo de análise dos resultados

Modelo		Interpretação
1	BLOCO 1 - CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS: SEXO, STATUS SOCIOECONÔMICO E TIPO DE ESCOLA.	Efeito das variáveis sócio demográficas na NM; não ajustadas pelos blocos subsequentes
2	BLOCO 2 -EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA: VIOLÊNCIA COMUNITÁRIA, VIOLÊNCIA NA ESCOLA, VITIMIZAÇÃO POR BULLYING E VIOLÊNCIA.	Efeito das experiências de violência na NM; ajustada pelo Bloco 1
3	BLOCO 3 -FAMILIAR: PRÁTICAS PARENTAIS POSITIVAS E NEGATIVAS.	Efeito das práticas parentais na NM; ajustada pelos Bloco 1 e 2.
4	BLOCO 4 -RELAÇÃO COM PARES E ESCOLA: PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE PARES QUE COMETEM ATOS ILEGAIS E LEGITIMIDADE ESCOLAR	Efeito da relação com grupos de pares e legitimidade escolar na NM; ajustada pelo Bloco 1, 2 e 3.
5	BLOCO 5 - CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS: AUTOCONTROLE; CULPA E VERGONHA	Efeito da relação com grupos de pares e legitimidade escolar na NM; ajustada pelo Bloco 1, 2 , 3 e 4.
	NEUTRALIZAÇÃO MORAL	

Para esta análise optamos por categorizar a variável neutralização moral com base no tercil, compondo assim uma variável ordinal (0-baixa, 1-intermediária e 2-alta

concordância com a neutralização moral). Após a análise descritiva procedemos com a análise bivariada entre todas as variáveis independentes e neutralização moral utilizando modelos de regressão logística ordinal simples com cálculo de *odds ratio* e intervalos de confiança. A regressão logística ordinal foi selecionada uma vez que a variável dependente, neutralização moral, é uma variável de tipo ordinal, com três categoriais. Todas as variáveis que apresentaram, nesta fase, um valor de probabilidade de erro tipo II igual ou inferior a 0,2 foram selecionadas para a análise multivariada. Em seguida, um modelo multivariável específico para cada bloco guiou a seleção das variáveis a serem incluídas na modelagem hierárquica final. Foram selecionadas nesta fase as variáveis de cada bloco com um valor de probabilidade de erro tipo II igual ou inferior a 0,05.

Como última etapa procedemos à modelagem de tipo hierárquica seguindo modelo teórico definido “a priori” com 5 níveis (Quadro 1), sendo o bloco 1 o mais distal e o bloco 5 o mais proximal. As variáveis de cada nível foram inseridas em bloco, do nível 1 ao nível 5, permanecendo no modelo todas as variáveis cujo valor de p foi igual ou inferior a 0,05.

Para realizar a regressão logística ordinal foi utilizado o comando *gologit2* do *stata* que faz estimativas generalizadas para modelos de regressão logística ordinal. A principal vantagem de utilizar o comando *gologit2* é a possibilidade de realizar a regressão logística ordinal nos casos que as premissas de proporcionalidade dos *odds* são violadas (WILLIAMS, 2006; 2016). Também foi utilizado o comando *autofit* o qual identifica modelos com proporcionalidade parcial de *odds* que se ajustam aos dados. Ou seja, comando *gologit2* testa formalmente a existência ou não de proporcionalidade do *odds* e, quando esta não se mostra presente permite que as variáveis explanatórias variem num ponto em que as variáveis dependentes são dicotomizadas. Desta maneira, os *odds ratio* apresentados devem ser interpretados como regressões logísticas binárias em que o

resultado das variáveis dependentes são dicotomizados. No modelo para analisar os fatores associados à neutralização moral, a variável dependente (neutralização moral) possui 3 categorias (0-baixa, 1-Média e 2-Alta concordância/aceitação). O primeiro OR apresentado resulta da comparação entre a categoria baixa (0) com as categorias Média e Alta em conjunto (1+2). O segundo OR compara as categorias baixa e média em conjunto (0+1) com a alta (2). Desta forma, caso haja proporcionalidade dos *odds*, um único valor de *odds ratio* é apresentado, e caso proporcionalidade dos *odds* não seja respeitada, mais de um valor de OR é apresentado.

Outra vantagem em utilizar o *gologit2* consiste na possibilidade em suportar/permitir a análise com peso amostral a partir do comando *gsvy*. Para a análise foram considerados apenas os estudantes que não apresentavam informações faltantes para as variáveis incluídas no modelo. Desta forma, a amostra final incluída na análise foi de 2351 estudantes incluídos e 365 excluídos.

A opção por categorizar a variável desfecho neutralização moral em tercis se justificou pela maior facilidade de interpretação do OR, em comparação com coeficientes de regressão linear. Entretanto trabalhamos apenas com casos completos em nossa análise, o que resultou na exclusão de 365 adolescentes, e os resultados podem, potencialmente, estar com a sua validade comprometida em função da introdução de um possível viés de seleção. Além disso a categorização de uma variável contínua (score médio na neutralização moral) resulta em perda de informação. Optamos, portanto, por testar a sensibilidade dos nossos resultados com um modelo de regressão linear com imputação dos dados faltantes com base no método *full information maximum likelihood* [FIML] (ALLISON, 2003). As variáveis foram trabalhadas em sua forma contínua com base no score médio. Para esta análise utilizamos o módulo de equações estruturais (SEM) do *stata*. Os mesmos passos foram realizados: 1. Análise bivariada entre todas as

variáveis independentes e neutralização moral. As variáveis que apresentaram, nesta fase, um valor de probabilidade de erro tipo II igual ou inferior a 0,2 foram selecionadas para as fases subsequentes; 2. Para orientar a seleção das variáveis a serem incluídas no modelo hierárquico final, rodamos cinco modelos distintos, um por bloco. Todas as variáveis associadas a neutralização moral com valor de $p \leq 0,05$ foram selecionadas; 3. Em seguida, as variáveis selecionadas foram incluídas em blocos, de 1 a 5, de forma que as variáveis dos blocos mais distais permaneceram como fatores de ajuste para os blocos hierarquicamente proximais (VICTORA, 1997). Consideramos, arbitrariamente, um valor de p igual ou inferior a 0,05 como indicativo de significância estatística.

4.6.2 Análise da associação entre a neutralização moral e a perpetração de violência (objetivo 4)

Para analisar a associação entre a neutralização moral e a perpetração de violência (objetivo 4) utilizamos regressão de Poisson para a construção dos modelos simples e multivariado com ajuste para variáveis de confusão. A regressão de Poisson foi escolhida considerando que o desfecho (perpetração de violência) foi trabalhado na forma binária e possui alta prevalência (19,4%). As variáveis foram selecionadas com base na revisão de literatura levando-se em conta aquelas que estão associadas tanto com a perpetração de violência quanto com neutralização moral.

Para a análise foram considerados apenas os estudantes que não apresentavam informações faltantes para as variáveis incluídas no modelo. Desta forma, a amostra final incluída na análise foi de 2.314 adolescentes incluídos e, 366 excluídos. Foram calculadas Razão de Prevalência brutas e ajustadas e Intervalos de Confiança de 95%.

Inicialmente, foi realizada análise bivariada a partir da regressão de Poisson simples entre a variável desfecho (perpetração de violência) e cada uma das variáveis.

Para compor o modelo multivariado foram selecionadas as variáveis que demonstraram estar associadas com a perpetração de violência sendo utilizado o valor de $p < 0,05$ como ponto de corte de significância estatística.

5. Resultados

5.1 Características da amostra

A tabela 1 apresenta as características sócio demográficas da população de estudo para cada variável selecionada, por sexo e tipo de escola. Cinquenta e dois por cento dos respondentes eram do sexo masculino e quase 70% dos alunos participantes estudavam em escolas públicas.

A condição socioeconômica da família foi classificada com base nos tercís: no tercil inferior (33,5% das famílias) a média do escore de classificação socioeconômica foi 3,50 (Amplitude de variação (AV) = 0-5,42), no tercil intermediário 6,82 (AV=5,58-7,97) (34,5% das famílias) e 10,90 (AV=8,14-13,55) no tercil superior (31,9% das famílias). Nota-se que dentre os alunos da escola privada 50,72% situaram-se no estrato de alta condição socioeconômica da família e apenas 14,30% na baixa; dentre alunos de escola pública 42,36 % estão no estrato de baixa condição socioeconômica da família e 23,31% no da alta. Observa-se também que a maior parte dos alunos das escolas particulares (82%) tem idade inferior a 15 anos, enquanto que nas escolas públicas esse percentual é de (67,71%) sendo que quase 9% dos alunos da rede pública tinham mais de 16 anos o que demonstra uma maior defasagem idade-série entre os alunos de escolas públicas. Também há uma maior proporção de meninos com mais de 16 anos de idade (9,21%) em comparação com o percentual de meninas (3,47%).

Tabela 1 - Características da amostra composta por adolescentes de 9º ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo, 2017 (n=2680).

	Média	Min-Máx	Total (100%)	Feminino (47,39%)	Masculino (52,61%)	Particular (30,25%)	Pública (69,75%)
Sexo							
Feminino	-	-	47,39	-	-	50,29	46,13
Masculino	-	-	52,61	-	-	49,70	53,38
Condição socioeconômica da família							
Baixa	3,50	0-5,42	33,56	36,14	30,98	14,30	42,36
Média	6,82	5,58-7,97	34,52	34,83	34,59	34,97	34,32
Alta	10,90	8,14-13,55	31,90	29,02	34,42	50,72	23,31
Idade							
<15	14,51	12,85-14,99	72,24	77,90	67,42	82,61	67,71
15-16	15,40	15,00-15,99	21,20	18,62	23,36	15,35	21,10
>16	16,66	16,01-18,91	6,55	3,47	9,21	2,02	8,52
Vitimização por Bullying							
Não	-	-	71,33	69,26	73,34	70,19	71,83
Sim	-	-	28,66	30,73	26,65	29,80	28,16
Vitimização por Violência							
Não	-	-	77,33	77,99	76,54	79,18	76,43
Sim	-	-	22,66	22,00	23,45	20,81	23,46
Exposição à violência comunitária							
Baixa	1,42	1,41-1,45	74,98	74,11	76,04	82,08	71,85
Alta	2,69	2,08-4	25,02	25,88	23,95	17,91	28,14
Violência na escola							
Baixa	1,75	1-4	74,81	72,28	77,25	84,83	70,42
Alta	2,48	2,09-4	25,18	27,71	22,74	15,16	29,57
Práticas Parentais Positivas							
Raramente/pouco frequente	3,04	1-4	76,78	71,87	81,16	71,12	79,24
Frequente	2,83	1-3,45	23,21	28,12	18,83	28,87	20,75
Práticas Parentais Negativas							
Raramente/pouco frequente	1,74	1-4	77,53	72,68	82,18	77,18	77,68
Frequente	1,52	1-2	22,46	27,31	17,81	22,81	22,31
Participação em grupo de pares que cometem atos ilegais							
Não	-	-	81,64	79,27	84,11	78,51	83,02
Sim	-	-	18,35	20,72	15,88	21,48	16,97
Legitimidade escolar							
Baixa/Média	2,68	1-4	82,76	81,77	83,40	74,53	86,37
Alta	2,53	1-3	17,23	18,22	16,59	25,46	13,62
Vergonha							
Média/Alta	2,81	1-4	71,25	79,20	64,43	74,18	69,97
Baixa	1,93	1-2,3	28,74	20,79	35,56	25,81	30,02
Capacidade de autocontrole							
Média/Alta	2,23	1-4	74,53	71,57	77,05	76,27	73,77
Baixa	2,02	1-2,5	25,46	28,42	22,94	23,72	26,22
Perpetração de violência							
Sim	-	-	19,43	14,89	22,91	21,16	18,67
Não	-	-	80,56	85,10	77,08	78,83	81,32
Neutralização Moral							
Baixa	1,79	1-3,72	34,66	42,49	27,53	45	30,17
Moderada	1,30	1-1,5	33,30	33,29	33,90	33,37	33,27
Alta	1,74	1,52-1,94	32,02	24,21	38,56	36,55	36,54

No que diz respeito à exposição à violência 28,66% relataram ter sido vítimas de *bullying* e 22,66% foram vítimas de violência. Os percentuais são semelhantes quando comparados meninos e meninas e alunos de escola pública e particular. Porém, observa-se diferença importante na exposição à violência comunitária e escolar. Dentre estudantes de escolas públicas 28,14% e 29,57% relataram alta exposição à violência comunitária e escolar, respectivamente; na escola particular esses percentuais foram de 15,16% e 17,91%.

Quanto à perpetração de violência, 19,43% relataram pelo menos um ato de violência no último ano e, 18,35% relataram participar de grupos de pares que cometem atos ilegais. Chama a atenção o fato de que 20,72% das meninas afirmam participar deste tipo de grupo, enquanto esse percentual foi de 15,88% entre meninos. Em contrapartida, 14,89% das meninas e 22,91% dos meninos relataram ter perpetrado algum tipo de violência no último ano.

Em relação às práticas parentais, um maior percentual de meninas relatou alta frequência de práticas parentais positivas (28,12%) e baixa frequência das negativas (27,31%). Entre meninos, esses percentuais foram de 18,83% e 17,81%, respectivamente. As demais variáveis demonstram distribuições semelhantes entre meninos e meninas excetuando-se a diferença da capacidade de sentir culpa/vergonha e neutralização moral. Baixa capacidade de vergonha foi encontrada em 20,79% das meninas e 30,86% dos meninos.

Outra diferença importante entre escolas é encontrada na variável de legitimidade escolar. Alta legitimidade escolar foi encontrada 13,62% dos alunos da escola pública e 25,46% dos alunos das escolas particulares.

Também é importante notar na tabela 1 os escores médios da neutralização moral nas categorias criadas a partir dos quartis. Observa-se que há diferença importante entre

os escores médios de cada grupo, o que representa a diferença de concordância ou frequência das atitudes questionadas nas escalas.

5.2 Neutralização Moral – Análise descritiva

As tabelas 2 e 3 apresentam os itens da escala de neutralização moral com seus respectivos domínios cognitivos e a média de escore de cada item para a amostra total, por sexo e por tipo de escola.

Observa-se na tabela 2 que o grau de concordância com o recurso da neutralização moral foi em média 1,78 (IC95%: 1,76-1,81) sendo 1,68 (IC95%: 1,65-1,71) para meninas e 1,87 (IC95%: 1,84-1,91) para meninos. Nota-se que as médias das respostas dos meninos é maior e as diferenças são significantes do ponto de vista estatístico na maioria dos itens. Apenas nos itens “Você precisa machucar os outros antes que eles te machuquem” e “Só os covardes fogem de uma briga” não há diferença estatisticamente significativa. O item com maior média (maior concordância entre os adolescentes) tanto entre meninos quanto entre meninas encontra-se no domínio da reestruturação cognitiva: “É certo lutar para proteger seus amigos”. Para a amostra total a média deste item foi de 2,94 (IC95%: 2,88-2,99), entre meninas foi de 2,86 (IC95%: 2,79-2,94) e, entre meninos 3,01 (IC95%: 2,93-3,07). Já o item com menor média (menor concordância entre os adolescentes) também faz parte dos mecanismos de reestruturação cognitiva: “Às vezes está tudo bem em maltratar uma pessoa ou praticar *bullying* contra ela”. Neste item, a média na amostra total foi de 1,21 (IC95%: 1,18-1,24), entre meninas foi de 1,16 (IC95%: 1,12-1,19) e, 1,25 (IC95%: 1,21-1,29) entre meninos.

Tabela 2: Itens da escala de neutralização moral com seus respectivos domínios cognitivos e a análise estatística descritiva para cada item apresentados para a amostra total e por sexo entre adolescentes de 9º ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo, 2017. (n=2680)

Redação dos itens	Total M(IC95%)	Meninas M(IC95%)	Meninos M(IC95%)	
Neutralização moral (todos os itens)	1,78 (1,76-1,81)	1,68 (1,65-1,71)	1,87 (1,84-1,91)	<0,001
Distorção das conseqüências				
Ser maltratado ou agredido faz de você uma pessoa mais forte.	1,66 (1,62-1,71)	1,60 (1,54-1,66)	1,73 (1,67-1,78)	<0,001
Alguns adolescentes têm de ser atormentados para aprender uma lição.	1,66 (1,61-1,70)	1,54 (1,48-1,61)	1,76 (1,69-1,82)	<0,001
Muitos problemas podem ser resolvidos com violência.	1,42 (1,39-1,46)	1,29 (1,25-1,33)	1,53 (1,48-1,58)	<0,001
Assumir o pior				
Você tem o direito de falar mal dos outros. já que os outros também falam mal de você.	2,23 (2,18-2,28)	2,16 (2,08-2,24)	2,30 (2,23-2,37)	<0,05
Você precisa machucar os outros antes que eles te machuquem.	1,60 (1,55-1,65)	1,44 (1,38-1,50)	1,74 (1,67-1,81)	0,38
Culpar a vítima				
Alguns adolescentes são maltratados porque merecem.	1,65 (1,60-1,69)	1,48 (1,42-1,53)	1,79 (1,73-1,86)	<0,001
Quando alguém age como um idiota você pode tratá-lo mal.	1,77 (1,73-1,81)	1,74 (1,67-1,81)	1,79 (1,72-1,86)	<0,05
A maioria dos adolescentes que são maltratados ou agredidos por outros adolescentes pediram por isso.	1,51 (1,47-1,55)	1,44 (1,40-1,49)	1,56 (1,50-1,62)	<0,001
Minimizar responsabilidade				
Às vezes você precisa machucar uma pessoa se você tem problemas com ela.	1,40 (1,26-1,43)	1,32 (1,27-1,37)	1,45 (1,40-1,50)	<0,05
É certo agredir fisicamente alguém que bateu em você primeiro.	2,41 (2,35-2,47)	2,21 (2,13-2,29)	2,58 (2,52-2,65)	<0,05
Reestruturação cognitiva				
Só os covardes fogem de uma briga.	1,80 (1,74-1,86)	1,64 (1,57-1,70)	1,94 (1,85-2,03)	0,07
Às vezes as pessoas precisam apanhar.	1,90 (1,84-1,95)	1,76 (1,69-1,83)	2,02 (1,95-2,10)	<0,05
É certo lutar para proteger seus amigos.	2,94 (2,88-2,99)	2,86 (2,79-2,94)	3,01 (2,93-3,07)	<0,001
O <i>bullying</i> faz parte da vida de um adolescente.	2,53 (2,47-2,59)	2,58 (2,50-2,67)	2,48 (2,41-2,56)	<0,001
Quando uma pessoa de quem você não gosta está sendo maltratada ou agredida você também pode participar e maltratar ou agredir essa pessoa.	1,28 (1,24-1,31)	1,24 (1,19-1,28)	1,30 (1,26-1,35)	<0,001
É certo agredir fisicamente alguém para defender seus direitos.	1,60 (1,57-1,64)	1,45 (1,40-1,50)	1,75 (1,68-1,81)	<0,001
Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar <i>bullying</i> contra ela.	1,21 (1,18-1,24)	1,16 (1,12-1,19)	1,25 (1,21-1,29)	<0,001
É certo bater em alguém que não respeita seu grupo de amigos.	1,56 (1,51-1,61)	1,38 (1,33-1,44)	1,71 (1,63-1,78)	

A tabela 3 mostra as médias do escore de neutralização moral e das respostas por cada item das perguntas que compõe a escala de neutralização moral estratificados por tipo de escola. Nota-se que a média total e a média da maioria dos itens são maiores nas escolas públicas quando comparada com as escolas particulares, com diferença significativa do ponto de vista estatístico. A média total nas escolas públicas foi de 1,84 (IC95%: 1,81-1,87) sendo 1,66 (IC95%: 1,62-1,70) nas escolas particulares. Observa-se também que as médias são maiores para os estudantes da rede pública em todos os itens dos domínios “culpar a vítima” e “minimizar a responsabilidade”. É interessante notar dois itens em que não houve diferença nas médias de respostas entre a escolas públicas e particulares, ou seja, não houve diferença quanto à concordância com os enunciados. Um deles presente no domínio da distorção das consequências “Muitos problemas podem ser resolvidos com violência” e, outro, no domínio da reestruturação cognitiva “É certo lutar para proteger os amigos”. Neste último, encontramos o maior escore em ambos os domínios administrativos das escolas, sendo a média 2,99 (IC95%: 2,91-3,08) nas escolas particulares e 2,91 (IC95%: 2,84-2,98) nas públicas.

Tabela 3: Itens da escala de neutralização moral com seus respectivos domínios cognitivos e a análise estatística descritiva para cada item apresentados para a amostra total e por tipo de escola entre adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo, 2017. (n=2680)

Redação dos itens	Total M(IC95%)	Particulares M(IC95%)	Pública M(IC95%)	
Neutralização moral (todos os itens)	1,78 (1,76-1,81)	1,66 (1,62-1,70)	1,84 (1,81-1,87)	<0,001
Distorção das conseqüências				
Ser maltratado ou agredido faz de você uma pessoa mais forte.	1,66 (1,62-1,71)	1,64 (1,59-1,69)	1,67 (1,61-1,73)	0,45
Alguns adolescentes têm de ser atormentados para aprender uma lição.	1,66 (1,61-1,70)	1,55 (1,48-1,62)	1,70 (1,65-1,76)	<0,001
Muitos problemas podem ser resolvidos com violência.	1,42 (1,39-1,46)	1,40 (1,34-1,46)	1,43 (1,39-1,47)	0,36
Assumir o pior				
Você tem o direito de falar mal dos outros. já que os outros também falam mal de você.	2,23 (2,18-2,28)	2,17 (2,10-2,24)	2,25 (2,18-2,32)	0,09
Você precisa machucar os outros antes que eles te machuquem.	1,60 (1,55-1,65)	1,43 (1,36-1,49)	1,68 (1,61-1,75)	<0,001
Culpar a vítima				
Alguns adolescentes são maltratados porque merecem.	1,65 (1,60-1,69)	1,45 (1,39-1,51)	1,73 (1,68-1,79)	<0,001
Quando alguém age como um idiota. você pode tratá--lo mal.	1,77 (1,73-1,81)	1,71 (1,65-1,77)	1,79 (1,74-1,85)	<0,05
A maioria dos adolescentes que são maltratados ou agredidos por outros adolescentes pediram por isso.	1,51 (1,47-1,55)	1,33 (1,28-1,37)	1,59 (1,54-1,64)	<0,001
Mínimizar responsabilidade				
Às vezes você precisa machucar uma pessoa se você tem problemas com ela.	1,40 (1,26-1,43)	1,27 (1,21-1,32)	1,45 (1,40-1,50)	<0,001
É certo agredir fisicamente alguém que bateu em você primeiro.	2,41 (2,35-2,47)	2,17 (2,09-2,26)	2,52 (2,44-2,59)	<0,001
Reestruturação cognitiva				
Só os covardes fogem de uma briga.	1,80 (1,74-1,86)	1,49 (1,41-1,57)	1,94 (1,86-2,02)	<0,001
Às vezes as pessoas precisam apanhar.	1,90 (1,84-1,95)	1,75 (1,67-1,83)	1,96 (1,84-2,03)	<0,001
É certo lutar para proteger seus amigos.	2,94 (2,88-2,99)	2,99 (2,91-3,08)	2,91 (2,84-2,98)	0,12
O <i>bullying</i> faz parte da vida de um adolescente.	2,53 (2,47-2,59)	2,33 (2,24-2,42)	2,62 (2,54-2,69)	<0,001
Quando uma pessoa de quem você não gosta está sendo maltratada ou agredida. você também pode participar e maltratar ou agredir essa pessoa.	1,28 (1,24-1,31)	1,21 (1,17-1,24)	1,31 (1,26-1,36)	<0,001
É certo agredir fisicamente alguém para defender seus direitos.	1,60 (1,57-1,64)	1,46 (1,39-1,52)	1,67 (1,62-1,72)	<0,001
Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar <i>bullying</i> contra ela.	1,21 (1,18-1,24)	1,11 (1,08-1,14)	1,25 (1,22-1,29)	<0,001
É certo bater em alguém que não respeita seu grupo de amigos.	1,56 (1,51-1,61)	1,39 (1,33-1,45)	1,63 (1,56-1,70)	<0,001

Na tabela 4 são apresentados os escores médios de cada item da escala para cada tercil de aprovação de neutralização moral (baixa, média ou alta). O escore médio da amostra total foi de 1,78 (IC95%: 1,76-1,81) sendo que este escore para os grupos de baixa, média e alta aprovação da neutralização moral foram respectivamente 1,30 (IC95%: 1,29-1,31), 1,74 (IC95%: 1,73-1,74) e 2,36 (IC95%: 2,33-2,38). Dentre o grupo de baixa aprovação os escores variaram de 1,01 a 2,43 enquanto que no grupo de alta aprovação essa variação foi de 1,51 a 3,33. A afirmação com menor escore de aprovação na amostra total foi “Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar *bullying* contra ela”: 1,21 (IC95%: 1,18-1,24) na amostra total sendo que os escores para a baixa aprovação e alta aprovação foram, respectivamente, 1,01 (IC95%:1-1,02) e 1,51 (IC95%: 1,44-1,58).

Dentre o grupo de baixa aprovação o maior escore médio, 2,43 (IC95%: 2,34-2,52), foi encontrado para a afirmação “É certo lutar para proteger seus amigos”. No grupo de alta aprovação duas afirmativas apresentaram escore médio maior do que 3: “É certo agredir fisicamente alguém que bateu em você primeiro”, 3,33 (IC95%: 3,25-3,40) e “É certo lutar para proteger seus amigos”, 3,33 (IC95%: 3,27-3,40).

Tabela 4: Escore médio de cada item de neutralização moral separados por tercís – representando baixo, médio e alta aprovação de neutralização moral – entre estudantes do 9º ano na cidade de São Paulo, Brasil (n=2680), 2017.

Redação dos itens	Neutralização Moral			
	Total M(IC95%)	Baixo (32,02) M(IC95%)	Médio (32,02) M(IC95%)	Alto (32,02) M(IC95%)
Neutralização moral (Todos os itens)	1,78 (1,76-1,81)	1,30 (1,29-1,31)	1,74 (1,73-1,74)	2,36 (2,33-2,38)
Distorção das consequências				
Ser maltratado ou agredido faz de você uma pessoa mais forte.	1,66 (1,62-1,71)	1,26 (1,21-1,31)	1,66 (1,58-1,73)	2,10 (2,02-2,18)
Alguns adolescentes têm de ser atormentados para aprender uma lição.	1,66 (1,61-1,70)	1,20 (1,16-1,24)	1,66 (1,58-1,73)	2,15 (2,07-2,23)
Muitos problemas podem ser resolvidos com violência.	1,42 (1,39-1,46)	1,07 (1,05-1,09)	1,36 (1,31-1,40)	1,87 (1,79-1,95)
Assumir o pior				
Você tem o direito de falar mal dos outros, já que os outros também falam mal de você.	2,23 (2,18-2,28)	1,55 (1,49-1,61)	2,24 (2,17-2,30)	2,95 (2,88-3,02)
Você precisa machucar os outros antes que eles te machuquem.	1,60 (1,55-1,65)	1,09 (1,07-1,12)	1,44 (1,38-1,51)	2,32 (2,22-2,42)
Culpar a vítima				
Alguns adolescentes são maltratados porque merecem.	1,65 (1,60-1,69)	1,12 (1,09-1,15)	1,54 (1,48-1,60)	2,33 (2,24-2,41)
Quando alguém age como um idiota, você pode tratá-lo mal.	1,77 (1,73-1,81)	1,27 (1,24-1,31)	1,74 (1,67-1,80)	2,34 (2,25-2,42)
A maioria dos adolescentes que são maltratados ou agredidos por outros adolescentes pediram por isso.	1,51 (1,47-1,55)	1,14 (1,11-1,18)	1,46 (1,40-1,53)	1,96 (1,88-2,03)
Mínimizar a responsabilidade				
Às vezes você precisa machucar uma pessoa se você tem problemas com ela.	1,40 (1,26-1,43)	1,03 (1,02-1,05)	1,26 (1,21-1,30)	1,93 (1,86-2,01)
É certo agredir fisicamente alguém que bateu em você primeiro.	2,41 (2,35-2,47)	1,53 (1,47-1,59)	2,45 (2,37-2,53)	3,33 (3,25-3,40)
Reestruturação cognitiva				
Só os covardes fogem de uma briga.	1,80 (1,74-1,86)	1,18 (1,14-1,22)	1,69 (1,61-1,77)	2,59 (2,50-2,68)
Às vezes as pessoas precisam apanhar.	1,90 (1,84-1,95)	1,24 (1,20-1,28)	1,83 (1,76-1,91)	2,68 (2,59-2,78)
É certo lutar para proteger seus amigos.	2,94 (2,88-2,99)	2,43 (2,34-2,52)	3,08 (3,01-3,15)	3,33 (3,27-3,40)
O <i>bullying</i> faz parte da vida de um adolescente.	2,53 (2,47-2,59)	2,03 (1,93-2,12)	2,65 (2,55-2,74)	2,96 (2,88-3,03)
Quando uma pessoa de quem você não gosta está sendo maltratada ou agredida, você também pode participar e maltratar ou agredir essa pessoa.	1,28 (1,24-1,31)	1,04 (1,02-1,05)	1,17 (1,13-1,21)	1,65 (1,56-1,73)
É certo agredir fisicamente alguém para defender seus direitos.	1,60 (1,57-1,64)	1,11 (1,09-1,14)	1,51 (1,46-1,56)	2,24 (2,16-2,32)
Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar <i>bullying</i> contra ela.	1,21 (1,18-1,24)	1,01 (1-1,02)	1,13 (1,10-1,15)	1,51 (1,44-1,58)
É certo bater em alguém que não respeita seu grupo de amigos.	1,56 (1,51-1,61)	1,10 (1,07-1,12)	1,41 (1,36-1,46)	2,21 (2,12-2,30)

Para aprofundar as análises descritivas, criou-se uma variável binária (sim/não) em que foram alocados no sim todos aqueles cujas respostas continham “mais verdadeiro que falso” ou “verdadeiro”. As tabelas 5 e 6 apresentam os percentuais daqueles que responderam ter algum tipo de concordância com os enunciados da neutralização moral para a amostra total estratificadas por sexo e tipo de escola respectivamente.

Na tabela 5, nota-se grande variação desde apenas 4,43% (IC95% 3,59-5,46) da amostra total ter algum tipo de concordância com o enunciado “ Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar *bullying* contra ela” até 69,07% (IC95% 66,72-71,33) que concordam que “É certo lutar para proteger seus amigos”. O item com menor proporção de concordância foi o mesmo para as meninas [2,48% (IC95% 1,67-3,67)] e meninos [6,01% (IC95% 4,69-7,68)], “ Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar *bullying* contra ela”.

Em apenas 4 dos 18 itens as diferenças entre meninos e meninas não são estatisticamente significantes. Em geral os percentuais são maiores entre meninos. Em alguns itens essa diferença chega a ser quase o dobro, tal como ocorre no item “Muitos problemas podem ser resolvidos com violência” em que 5,19% (IC95% 3,95-6,79) das meninas tiveram algum tipo de concordância e 12,26% (IC95% 10,38-14,43) dos meninos.

Tabela 5: Percentual de alguma concordância com os mecanismos de neutralização moral apresentados para a amostra total e por sexo entre adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo, 2017. (n=2680)

Redação dos itens	Total % (IC95%)	Meninas % (IC95%)	Meninos % (IC95%)	Valor de p
Distorção das consequências				
Ser maltratado ou agredido faz de você uma pessoa mais forte.	19,36 (17,99-21,38)	17,47 (15,10-20,12)	21,81 (19,38-24,46)	<0,05
Alguns adolescentes têm de ser atormentados para aprender uma lição.	18,59 (16,93-20,36)	14,58 (12,39-17,10)	21,91 (19,47-24,55)	<0,001
Muitos problemas podem ser resolvidos com violência.	9,21 (8,03-10,55)	5,19 (3,95-6,79)	12,26 (10,38-14,43)	<0,001
Assumir o pior				
Você tem o direito de falar mal dos outros. já que os outros também falam mal de você.	38,94 (36,86-41,06)	35,08 (32,69-39,19)	41,80 (38,69-44,98)	<0,05
Você precisa machucar os outros antes que eles te machuquem.	17,46 (15,52-19,59)	11,56 (9,70-13,72)	22,54 (19,56-25,82)	<0,001
Culpar a vítima				
Alguns adolescentes são maltratados porque merecem.	18,69 (17,23-20,25)	13,39 (11,41-15,65)	23,09 (20,63-25,74)	<0,001
Quando alguém age como um idiota. você pode tratá--lo mal.	21,10 (19,40-22,89)	20,00 (17,47-22,80)	21,51 (18,72-24,59)	0,48
A maioria dos adolescentes que são maltratados ou agredidos por outros adolescentes pediram por isso.	13,52 (12,01-15,19)	11,97 (10,18-14,03)	14,55 (12,21-17,25)	0,10
Minimizar responsabilidade				
Às vezes você precisa machucar uma pessoa se você tem problemas com ela.	9,37 (8,09-10,82)	7,97 (6,45-9,82)	9,86 (7,91-12,22)	0,18
É certo agredir fisicamente alguém que bateu em você primeiro.	48,40 (45,98-50,85)	39,88 (36,50-43,36)	55,50 (52,85-58,12)	<0,001
Reestruturação cognitiva				
Só os covardes fogem de uma briga.	25,06 (22,70-27,57)	19,77 (17,46-22,30)	29,47 (25,92-33,30)	<0,001
Às vezes as pessoas precisam apanhar.	27,73 (25,73-29,83)	22,88 (20,12-25,89)	32,09 (29,51-34,77)	<0,001
É certo lutar para proteger seus amigos.	69,07 (66,72-71,33)	65,79 (62,48-68,95)	71,81 (68,73-74,70)	<0,05
O <i>bullying</i> faz parte da vida de um adolescente.	54,11 (51,75-56,46)	56,99 (53,46-60,46)	51,69 (48,51-54,85)	<0,05
Quando uma pessoa de quem você não gosta está sendo maltratada ou agredida. você também pode participar e maltratar ou agredir essa pessoa.	6,55 (5,41-7,92)	5,59 (4,20-7,41)	7,09 (5,46-9,15)	0,2
É certo agredir fisicamente alguém para defender seus direitos.	15,79 (14,16-17,59)	10,71 (8,84-12,93)	20,52 (17,81-23,52)	<0,001
Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar <i>bullying</i> contra ela.	4,43 (3,59-5,46)	2,48 (1,67-3,67)	6,01 (4,69-7,68)	<0,001
É certo bater em alguém que não respeita seu grupo de amigos.	13,82 (12,04-15,82)	8,63 (6,82-10,86)	18,12 (15,22-21,43)	<0,001

Na tabela 6 são apresentados percentuais dos que tiveram algum tipo de concordância com os enunciados estratificados por tipo de escola. Observa-se que há diferença estatisticamente significativa na maioria dos itens quando comparadas as escolas públicas e particulares. Dos 18 itens que compõe a escala apenas 4 não apresentam diferença significativa do ponto de vista estatístico. Em alguns itens as diferenças chegam a ser duas vezes maiores para os alunos de escola pública. Por exemplo, no item “A maioria dos adolescentes que são maltratados ou agredidos por outros adolescentes pediram por isso” 6,86% (IC 95% 5,36-8,73) dos alunos de escola particular tem algum tipo de concordância, enquanto dentre os alunos de escola pública esse percentual foi de 16,43% (IC 95% 14,35-18,74). Também se observa uma diferença importante no item “Só os covardes fogem da briga” em que 13,60% (IC95% 10,75-17,05) dos alunos de escola particular tem alguma concordância e 30,04% (IC95% 26,87-33,42) dos alunos de escola pública. Os maiores percentuais de concordância em ambas escolas apareceram no item “É certo lutar para proteger seus amigos”, 71,74% (IC95% 67,65-75,50) dos alunos da escola particular e 67,91% (IC95% 64,99-70,69) da pública.

Tabela 6: Percentuais de alguma concordância com os mecanismos de neutralização moral apresentados para a amostra total e por tipo de escola entre adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo, 2017. (n=2680)

Redação dos itens	Total % (IC95%)	Particular % (IC95%)	Pública % (IC95%)	Valor de p
Distorção das consequências				
Ser maltratado ou agredido faz de você uma pessoa mais forte.	19,63 (17,99-21,38)	18,48 (16,40-20,76)	20,13 (17,96-22,50)	0,5
Alguns adolescentes têm de ser atormentados para aprender uma lição.	18,59 (16,93-20,36)	14,30 (11,75-17,29)	20,45 (18,36-22,71)	<0,001
Muitos problemas podem ser resolvidos com violência.	9,21 (8,03-10,55)	8,02 (6,04-10,57)	9,73 (8,29-11,39)	0,22
Assumir o pior				
Você tem o direito de falar mal dos outros, já que os outros também falam mal de você.	38,94 (36,86-41,06)	36,62 (33,59-39,77)	39,95 (37,24-42,73)	0,10
Você precisa machucar os outros antes que eles te machuquem.	17,46 (15,52-19,59)	11,51 (9,26-14,21)	20,05 (17,44-22,94)	<0,001
Culpar a vítima				
Alguns adolescentes são maltratados porque merecem.	18,69 (17,23-20,25)	11,39 (9,34-13,82)	21,87 (19,99-23,87)	<0,001
Quando alguém age como um idiota, você pode tratá-lo mal.	21,10 (19,40-22,89)	18,02 (15,37-21,00)	22,44 (20,30-24,73)	<0,05
A maioria dos adolescentes que são maltratados ou agredidos por outros adolescentes pediram por isso.	13,52 (12,01-15,19)	6,86 (5,36-8,73)	16,43 (14,35-18,74)	<0,001
Mínimizar responsabilidade				
Às vezes você precisa machucar uma pessoa se você tem problemas com ela.	9,37 (8,09-10,82)	5,11 (3,56-7,28)	11,22 (9,52-13,18)	<0,001
É certo agredir fisicamente alguém que bateu em você primeiro.	48,40 (45,98-50,83)	38,83 (35,25-42,54)	52,57 (49,39-55,72)	<0,001
Reestruturação cognitiva				
Só os covardes fogem de uma briga.	25,06 (22,70-27,57)	13,60 (10,75-17,05)	30,04 (26,87-33,42)	<0,001
Às vezes as pessoas precisam apanhar.	27,73 (25,73-29,83)	22,32 (19,51-25,40)	30,09 (27,50-32,80)	<0,001
É certo lutar para proteger seus amigos.	69,07 (66,72-71,33)	71,74 (67,65-75,50)	67,91 (64,99-70,69)	0,11
O <i>bullying</i> faz parte da vida de um adolescente.	54,11 (51,75-56,46)	46,62 (43,24-50,04)	57,37 (54,29-60,40)	<0,001
Quando uma pessoa de quem você não gosta está sendo maltratada ou agredida, você também pode participar e maltratar ou agredir essa pessoa.	6,55 (5,41-7,92)	4,41 (3,18-6,10)	7,49 (5,96-9,37)	<0,05
É certo agredir fisicamente alguém para defender seus direitos.	15,79 (14,15-17,59)	9,76 (7,33-12,89)	18,42 (16,31-20,73)	<0,001
Às vezes está tudo bem maltratar uma pessoa ou praticar <i>bullying</i> contra ela.	4,43 (3,59-5,46)	1,86 (1,11-3,08)	5,55 (4,40-6,99)	<0,001
É certo bater em alguém que não respeita seu grupo de amigos.	13,82 (12,04-15,82)	8,25 (6,21-10,89)	16,25 (13,84-18,97)	<0,001

Na tabela 7, é apresentada a distribuição da amostra no que diz respeito à aceitação da neutralização moral, segundo cada uma das variáveis selecionadas para este estudo. Observa-se que aproximadamente 42,49% (IC95% 39,10-45,95) das meninas foram classificadas no grupo mais baixo de concordância de tais mecanismos, enquanto para os meninos o percentual foi de 27,53% (IC95% 24,78-30,45). Em contrapartida, entre os meninos, 38,60% (IC95% 34,91-42,21) estão no grupo de maior de concordância de tais mecanismos, enquanto apenas 24,21% (IC95% 21,41-27,12) das meninas estão neste grupo. Estas diferenças são significativas do ponto de vista estatístico.

Nota-se que há pouca diferença por categoria de idade. Há diferença na alta concordância quando comparados os extremos etários, 29,46% (IC95% 26,83-32,23) da faixa etária até 15 estão nesse grupo e, 42,51% (IC95% 33,91-51,59) dos estudantes maiores que 16 anos.

A distribuição da concordância com neutralização moral foi semelhante nos diferentes estratos socioeconômicos. A baixa aceitação de neutralização foi 32,04% (IC95% 28,40-35,91) entre adolescentes de famílias de baixa condição sócio econômica, 35,96% (IC95% 31,94-40,18) naquelas classificados no terço médio e 38,40% (IC95% 34,81-42,12) entre os adolescentes de alta condição socioeconômica familiar. Já a alta aceitação da neutralização moral foi de 31,75 (IC95% 27,89-35,89) entre os adolescentes de baixa condição sócio econômica, 30,50 (IC95% 26,73-34,53) entre os de média e 28,67 (IC95% 24,97-32,68) nos de alta. A distribuição da aceitação dos mecanismos de neutralização moral por tipo de escola mostra que há diferença principalmente nos extremos de baixa e alta aceitação: 45% (IC 95% 41,09-48,96) dos alunos de escola particular e 30,17% (IC 95% 27,46-33,02) dos alunos de escola pública aparecem nos estratos de baixa aceitação. Já no extremo oposto de alta aceitação esses percentuais são

de 21,62% (IC 95% 18,80-24,74) para as escolas particulares e 36,55% (IC 95% 33,18-40,05) para as escolas públicas.

Tabela 7. Características dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental e distribuição de neutralização moral segundo as variáveis selecionadas (n=2680). São Paulo, 2017.

Variáveis	Neutralização Moral						
	Baixa		Média		Alta		
	Média (IC95%)	%	IC95%	%	IC95%	%	IC95%
Sexo***							
Masculino	52,60	27,53	24,78-30,45	33,91	30,43-37,51	38,60	34,91-42,22
Feminino	47,40	42,49	39,10-45,95	33,22	30,12-36,50	24,21	21,43-27,14
Idade (anos)*							
< 15	14,50 (14,48-14,52)	36,36	33,75-39,06	34,16	31,30-37,15	29,46	26,83-32,23
15 – 16	15,41 (15,38-15,44)	31,93	27,50-36,71	31,05	26,72-35,75	37,00	31,98-42,32
>16	16,68 (16,57-16,78)	26,21	18,65-35,49	31,27	24,52-38,91	42,51	33,91-51,59
Condição socioeconômica							
1º terço - Baixo	3,50 (3,40-3,60)	32,04	28,40-35,91	36,19	32,40-40,17	31,75	27,89-35,89
2º terço - Médio	6,82 (6,75-6,88)	35,96	31,94-40,18	33,53	29,85-37,41	30,50	26,73-34,55
3º terço - Alto	10,90 (10,68-11,11)	38,40	34,81-42,12	32,92	29,45-36,58	28,67	24,97-32,68
Tipo de escola***							
Pública	69,70	30,17	27,46-33,02	33,37	30,09-36,81	36,55	33,18-40,05
Privada	30,31	45,00	41,09-48,96	33,37	30,20-36,48	21,62	18,80-24,74
Vitimização por Bullying***							
Não	71,32	36,61	34,26-39,02	33,60	31,00-36,30	29,78	27,13-32,57
Sim	28,70	29,82	26,19-33,73	32,68	28,39-37,28	37,48	32,95-42,25
Vitimização por violência***							
Não	77,30	36,90	34,45-39,42	33,00	30,27-35,85	30,08	27,36-32,95
Sim	22,72	27,04	22,35-32,31	34,24	29,35-39,49	38,70	34,09-43,52
Violência Comunitária***							
Baixa***	1,43 (1,41-1,45)	37,07	34,65-39,55	35,50	32,91-38,19	27,41	24,95-30,01
Alta	2,66 (2,62-2,70)	28,31	24,54-32,41	27,55	23,56-31,93	44,13	39,40-48,98
Violência na escola***							
Baixa	1,54 (1,52-1,56)	36,62	34,10-39,22	34,00	31,40-36,70	29,36	26,81-32,05
Alta	2,48 (2,45-2,50)	28,84	25,01-32,99	31,90	27,35-36,82	39,25	34,93-43,74
Práticas Parentais Positivas***							
Raramente/pouco frequente	2,83 (2,80-2,85)	29,95	27,64-32,36	33,80	30,94-36,77	36,24	33,73-38,83
Frequente	3,68 (3,67-3,69)	50,13	45,66-54,60	31,79	28,51-35,25	18,07	14,50-22,29
Práticas Parentais Negativas***							
Raramente/pouco frequente	1,53 (1,51-1,54)	37,46	34,90-40,11	33,71	30,97-36,57	28,81	26,06-31,73
Frequente	2,46 (2,43-2,50)	25,13	21,84-28,74	32,00	27,85-36,45	42,86	38,89-46,91
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais***							
Não	81,6	37,43	34,91-40,00	33,96	31,50-36,51	28,59	26,19-31,12
Sim	18,4	24,39	19,34-30,26	32,24	26,92-38,07	43,36	37,05-49,88
Legitimidade escolar***							
Baixa/Média	2,52 (2,49-2,54)	31,86	29,47-34,36	33,72	30,93-36,62	34,41	31,54-37,39
Alta	3,32 (3,30-3,34)	48,73	43,69-53,80	32,61	28,11-37,45	18,65	14,52-23,63
Culpa/Vergonha***							
Médio/Alta	3,16 (3,14-3,18)	39,79	37,07-42,57	33,66	31,06-36,37	26,53	24,20-29,00
Baixa	1,93 (1,89-1,97)	21,94	18,80-25,43	32,61	28,49-37,01	45,44	40,73-50,22
Capacidade de autocontrole***							
Médio/Alta	2,03 (2,01-2,05)	39,78	37,24-42,38	34,03	31,35-36,81	26,17	23,74-28,76
Baixa	2,84 (2,82-2,86)	19,76	16,54-23,44	31,31	27,15-35,80	48,91	44,01-53,83

Valor de p: * (<0,050); ** (<0,01); *** (<0,001)

Os participantes classificados como tendo sido expostos à violência comunitária e escolar apresentaram uma crescente concordância com os mecanismos de neutralização

moral. No sentido oposto, os que não estiveram expostos apresentaram diminuição na concordância com a neutralização moral.

Dentre as vítimas de *bullying*, 29,82% (IC 95% 26,19-33,73) tem baixa concordância e dentre as não vítimas, 36,61% (IC 95% 34,26-39,02). Já a frequência de alta concordância, para as vítimas e não vítimas de *bullying*, respectivamente, foram 37,48% (IC 95% 32,95-42,25) e 29,78% (IC 95% 27,13-32,57). Dentre as vítimas de violência 27,04% (IC95% 22,35-32,31) tem baixa concordância e, dentre as não vítimas 36,90% (IC95% 34,45-39,42). Em contrapartida, dentre as vítimas, 38,70% (IC95% 34,09-43,52) apresentam alta concordância, sendo 30,08% (IC95% 27,36-32,95) o percentual dentre as não vítimas.

Dos adolescentes que relataram alta exposição à violência comunitária 28,31% (IC 95% 24,54-32,41) situaram-se no extremo de baixa concordância e, 37,07 % (IC95% 34,65-39,55) dos que não relataram alta exposição à violência no bairro apareceram nesse estrato de concordância. Aproximadamente 44% (44,13%; IC95%: 39,40-48,98) dos que relataram alta exposição à violência comunitária foram classificados na alta concordância em contrapartida aos 27,21% (IC95% 24,95-30,01) dos que não relataram alta exposição à violência no bairro. O mesmo padrão foi observado dentre os que relataram a presença de violência na escola, destes 28,84% (IC95% 25,01-32,99) apareceram no estrato de baixa concordância e de 36,62% (IC95% 34,10-39,22) dos que não relataram a presença de violência na escola. Trinta e nove vírgula três 39,25% (IC95% 34,93-43,74) dos que relataram violência na escola apareceram na alta aceitação e 29,36% (IC95% 26,81-32,05) dentre os que não relataram a presença de violência na escola.

Todas as diferenças encontradas apresentaram-se significantes do ponto de vista estatístico.

A distribuição da concordância com a neutralização moral mostrou-se diferente no que diz respeito à frequência de práticas parentais positivas e negativas principalmente nos extremos de baixa e alta concordância. Os percentuais de baixa concordância foram maiores entre adolescentes que referem práticas positivas frequentes por parte de seus pais [50,13% (IC95% 45,66-54,60)], quando comparados aos que não referem práticas positivas frequentes [29,95% (IC95% 27,64-32,36)]. Em contrapartida, a frequência de alta concordância foi maior entre adolescentes que não referem práticas positivas frequentes [36,24% (IC95% 33,73-38,83)], quando comparados àqueles que reconhecem tais práticas como frequentes [18,07% (IC95% 14,50-22,29)].

Uma alta concordância com mecanismos de neutralização moral é maior entre os adolescentes que referem alta frequência de práticas negativas por parte de seus pais [42,86% (IC95% 38,89-46,91)], quando comparados àqueles que referem tais práticas como pouco frequentes [28,81% (IC95% 26,06-31,73)]. Uma relação inversa é observada quando consideramos uma baixa concordância com neutralização moral: mais frequente entre os adolescentes que referem serem pouco frequentes as práticas negativas [37,46% (IC95% 34,90-40,11)], em comparação aos que referem alta frequência de práticas negativas por seus pais [25,13% (IC95% 21,84-28,74)].

A distribuição da concordância com mecanismos de neutralização moral mostrou-se diferente tanto em relação à participação em grupos de pares que cometem atos ilegais quanto em relação a legitimidade escolar. Tais diferenças nas distribuições foram observadas nos extremos de baixa e alta aceitação de neutralização moral e apresentaram-se significantes do ponto de vista estatístico. Deste modo, entre os participantes que relataram fazer parte de grupos que cometem atos ilegais 24,39% (IC95% 19,34-30,26) situaram-se no extremo de baixa aceitação enquanto entre os que negaram fazer parte de tais grupos 37,43% (IC95% 34,91-40,00) apresentam baixa concordância com a

neutralização moral. A alta concordância, por sua vez era de 43,36% (IC95% 37,05-49,88) entre os que faziam parte de grupo transgressores e de 28,59% (IC95% 26,19-31,12) entre os que não participavam de grupos com tais características.

Dentre os estudantes que consideram alta legitimidade escolar o percentual de baixa concordância com a neutralização moral [48,73% (IC95% 43,69-53,80)] é superior ao encontrado entre os alunos que atribuem baixa legitimidade à escola [31,86% (29,47-34,36)]. A relação se inverte quando consideramos a frequência de alta concordância com os mecanismos de neutralização, maior entre os alunos que atribuem baixa legitimidade à escola [34,41% (31,54-37,39)], em comparação aos que atribuem alta legitimidade [18,65% (IC95% 14,52-23,63)].

Vergonha/Culpa e capacidade de autocontrole também mostraram diferenças quanto à distribuição na concordância dos mecanismos de neutralização moral evidenciadas nos extremos de baixa e alta concordância de neutralização moral. Uma baixa concordância dos mecanismos de neutralização moral foi encontrada em 39,79% (IC95% 37,07-42,57) dos adolescentes que relatam média/alto sentimento de vergonha; já entre os que pontuaram pouco nesta escala e foram classificados como apresentando baixo sentimento de vergonha, a frequência de baixa concordância de neutralização moral foi inferior [21,94% (IC 95% 18,80-25,43)]. A alta concordância de neutralização moral, por sua vez, foi menor entre os adolescentes classificados como apresentando a médio/alto sentimento de vergonha [26,53% (IC95% 24,20-29)] em comparação àqueles classificados como tendo baixo sentimento de vergonha 45,44% (IC95% 40,73-50,22).

Com relação à capacidade de autocontrole, encontramos resultados semelhantes. Adolescentes com alta capacidade de autocontrole apresentam mais frequentemente uma baixa concordância à neutralização moral [39,78 (IC95% 37,24-42,38)] e menos frequentemente uma alta concordância com a neutralização moral [26,17% (IC95%

23,74-28,76)] em comparação aos que possuem baixa capacidade de autocontrole. Neste grupo 19,76 % (IC95% 16,54-23,44) possuem baixa concordância com a neutralização moral e 48,91 % (IC95% 44,01-53,83) apresentam alta concordância com a neutralização moral.

5.3 Prevalência de perpetração de violência – Análise descritiva

Na tabela 8, observa-se a prevalência da perpetração de violência dentre os diferentes tipos de violência grave, por sexo. Na amostra total, 19,46% (IC 95% 17,69-21,29) dos alunos reportaram ter perpetrado ao menos um tipo de violência com diferença significativa entre meninos [22,91% (IC 95% 20,24-25,82)] e meninas [14,89% (IC 95% 12,78-17,27)]. Maior prevalência foi encontrada para violência física 12,73 % (IC 95% 11,25-14,37). Uso/porte de arma, violência física e violência sexual foram mais frequentes entre meninos. Não encontramos diferença entre os sexos para violência física, ameaça de violência física para roubo e assalto.

Tabela 8: Prevalência de perpetração de violência entre adolescentes de 9o. Ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo, 2017 (n=2680)

Redação do item	Total (%)	IC95%	Meninos(%)	IC95%	Meninas(%)	IC95%	Valor de p
Ao menos um dos tipos de violência	19,46	17,69-21,29	22,91	20,24-25,82	14,89	12,78-17,27	<0,001
Uso/porte de arma	7,82	6,72-9,09	10,34	8,53-12,49	4,41	3,26-5,96	<0,001
Violência sexual	1,11	0,06-0,12	1,55	0,8-2,77	00	0	0,02
Ameaça de violência física para roubo	1,94	1,40-2,70	2,20	1,46-3,32	1,62	0,90-2,80	0,37
Assalto com ou sem arma	1,73	1,32-2,28	1,99	1,36-2,91	1,36	0,82-2,26	0,26
Violência física	12,73	11,25-14,37	13,92	11,89-16,40	11,19	9,23-13,51	0,06

Na tabela 9 são apresentadas as prevalências da perpetração da violência segundo tipo de escola. Não foram encontradas diferenças significativas do ponto de vista estatístico em nenhum dos tipos de violência. As maiores prevalências foram observadas no item relacionado ao porte de arma e na violência física, em ambas escolas. Uso/porte de armas no último ano foi relatado por 7,82% (IC95% 6,72-9,09%) da amostra total, 7,60% (IC95% 5,71-10,12) dos alunos de escola particular e 7,94% (6,51-9,42%) dos

alunos de escola pública. Violência física no último ano foi reportado por 12,74% (IC95% 11,21-14,32%) da amostra total, 14,5%(IC95% 11,9-17,5%) dos alunos de escola particular e 11,9% (IC95% 10,13-13,92%) dos alunos de escola pública. Ao menos um tipo de violência foi reportado por 19,42%(IC95% 17,72-21,27%) da amostra total, 21,12%(IC95% 18-24,60%) entre alunos de escola particular e 18,67%(IC95% 16,51-20,92) de escola pública.

Tabela 9: Prevalência de perpetração de violência entre adolescentes de 9o. Ano do Ensino Fundamental no Município de São Paulo, 2017 n=2680

Redação dos itens	Total	IC95%	Escolas Particulares (%)	IC95%	Escolas Públicas (%)	IC95%	Valor de p
Uso/porte de arma	7,93	6,72-9,12	7,60	5,71-10,12	7,94	6,51-9,42	0,87
Violência sexual	1,12	0,60-0,23	0	0	1,22	0-2,30	0,29
Ameaça de violência física para roubo	1,90	1,44-2,75	0	0-1,72	2,31	1,61-3,44	<0,05
Assalto com ou sem arma	1,71	1,33-2,24	1,67	0-2,76	1,73	1,21-2,43	0,75
Violência física	12,74	11,21-14,32	14,52	11,95-17,55	11,93	10,11-13,92	0,11
Ao menos um dos tipos de violência	19,42	17,72-21,27	21,12	18-24,60	18,67	16,51-21,22	0,20

Com objetivo de aprofundar a descrição das características da amostra em relação à perpetração da violência será apresentada a seguir a distribuição da perpetração de violência segundo as variáveis selecionadas neste estudo, apresentados na tabela 10.

Observa-se que houve diferença estatisticamente significativa em relação à idade: no grupo de adolescentes com mais de 15 anos encontramos uma prevalência maior de perpetração à violência, 25,23% (IC95% 21,23-29,70), quando comparados aos adolescentes com menos de 15 anos (17,11%; IC95% 15,23-19,17). Não há diferença nas prevalências de perpetração de violência quanto ao status socioeconômico da família.

As variáveis referentes às experiências de vitimização direta e indireta mostram que maiores prevalências de perpetração de violência foram encontradas dentre os indivíduos que sofreram algum tipo de violência. Por exemplo, dentre as vítimas de *bullying* 28,73%(IC95% 25,24-32,49) relataram ter cometido algum tipo de violência enquanto que esse percentual é de 15,56%(IC95% 13,69-17,64) dentre os que não

sofreram *bullying*. De modo semelhante 30,92% (IC95% 27,13-34,99) e 31,38% (IC95% 27,11-35,99) dos adolescentes que relataram, respectivamente, altos níveis exposição à violência comunitária e na escola referiram ter perpetrado violência nos últimos doze meses.

Práticas parentais positivas frequentes mostraram-se associadas a uma menor prevalência de perpetração de violência (11,83%; IC95% 8,98-15,44). Entre os adolescentes que relataram tais práticas como pouco frequentes ou raras a prevalência foi de 21,70% (IC95% 19,79-23,73). Uma relação inversa foi encontrada quando consideramos as práticas parentais negativas. Somente 11% dos estudantes classificados como no grupo de práticas parentais positivas frequentes relataram ter cometido algum tipo de violência no último ano. Por outro lado, este percentual é de 26,87% (IC95% 23,01-31,12) dentre os estudantes do grupo de práticas parentais negativas frequentes.

A participação em grupos de pares que cometem atos ilegais também se mostrou associada a uma maior prevalência de perpetração de violência. Cerca de 32% (31,88%; IC95% 26,97-37,23) dos alunos que participam de tais grupos praticaram algum tipo de violência no último ano sendo que entre aqueles que não participam de tais grupos, o percentual foi de 15,84% (IC95% 14,09-17,77).

As variáveis que medem características individual (capacidade de autocontrole e culpa/vergonha) mostraram que os diferentes grupos apresentam diferença estatisticamente significativa. Deste modo, 15,97% (IC95% 14,19-17,93) do grupo classificado com tendo média/alta capacidade de autocontrole cometeram algum tipo de violência em comparação aos 29,52% (IC95% 25,96-33,34) dos classificados como baixa capacidade de autocontrole. Dentre os participantes classificados como alta culpa/vergonha, 16,65% (IC95% 14,82-18,66) cometeram algum tipo de violência

enquanto que dentre os classificados com pouca culpa/vergonha o percentual foi de 26,33% (IC95% 22,89-30,08).

No que diz respeito à neutralização moral e os tercís que representam baixa, média ou alta aceitação há diferenças importantes quando comparadas as prevalências de adolescentes que cometeram algum tipo de violência. No grupo de baixa aceitação o percentual foi de 10,19% (IC95% 8,44-12,25), no de média aceitação 18,40% (IC95% 15,61-21,56) e, no grupo de alta aceitação 30,59% (IC95% 27,23-34,17).

Tabela 10. Características dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental e distribuição da perpetração de violência (Sim ou Não) segundo as variáveis selecionadas (n=2680). São Paulo, 2017.

	Não		Violência		Valor de p
	%	(IC 95%)	%	(IC 95%)	
Sexo					
Feminino	85,10	82,72-87,21	14,89	12,78-17,27	<0,001
Masculino	77,08	74,17-79,75	22,91	20,24-25,82	
Idade (anos)					
< 15	82,88	80,82-84,76	17,11	15,23-19,17	
15 – 16	74,76	70,29-78,76	25,23	21,23-29,70	<0,05
>16	76,37	69,66-81,97	23,62	18,02-30,33	
Condição socioeconômica					
1º terço - Baixo	81,80	78,31-84,84	18,19	15,15-21,68	
2º terço - Médio	80,81	77,92-83,41	19,18	16,58-22,07	
3º terço - Alto	80,08	76,78-83,02	19,91	16,97-23,21	0,72
Tipo de escola					
Pública	81,83	79,06-83,39	18,67	16,60-20,93	
Privada	78,83	75,41-81,89	21,16	18,10-24,58	0,20
Vitimização por Bullying					
Não	84,43	82,35-86,30	15,56	13,69-17,64	
Sim	71,26	67,50-74,75	28,73	25,24-32,49	<0,001
Vitimização por violência					
Não	86,20	83,97-88,16	13,79	11,83-16,02	
Sim	72,05	69,06-78,87	27,94	25,12-30,93	<0,001
Violência comunitária					
Baixa	84,47	82,68-86,11	15,52	13,88-17,31	
Alta	69,07	65,00-72,86	30,92	27,13-34,99	<0,001
Violência na escola					
Baixa	84,62	82,80-86,29	15,37	13,70-17,19	
Alta	68,61	64,00-72,88	31,38	27,11-35,99	<0,001
Práticas Parentais Positivas					
Raramente/pouco frequente	78,29	76,26-80,20	21,70	19,79-23,73	
Frequente	88,16	84,55-91,10	11,83	8,98-15,44	<0,001
Práticas Parentais Negativas					
Raramente/pouco frequente	82,66	80,32-84,78	17,33	15,21-19,67	
Frequente	73,12	68,87-76,98	26,87	23,01-31,12	<0,001
Participação em grupo de pares que cometem atos ilegais					
Não	84,15	82,22-85,90	15,84	14,09-17,77	
Sim	68,11	62,76-73,02	31,88	26,97-37,23	<0,001
Capacidade de autocontrole					
Médio/Alta	84,02	82,06-85,80	15,97	14,19-17,93	
Baixa	70,47	66,65-74,03	29,52	25,96-33,34	<0,001
Culpa/Vergonha					
Médio/Alta	83,34	81,33-85,17	16,65	14,82-18,66	
Baixa	73,66	69,91-77,10	26,33	22,89-30,08	<0,001
Neutralização Moral					
Baixa	89,80	87,74-91,55	10,19	8,44-12,25	
Média	81,59	78,43-84,38	18,40	15,61-21,56	
Alta	69,40	85,82-72,76	30,59	27,23-34,17	<0,001

5.4 Fatores associados à neutralização moral

O objetivo 3 deste trabalho é investigar os fatores associados à neutralização moral entre adolescentes. Conforme descrito anteriormente, selecionamos variáveis que expressam características sócio demográficas (sexo, condição socioeconômica da família e tipo de escola), exposição à violência (violência comunitária e na escola, vitimização por *bullying* e violência), familiares (práticas parentais positivas e negativas), relação com pares e com a escola (participação em grupo que cometem atos ilegais, legitimidade escolar) e o nível mais proximal composto pelas características individuais (autocontrole, culpa e vergonha). Concebemos a relação entre essas variáveis seguindo um modelo teórico hierárquico sistematizado no Quadro 1.

Para essa análise consideramos apenas os adolescentes com resposta completa em todas as variáveis selecionadas para o modelo, o que resultou em uma amostra final de 2.315 adolescentes após exclusão de 365 questionários com respostas faltantes (13,6%).

Na tabela 11 apresentamos as características dos adolescentes incluídos na nossa análise e dos que foram excluídos por informações faltantes. As variáveis são apresentadas na tabela seguindo os blocos que compõem o nosso modelo hierarquizado. Para as variáveis que foram categorizadas a partir de escores contínuos apresentamos também, para cada categoria, a média e os valores mínimo e máximo com o objetivo de melhor compreender o que representam as respectivas categorias.

No grupo excluído observa-se maior proporção de meninos, alunos de escola pública, adolescentes classificados no tercil de alta aceitação dos mecanismos de neutralização moral e, maior proporção dos participantes com baixa culpa e vergonha. As demais variáveis apresentaram distribuições semelhantes para ambos grupos.

Tabela 11. Características dos estudantes incluídos (n=2315) e excluídos (n=365) para análise dos fatores associados a neutralização moral

	Adolescentes incluídos (n=2,315)			Adolescentes excluídos (n=365)		
	%	IC95%	Média (MIN-MAX)	%	IC95%	Média (MIN-MAX)
Desfecho						
Neutralização Moral						
Baixa	35,65	33,28-38,09	1,30 (1-1,5)	28,32	23,00-34,32	1,29 (1-1,5)
Média	34,51	32,10-37,06	1,74 (1,53-1,94)	25,30	20,00-31,38	1,73 (1,52-1,94)
Alta	29,80	27,56-32,14	2,35 (2,00-3,66)	46,37	39,13-53,76	2,44 (2,00-3,72)
Bloco 1						
Sexo						
Masculino	50,47	48,52-52,41	-	68,58	62,71-73,92	-
Feminino	49,52	47,58-51,47	-	31,41	26,07-37,28	-
Idade						
< 15	73,81	71,11-76,35	14,50 (13,40-14,99)	59,73	53,19-65,95	14,53 (12,85-14,98)
15 – 16	20,71	18,63-22,97	15,40 (15,00-15,99)	25,06	19,08-32,18	15,42 (15,01-15,95)
> 16	5,46	4,30 – 6,91	16,66 (16,01-18,91)	15,19	11,04-20,54	16,73 (16,03-17,86)
Tipo de escola						
Pública	68,36	66,03–70,60	-	79,67	74,21-84,21	-
Particular	31,63	29,39-33,96	-	20,32	15,78-25,78	-
Condição socioeconômica da família						
Baixa	33,87	30,94-36,93	3,45 (0-5,42)	29,94	21,89-38,31	3,54 (0-5,40)
Média	34,93	32,23-37,74	6,82 (5,58-7,97)	27,01	19,24-36,51	6,58 (5,59-7,95)
Alta	31,18	28,30-34,21	10,86 (8,14-13,55)	43,53	35,12-52,33	10,85 (8,40-13,60)
Bloco 2						
Violência comunitária						
Alta*	24,37	22,20-26,68	2,65; (2,07-4)	31,01	25,12-37,57	2,71 (2,14-4)
Média/Baixa	75,62	73,31-77,79	1,44; (1-2,07)	68,98	62,42-74,87	1,36 (1-2,07)
Violência na escola						
Alta*	24,76	22,11-27,60	2,46; (2,09-4)	29,61	22,59-37,75	2,56 (2,1-4)
Média/Baixa	75,23	72,39-77,88	1,55; (1-2,08)	70,38	62,24-77,40	1,43 (1-2,08)
Vitimização por bullying						
Sim	28,48	26,34-30,72	-	28,94	23,61-34,92	-
Não	71,51	69,27-73,65	-	71,05	65,07-76,38	-
Vitimização por violência						
Sim	23,02	20,89-25,30	-	19,99	15,02-25,95	-
Não	76,97	74,69-79,10	-	80,01	74,04-84,97	-
Bloco 3						
Práticas Parentais Positivas						
Frequente*	23,55	21,39-25,86	3,68; (3,50-4)	18,56	14,13-23,99	3,67 (3,51-4)
Raramente/pouco frequente	76,44	74,13-78,60	2,84; (1-3,45)	81,43	76,00-85,86	2,78 (1-3,50)
Práticas Parentais Negativas						
Frequente*	21,99	19,87-24,27	2,46;(2,11-4)	25,20	20,01-31,22	2,49 (2,11-4)
Raramente/pouco frequente	78,00	75,72-80,12	1,53;(1-2)	74,79	68,77-79,98	1,50 (1-2)
Bloco 4						
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais						
Sim	17,93	15,59-20,54	-	22,10	15,07-31,21	-
Não	82,06	79,45-84,40	-	77,89	68,78-84,92	-
Legitimidade escolar						
Alta*	17,80	15-8819,90	3,32; (3,1-4)	10,55	6,92-15,77	3,28 (3,1-4)
Média/Baixa	82,19	80,09-84,11	2,53; (1,1-3)	89,44	84,22-93,07	2,40 (1-3)
Bloco 5						
Culpa/Vergonha						
Baixo*	26,82	24,82-28,89	1,96; (1-2,33)	45,19	40,00-50,49	1,74 (1-2,33)
Média /alta	73,17	71,07-75,17	3,16; (2,5-4)	54,80	49,50-59,99	3,13 (2,50-4)
Autocontrole						
Baixo*	24,69	22,80-26,69	2,83;(2,6-4)	30,54	24,39-37,46	2,88 (2,60-4)
Média/alta	75,30	73,30-77,19	2,04;(1-2,5)	69,45	62,53-75,60	1,92 (1-2,55)

* Maiores quartis

Na tabela 12 apresentamos a análise de associação entre neutralização moral e as variáveis que compõem cada um dos blocos organizados de forma hierarquizada. As variáveis foram incluídas em bloco, cada bloco separadamente, após realização da análise bivariada, com objetivo de selecionar aquelas que serão incluídas no modelo hierárquico

para investigar os fatores associados à neutralização moral. Observa-se que somente a variável condição socioeconômica não apresenta associação significativa do ponto de vista estatístico ($p=0,25$) e, portanto, será excluída das etapas subsequentes da análise. Todas as outras variáveis apresentam associação estatisticamente significativa.

Tabela 12. Regressão Logística Ordinal para avaliar associação entre Neutralização moral e variáveis selecionadas organizadas de forma hierarquizada.

	Odds ratio
Modelo 1	
Gênero Masculino (ref.: feminino)	1,88 (1,59 -2,29)***
Tipo de escola: Pública (ref. particular)	1,69 (1,35-2,11)***
Idade (Ref: < 15 anos) 15-16	1,11 (0,89-1,39)
>16 anos	1,59 (1,05-2,39)**
Condição socioeconômica: Baixa (ref: média+alta)	0,95 (0,83-1,09)
Modelo 2	
Violência Comunitária: Alta (Ref: média/baixa)	1,30 (1,04-1,62)**
	1,79 (1,41-2,28)***
Violência na escola: Alta (Ref: média/baixa)	1,26 (1,02-1,54)**
Vitimização por <i>Bullying</i> : Sim (Ref: Não)	1,25 (1,03-1,51)**
Vitimização por violência: Sim (Ref: Não)	1,56 (1,26-1,95)***
Modelo 3	
Práticas parentais positivas: Sim (Ref: Não)	0,45 (0,37-0,54)***
Práticas parentais negativas: Sim (Ref: Não)	1,68 (1,41-1,99)***
Modelo 4	
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais: Sim (Ref: Não)	1,77 (1,35-2,32)***
Legitimidade escolar (Ref: média/baixa)	0,53 (0,41-0,67)***
Modelo 5	
Culpa e vergonha: Baixa (ref: média/alta)	2,29 (1,84-2,84)***
Autocontrole: Baixo (ref: médio/alto)	2,58 (2,10-3,19)***

*** $p<0,001$ ** $p<0,05$ * $p<0,2$

A tabela 13 mostra os *odds ratios* obtidos a partir das análises bivariadas e da análise hierárquica, para fins comparativos. Nos modelos 1 a 5 apresentamos o resultado da análise multivariada hierarquizada, para a qual foram selecionadas as variáveis cujo valor de p na análise por bloco (Tabela 11) foi menor ou igual a 0,05. Por isso não foi incluída a condição socioeconômica da família ($p=0,25$). Na modelagem hierarquizada

consideramos os resultados das variáveis em cada bloco na ordem de sua inclusão, o qual está ajustado pelas variáveis do bloco precedente. Dessa forma, para as variáveis de bloco 2, por exemplo, consideramos o resultado do modelo 2, ajustado para as variáveis de bloco 1. Para as variáveis de bloco 3 consideramos os resultados do modelo 3, ajustado para as variáveis dos blocos 1 e 2, e assim sucessivamente. Essa forma de modelagem parte de um modelo teórico previamente definido e que considera as relações hierarquizadas entre os blocos. Dessa forma, consideramos que a variável de um bloco mais proximal deve ser ajustada pelas variáveis dos blocos mais distais, não sendo indicado, do ponto de vista teórico, ajustar variáveis de blocos distais por variáveis proximais. Ou seja, embora seja necessário ajustar o bloco 2 pelas variáveis de bloco 1, não está indicado ajustar as variáveis do bloco 1 pelas variáveis de bloco 2. A relação hierárquica dos blocos expressa possíveis vias de mediação na relação dos blocos distais com os proximais (VICTORA et al., 1997).

No modelo 1 observa-se os resultados das variáveis sócio demográficas do nível 1. Sexo (masculino), tipo de escola (pública) e idade (>16 anos) se mostraram associados com uma maior concordância com a neutralização moral.

No modelo 2 foram incluídas as variáveis do bloco 2, que expressam as situações de exposição à violência: vitimização direta por *bullying* e violência e vitimização indireta comunitária e escolar. Todas mostraram-se associadas à uma maior aceitação da neutralização moral. No modelo 3 foram incluídas as variáveis de terceiro nível, as práticas parentais. As práticas parentais positivas e negativas mostraram associação com neutralização moral como fator de proteção e de risco, respectivamente. A alta frequência de práticas positivas diminui a chance de concordância com a neutralização enquanto as práticas negativas aumentam esta chance. No modelo 4 foram incluídas as variáveis do

quarto bloco: participação em grupos que cometem atos ilegais e legitimidade escolar. Adolescentes que participam de grupos que cometem atos ilegais tem uma chance maior de apresentar uma maior aceitação da neutralização. Já considerar a escola um local legítimo está associado a menores chances de apresentar uma maior aceitação da neutralização. No nível mais proximal, as características individuais foram incluídas. A classificação dos adolescentes como possuindo baixo sentimento de vergonha e baixa capacidade de autocontrole mostram-se associadas a maior chance de apresentar uma maior aceitação da neutralização moral.

Tabela 13. Regressão Logística Ordinal simples e multivariável da associação entre neutralização moral e as variáveis selecionadas apresentadas de acordo com o modelo hierárquico. São Paulo, Brasil (n=2315). São Paulo, 2017.

	OR (IC 95%)	OR (IC 95%)
Modelo 1		
Gênero Masculino (ref.: feminino)	1.93 (1.63-2.29)***	1.87 (1.58 -2.22)***
Tipo de escola: Pública (ref. particular)	1.82 (1.50-2.20)***	1.73 (1.41-2.12)***
Idade (Ref: < 15 anos) 15-16	1.27 (1.03-1.58)**	1.12 (0.89-1.39)
>16 anos	2.04 (1.36-3.08)***	1.59 (1.05-2.39)**
Modelo 2^a		
Violência Comunitária: Alta (Ref: média/baixa)	1.46 (1.18 -1.81) ***	1.24 (0.99-1.55)
	2.02 (1.60-2.55)***	1.78 (1.39-2.26)***
Violência na escola: Alta (Ref: média/baixa)	1.53 (1.26-1.86)***	1.25 (1-1.56)**
Vitimização por Bullying: Sim (Ref: Não)	1.36 (1.13-1.63)**	1.25 (1.03-1.52)**
Vitimização por violência: Sim (Ref: Não)	1.70 (1.37-2.11)***	1.49 (1.19-1.88)***
Modelo 3^b		
Práticas parentais positivas: Sim (Ref: Não)	0.42 (0.35-0.51)***	0.55 (0.46-0.67)***
Práticas parentais negativas: Sim (Ref: Não)	1.87 (1.57-2.23)***	1.71 (1.43-2.04)***
Modelo 4^c		
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais: Sim (Ref: Não)	1.89 (1.42-2.49)***	1.80 (1.36-2.37)***
Legitimidade escolar (Ref: média/baixa)	0.50 (0.39-0.64)***	0.68 (0.53-0.86)**
Modelo 5^d		
Culpa e vergonha: Baixa (ref: média/alta)	2.40 (1.95-2.97)***	1.85 (1.46-2.33)***
Auto controle: Baixo (ref: médio/alto)	2.71 (2.19-3.35)***	2.22 (1.78-2.77)***

Notas: a. Ajustadas pelo bloco 1; b. Ajustadas pelos blocos 1 e 2; c. Ajustadas pelos blocos 1, 2 e 3; d. Ajustadas pelos blocos 1,2,3 e 4. ***p<0.001 **p<0.05 *p<0.2

Vimos na tabela 11 que as características dos adolescentes excluídos da análise diferem significativamente das características dos adolescentes incluídos neste estudo no

que se refere ao sexo, tipo de escola, culpa/vergonha e neutralização moral. É possível, portanto, que os nossos resultados estejam comprometidos em sua validade em função de viés de seleção. Além disso, utilizamos em nossa análise, para facilitar a interpretação dos resultados, a variável neutralização moral categorizada em 3 níveis os quais compõem uma variável ordinal. Essa estratégia tem como desvantagem a perda de informação inerente ao processo de categorização de uma variável contínua. Por esse motivo, foi realizada a análise de robustez dos resultados.

5.5 Análise de robustez dos resultados – Fatores associados com Neutralização moral

Com o objetivo de verificar a robustez dos nossos resultados foi realizada a análise com as variáveis na sua forma contínua, com base no escore médio, e com imputação dos dados faltantes pelo método da máxima verossimilhança de informações completas [FIML]. Foram respeitados os mesmos passos para a construção do modelo hierárquico. Os modelos foram construídos no módulo *Structural Equation Models* (SEM) do *Stata*, e os resultados são expressos como coeficientes de regressão padronizados (β) e não padronizados (b). A seguir, são apresentados os resultados de tal análise.

A amostra total foi composta por 2.680 estudantes sendo 52.60% homens e com idade média de 14.83 anos. A maioria dos estudantes pertencem a escolas públicas (69.7%). As demais características da amostra são apresentadas na tabela 14.

Tabela 14: Características da amostra segundo as variáveis selecionadas para análise dos fatores associados com Neutralização Moral (n=2.680)

	Média(se)	IC95%	Min-Max
Sexo (%; 1= masculino)	52,60 (.01)	50,90-54,29	0-1
Idade	14,83(.02)	14,80-14,87	12,85-17,96
Tipo de escola (%; 1=Pública)	69,74(.01)	67,83-71,59	0-1
Condição socioeconômica da família	7,01(.12)	6,76-7,25	0-13,55
Exposição à violência comunitária	1,74(.02)	1,70-1,77	1-4
Exposição à violência comunitária	1,78(.02)	1,74-1,81	1-4
Vitimização por Bullying (%; 1=sim)	28,66(.01)	26,65-30,75	0-1
Vitimização por violência (%; 1=sim)	22,66(.01)	20,60-24,86	0-1
Estilo parental positivo	3,03(.01)	3,00-3,05	1-4
Estilo parental negativo	1,74(.01)	1,72-1,76	1-4
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais (%; 1=sim)	18,35(.01)	16,06-20,89	0-1
Legitimidade escolar	2,66(.01)	2,63-2,68	1-4
Culpa e vergonha	2,81(.02)	2,77-2,84	1-4
Auto controle	2,23(.01)	2,21-2,26	1-4

A tabela 15 apresenta a correlação entre as variáveis. As maiores correlações são entre as co-variáveis tipo de escola e condição socioeconômica da família. As correlações com neutralização moral são consistentes com nossa hipótese. Correlações positivas com neutralização moral foram encontradas para exposição à violência comunitária e violência na escola, ser vítima de *bullying* ou violência, estilo parental negativo e baixo autocontrole, variando de 0,11 (vitimização por *bullying*) até 0,35 (baixo autocontrole). Correlações negativas foram encontradas para estilo parental positivo ($r=-0.23$), legitimidade escolar ($r= -0.26$) e culpa e vergonha ($r= -0.22$). Exceto por SES, todas as outras variáveis apresentaram correlação estatisticamente significativa ($p<0.05$) e foram selecionadas para a próxima fase da análise.

Tabela 15. Coeficientes de correlação simples de Person entre as variáveis selecionadas para analisar os fatores associados com neutralização moral.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1. Gênero (masculino=1)	-	0.12*	0.03	0.06*	-0.04*	-0.06*	-0.04*	0.03	-0.05*	-0.13*	-0.04*	-0.04*	-0.17*	-0.06*	0.19*
2. Idade		-	0.25*	-0.007*	0.19	-0.05	-0.01	-0.02	-0.14*	-0.00	-0.04*	0.04*	-0.12*	0.03	0.11*
3. Tipo de escola (1=Pública)			-	-0.32*	0.10*	0.07*	-0.03	-0.05*	-0.13*	0.00	-0.14*	-0.05*	-0.07*	0.01	0.18*
4. SES				-	-0.02	0.00	0.04*	0.05*	0.13*	-0.04*	0.01	0.08*	0.00	-0.01	-0.03
5. Exposição à violência comunitária					-	0.36*	0.13*	0.10*	-0.08*	0.21*	-0.13*	0.14*	0.01	0.24*	0.18*
6. Violência escolar						-	0.27*	0.18*	-0.06*	0.18*	-0.28*	0.17*	0.07*	0.21*	0.14*
7. Vitimização por Bullying (1=sim)							-	0.17*	-0.12*	0.16*	-0.15*	0.08*	0.00	0.14*	0.11*
8. Vitimização por violência (1=sim)								-	-0.10*	0.15*	-0.11*	0.08*	0.00	0.17*	0.10*
9. Práticas parentais positivas									-	-0.25*	0.25*	-0.07*	0.24*	-0.16*	-0.23*
10. Práticas parentais negativas										-	-0.17*	0.12*	-0.02	0.24*	0.18*
11. Legitimidade escolar											-	-0.19*	0.27*	-0.21*	-0.26*
12. Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais												-	-0.13*	0.25*	0.16*
13. Culpa/vergonha													-	-0.02	-0.22*
14. Autocontrole														-	0.35*
15. Neutralização Moral															-

Nota: *p<0,05

Na tabela 16 apresentamos os resultados de 5 modelos diferentes, um por bloco, para orientar a seleção das variáveis do modelo multivariado hierárquico. No bloco 1, todas as variáveis, com exceção de idade (bloco 1), estavam associadas com neutralização moral com $p < 0,05$. Por razões teóricas, decidimos manter idade como variável de ajuste.

No bloco 2, exposição a violência escolar não estava estatisticamente associada ($p > 0,05$) com neutralização moral e foi excluída das análises subsequentes. Para os blocos 3, 4 e 5 todas as variáveis estavam associadas com neutralização moral e foram selecionadas para o modelo final.

Tabela 16: Associação entre neutralização moral e cada bloco específico de variáveis

Variáveis	b	95% CI	β
Modelo 1			
Gênero (1=masculino)	.179	(.135-224)***	.185
Idade	.019	(-.015)-(.054)	.027
Tipo de escola (1=Pública)	.168	(.115-.221)***	.159
Modelo 2			
Exposição à violência comunitária	.100	(.064 - .136)***	.133
Violência escolar	.041	(-.005 -.089)	.045
Vitimização por <i>bullying</i>	.059	(.008-.109)*	.055
Vitimização por violência	.080	(.027-.133)**	.069
Modelo 3			
Práticas parentais positivas	-.180	(-.217)-(-.142)***	-.210
Práticas parentais negativas	.132	(.085-.180)***	.135
Modelo 4			
Legitimidade escolar	-.244	(-.292)-(-.195)***	-.231
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais	.143	(.078-.209)***	.114
Modelo 5			
Culpa/vergonha	-.161	(-.192)-(-.131)***	-.234
Autocontrole	.329	(.283-.374)***	.337

*** $p < 0,001$ ** $p < 0,05$ * $p < 0,2$

Tabela 17 apresenta resultados de análise de regressão simples e multivariável. Exposição à violência comunitária, assim como vitimização direta por *bullying* ou violência, está associada com altos níveis de neutralização moral. A influência do estilo parental com neutralização moral também foi confirmada: estilo parental positivo está associado a baixa neutralização moral ($b = -0,134$, $p < 0,001$), enquanto que o estilo parental negativo está associado a altos níveis de neutralização moral ($b = 0,137$, $p < 0,001$) após ajuste para as variáveis sócio demográficas (bloco 1) e exposição à violência (bloco

2). Fazer parte de um grupo que comete atos ilegais está associado com altos níveis de neutralização moral enquanto que a associação com legitimidade escolar é negativa. Estas associações permanecem significativas mesmo após ajuste para os blocos 1 a 3.

Tabela 17: Análise bivariada e ajustada da associação entre Neutralização Moral e as variáveis selecionadas. (n=2,680)

	Bivariada			Ajustada		
	b	95% CI	β	b	95% CI	β
Modelo 1						
Gênero (1=masculino)	.190	(.146;.234)***	.196	.179	(.135;.223)***	.185
Idade	.063	(.029;.097)***	.088	.019	(-.015;.054)	.027
Tipo de escola (1=Pública)	.181	(.132;.231)***	.172	.168	(.115;.221)***	.159
Modelo 2 (a)						
Exposição à violência comunitária	.127	(.093;.161)***	.169	.110	(.074;.146)***	.146
Vitimização por <i>bullying</i>	.101	(.053;.150)***	.095	.082	(.034;.131)***	.077
Vitimização por violência	.112	(.059;.166)***	.097	.071	(.015;.126)*	.061
Modelo 3 (b)						
Práticas parentais positivas	-.209	(-.245;-.173)***	-.244	-.134	(-.171;-.097)***	-.156
Práticas parentais negativas	.184	(.140;.229)***	.188	.137	(.093;.182)***	.140
Modelo 4 (c)						
Legitimidade escolar	-.268	(-.318;-.219)***	-.254	-.141	(-.184;-.098)***	-.133
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais	.202	(.128;.276)***	.161	.137	(.081;.194)***	.110
Modelo 5 (d)						
Culpa/vergonha	-.169	(-.203;-.135)***	-.246	-.099	(-.134;-.064)***	-.144
Autocontrole	.336	(.293;.380)***	.345	.269	(.224;.313)***	.275

Notas. Intervalo de confiança de 95% ; β = coeficiente beta;

*p<.05; **p<.01; ***p<.001.

(a) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola

(b) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola + Violência comunitária, *Bullying* e vitimização por violência

(c) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola + Violência comunitária, *Bullying* e vitimização por violência + Práticas parentais positivas, Práticas parentais negativas

(d) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola + Violência comunitária, *Bullying* e vitimização por violência + Práticas parentais positivas, Práticas parentais negativas + legitimidade escolar e Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais

Nota-se que houve pouca diferença entre as análises realizadas com a variável de desfecho neutralização moral na forma ordinal ou contínua. Em ambos, neutralização

moral não está associada com a condição socioeconômica. Outras diferenças foram observadas para as variáveis idade e exposição à violência escolar.

No modelo multivariado, idade superior a 16 anos apresenta associação positiva com a neutralização moral no modelo logístico ordinal. Já no modelo linear, idade não se mostrou associada à neutralização moral. Da mesma forma, exposição à violência escolar se mostrou associada à neutralização moral no modelo logístico ordinal mas não no modelo linear.

Portanto, os resultados com as análises realizadas a partir do variável desfecho neutralização moral na forma ordinal ou na forma contínua foram substancialmente semelhantes e reforçam nossas hipóteses. Sexo masculino, exposição à violência, práticas parentais negativas, participação em grupos de pares que cometem atos ilegais, capacidade de autocontrole estão associados positivamente com neutralização moral. Em contrapartida, legitimidade escolar, práticas parentais negativas e culpa vergonha estão associados negativamente.

5.6 Associação entre Neutralização Moral e perpetração de violência

O objetivo 4 do estudo avalia a associação da neutralização moral com a perpetração de violência. Optou-se pela utilização da regressão de Poisson para análise bivariada e para construção do modelo multivariável com ajuste para confundidores. Selecionamos para ajuste variáveis que expressam: características sócio demográficas (sexo, condição socioeconômica da família e tipo de escola), exposição à violência (violência comunitária e na escola, vitimização por *bullying* e violência), familiares e amigos (práticas parentais positivas e negativas, participação em grupo de pares que cometem atos ilegais) e características individuais (autocontrole).

Para esta análise foram considerados apenas os adolescentes com resposta completa em todas as variáveis. Isso resultou em uma amostra final de 2.367 (88,32%) adolescentes após exclusão de 313 (11,68%) questionários com respostas faltantes. Na tabela 18 apresentamos as características dos adolescentes incluídos na nossa análise e daqueles que foram excluídos por informações faltantes. Para as variáveis que foram categorizadas a partir de escores contínuos apresentamos também, para cada categoria, a média e os valores mínimo e máximo com o objetivo de melhor compreender o que representam as respectivas categorias.

A amostra é composta por 50,56% de meninos e 49,44% meninas. A maior parte dos estudantes tem idade menor do que 15 anos (73,77%) sendo que apenas 5,45% dos estudantes tem idade superior a 16 anos e, 68,29% dos estudantes são da rede pública de ensino.

Dentre os adolescentes participantes 24,34% tinham alta exposição a violência comunitária, 24,7% percebiam como alta a violência na escola, 28,5% foram vítimas de *bullying* no ano anterior e 23,04% foram vítimas de violência. Práticas parentais positivas e negativas frequentes foram referidas por, respectivamente 23,49% e 22% da amostra. Cerca de 18% dos estudantes afirmaram que participam de grupos que cometem atos ilegais. Com relação à característica individual de autocontrole, 24,72% apresentam baixa capacidade de autocontrole.

A divisão da variável neutralização moral em tercis identificou os seguintes grupos: 35,67% para baixa concordância, 34,59% média e 29,73 alta concordância. A prevalência de perpetração de violência, ou seja, ter cometido qualquer um dos atos de violência no último ano foi de 18,05 (IC95% 16,25-20,01).

Há algumas diferenças importantes entre os adolescentes incluídos e excluídos da análise. Dentre os excluídos há maior proporção de meninos, idade superior a 16 anos e condição socioeconômica estrato superior.

Tabela 18: Características dos estudantes incluídos (n=2367) e excluídos (n=313) para análise da associação entre Neutralização Moral e Perpetração da violência

	Adolescentes incluídos (n=2,367)			Adolescentes excluídos (n=313)		
	%	IC95%	Média (MIN-MAX)	%	IC95%	Média (MIN-MAX)
Sexo						
Masculino	50,56	48,59-52,52	-	67,77	62,04-73,02	
Feminino	49,43	47,47-51,40		32,22	26,97-37,95	
Idade						
< 15	73,77	71,08 – 76,29	14,50 (13,40-14,99)	60,20	53,54-66,49	14,53(12,85-14,98)
15 - 16	20,77	18,70-23,01	15,41 (15,00-15,99)	24,59	18,43-31,99	15,41 (15,00-15,95)
>16	5,45	4,29 – 6,90	16,68 (16,01-18,91)	15,20	11,00-20,62	16,72 (16,02-17,86)
Tipo de escola						
Pública	68,29	65,97–70,52		78,91	73,42-83,52	
Particular	31,70	29,47-34,02		21,08	16,47-26,57	
Condição socioeconômica da família						
Baixa	33,85	30,94-36,88	3,51(0-5,42)	30,00	23,26-37,93	3,45 (0-5,42)
Média	34,99	32,28-37,79	6,83 (5,58-7,97)	28,85	22,11-36,69	6,60 (5,58-7,97)
Alta	31,15	28,28-34,18	10,90 (8,14-13,55)	41,04	33,12-49,46	10,86 (8,14-13,55)
Violência comunitária						
Alta*	24,34	22,17-26,66	2,65; (2,07-4)	29,85	24,72-35,56	2,69 (2,14-4)
Média/Baixa	75,65	73,33-77,82	1,44; (1-2,07)	70,14	64,43-75,27	1,37 (1-2,07)
Violência na escola						
Alta*	24,73	22,10-27,56	2,46; (2,09-4)	28,28	22,19-35,27	2,58 (2,1-4)
Média/Baixa	75,26	72,43-77,89	1,55; (1-2,08)	71,71	64,72-77,80	1,46 (1-2,08)
Vitimização por bullying						
Sim	28,50	26,38-30,72	-	29,69	24,91-34,97	
Não	71,49	69,27-73,61		70,30	65,02-75,00	
Vitimização por violência						
Sim	23,15	20,99-25,46	-	18,87	13,98-24,98	
Não	76,84	74,53-79		81,12	75,071-86,01	
Práticas Parentais Positivas						
Frequente*	23,49	21,34-25,78	3,68; (3,5-4)	21,42	17,34-26,16	3,68 (3,5-4)
Raramente/pouco frequente	76,50	74,21-78,65	2,84; (1-3,45)	78,57	73,83-82,65	2,77 (1-3,45)
Práticas Parentais Negativas						
Frequente*	22,00	19,87-24,28	2,48;(2,11-4)	25,41	20,83-30,62	2,47 (2,11-4)
Raramente/pouco frequente	77,49	75,71-80,12	1,53;(1-2)	74,58	69,37-79,16	1,52 (1-2)
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais						
Sim	17,97	15,63-20,57		21,79	15,95-29,03	
Não	82,02	79,42-84,37		78,20	70,96-84,04	
Autocontrole						
Baixo*	24,72	22,82-26,72	2,83;(2,6-4)	30,28	24,51-36,76	2,88 (2,6-4)
Média/alta	75,27	73,27-77,17	2,04;(1-2,5)	69,71	63,23-75,48	1,95 (1-2,55)
Desfecho: Perpetração de violência						
Sim	18,05	16,25-20,01		28,68	23,87-34,02	
Não	81,94	79,98-83,74		71,31	65,97-76,12	
Exposição: Neutralização Moral						
Baixa	35,67	33,29-38,12	1,30 (1-1,5)	28,22	22,88-34,25	1,29 (1-1,5)
Média	34,59	32,15-37,11	1,74 (1,52-1,94)	25,04	19,82-31,09	1,74 (1,52-1,94)
Alta	29,73	27,51-32,04	2,34 (2-3,66)	46,73	39,48-54,12	2,42 (2-3,72)

Dentre os participantes excluídos 46,73% situaram-se no tercil de maior concordância com neutralização moral enquanto esse percentual é de 29,73% dentre os participantes incluídos. A perpetração da violência também apresenta uma diferença substancial entre estes os participantes incluídos e excluídos das análises sendo, respectivamente, 18,05% e 28,68%.

A tabela 19 apresenta a correlação entre as variáveis selecionadas para a análise da associação entre neutralização moral e perpetração de violência. As maiores correlações são entre as co-variáveis neutralização moral e autocontrole ($r=0.35$) e tipo de escola e condição socioeconômica da família ($r=-0.32$). As correlações com a perpetração da violência são consistentes com nossa hipótese. Correlações positivas com perpetração da violência foram encontradas para exposição à violência comunitária e violência na escola, ser vítima de *bullying* ou violência, estilo parental negativo, baixo autocontrole e neutralização moral. Correlações negativas foram encontradas para estilo parental positivo e tipo de escola.

Tabela 19. Coeficientes de correlação simples de Person entre as variáveis selecionadas para análise da associação entre perpetração da violência com neutralização moral.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1. Sexo	-	0.12*	0.03	0.06*	-0.04*	-0.06*	-0.04*	0.03	-0.05*	-0.13*	-0.04*	-0.04*	-0.17*	-0.06*	0.19*	0.09*
2. Idade		-	0.25*	-0.007*	0.19	-0.05	-0.01	-0.02	-0.14*	-0.00	-0.04*	0.04*	-0.12*	0.03	0.11*	0.07*
3. Tipo de escola			-	-0.32*	0.10*	0.07*	-0.03	-0.05*	-0.13*	0.00	-0.14*	-0.05*	-0.07*	0.01	0.18*	-0.03*
4. SES				-	-0.02	0.00	0.04*	0.05*	0.13*	-0.04*	0.01	0.08*	0.00	-0.01	-0.03	0.02
5. Exposição à violência comunitária					-	0.36*	0.13*	0.10*	-0.08*	0.21*	-0.13*	0.14*	0.01	0.24*	0.18*	0.17*
6. Exposição à violência escolar						-	0.27*	0.18*	-0.06*	0.18*	-0.28*	0.17*	0.07*	0.21*	0.14*	0.23*
7. Vitimização por bullying							-	0.17*	-0.12*	0.16*	-0.15*	0.08*	0.00	0.14*	0.11*	0.15*
8. Vitimização por violência								-	-0.10*	0.15*	-0.11*	0.08*	0.00	0.17*	0.10*	0.16*
9. Práticas parentais positivas									-	-0.25*	0.25*	-0.07*	0.24*	-0.16*	-0.23*	-0.11*
10. Práticas parentais negativas										-	-0.17*	0.12*	-0.02	0.24*	0.18*	0.11*
12. Participação em grupos que cometem atos ilegais												-	-0.13*	0.25*	0.16*	0.15*
14. Autocontrole														-	0.35*	0.20*
15. Neutralização moral															-	0.24*
16. Perpetração de violência																-

*p<0,05

Na Tabela 20 são apresentados os resultados da análise bruta e multivariada para a amostra total e estratificado por sexo. A análise bivariada foi realizada para auxiliar na seleção das variáveis para o modelo ajustado e para verificar o efeito do ajuste das variáveis confundidoras na associação entre neutralização moral e violência. Foram selecionadas para compor o modelo multivariado as variáveis que apresentam associação estatisticamente significativa (valor- $p \leq 0.05$) com a variável desfecho.

Observa-se, na tabela 20, que somente as variáveis condição socioeconômica e tipo de escola não apresentam associação significativa do ponto de vista estatístico com a perpetração de violência na análise bruta e, portanto, não foram incluídas no modelo multivariado. Todas as demais variáveis permaneceram para a análise final e foram incluídas em bloco com a finalidade de ajuste para o potencial efeito confundidor.

No modelo bruto, a associação entre neutralização moral e violência foi de 2,49 (IC95% 2,25-2,76) passando para 1,73 (IC95% 1,43-2,09) no modelo ajustado. Ou seja, o aumento no escore de concordância com a neutralização moral aumenta em 73% a prevalência de perpetração de violência entre adolescentes escolares. Essa associação se mantém mesmo após ajuste para as demais variáveis, o que demonstra uma associação entre a neutralização moral e a violência independentemente das variáveis incluídas no modelo. Resultado semelhante foi encontrado para meninos e meninas: a neutralização moral associa-se à perpetração de violência, independente do efeito das variáveis confundidoras incluídas. Além disso, o valor da RP é semelhante na amostra total (RP=1,73), entre meninos (RP=1,73) e entre meninas (RP=1,72). Tal resultado reforça a importância da neutralização moral numa possível explicação causal para o comportamento violento em adolescentes, entre meninos e meninas.

Tabela 20: Análise bivariada e ajustada da relação entre Perpetração de violência e neutralização moral, separados por sexo.

	Total		Feminino		Masculino	
	Bivariada	Ajustada	Bivariada	Ajustada	Bivariada	Ajustada
	RP (IC95%)	RP (IC95%)	RP (IC95%)	RP (IC95%)	RP (IC95%)	RP (IC95%)
Neutralização Moral^(d)	2,49*** (2,25-2,76)	1,73*** (1,43-2,09)	2,57*** (2,00-3,30)	1,72** (1,22-2,44)	2,25*** (1,94-2,61)	1,73*** (1,38-2,19)
Sexo	1,53 *** (1,26-1,87)	1,51 *** (1,23-1,85)				
Idade	1,22*** (1,11-1,34)	1,18*** (1,05-1,33)	1,18 (0,95-1,46)	1,26 (0,99-1,61)	1,17** (1,05-1,30)	1,15** (1,03-1,28)
Tipo de escola	0,88 (0,72-1,06)	-	0,93 (0,69-1,26)	-	0,83 (0,64-1,08)	-
Condição socioeconômica da família	1,01 (0,99-1,04)	-	0,99 (0,95-1,04)	-	1,02 (0,98-1,06)	-
Exposição à violência comunitária^(a)	1,67*** (1,51-1,85)	1,31*** (1,15-1,49)	1,75*** (1,45-2,11)	1,33* (1,05-1,69)	1,65*** (1,45-1,86)	1,29*** (1,11-1,49)
Exposição à violência escolar^(a)	2,22*** (1,95-2,53)	1,81*** (1,53-2,13)	2,77*** (2,10-3,65)	2,13*** (1,62-2,93)	2,06*** (1,77-2,40)	1,68*** (1,37-2,07)
Vitimização por bullying^(a)	1,84*** (1,54-2,20)	1,27** (1,06-1,51)	2,35*** (1,80-3,08)	1,33* (1,01-1,75)	1,59*** (1,27-1,99)	1,20 (0,95-1,52)
Vitimização por violência^(a)	2,02*** (1,68-2,42)	1,71*** (1,41-2,08)	2,67*** (1,96-3,64)	2,18*** (1,62-2,93)	1,72*** (1,35-2,19)	1,46** (1,13-1,91)
Práticas parentais positivas^(b)	0,64*** (0,57-0,73)	0,76*** (0,64-0,91)	0,69*** (0,55-0,87)	0,89 (0,69-1,14)	0,64*** (0,54-0,77)	0,69** (0,55-0,87)
Práticas parentais negativas^(b)	1,51*** (1,25-1,81)	1,05 (0,88-1,26)	1,89*** (1,47-2,44)	1,12 (0,88-1,43)	1,39*** (1,09-1,76)	0,97 (0,76-1,24)
Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais^(b)	2,01*** (1,64-2,45)	1,60*** (1,26-2,02)	2,46*** (1,77-3,42)	1,70*** (1,24-2,34)	1,86*** (1,41-2,46)	1,48* (1,08-2,03)
Autocontrole^(c)	2,21*** (1,90-2,57)	1,49*** (1,24-1,79)	2,51*** (1,91-3,29)	1,51** (1,12-2,02)	2,16*** (1,77-2,64)	1,50*** (1,22-1,83)

Notas. Intervalo de confiança de 95% ; β = coeficiente beta;

*p<.05; **p<.01; ***p<.001.

(a) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola

(b) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola + Violência comunitária, *Bullying* e vitimização por violência

(c) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola + Violência comunitária, *Bullying* e vitimização por violência + Práticas parentais positivas, Práticas parentais negativas + Participação em grupos transgressores

(d) Ajustado por sexo, idade e tipo de escola + Violência comunitária, *Bullying* e vitimização por violência + Práticas parentais positivas, Práticas parentais negativas; Participação em grupos de pares que cometem atos ilegais + Autocontrole

6. Discussão

A violência juvenil tem impactos e consequências a curto, médio e longo prazo no desenvolvimento cognitivo, social e emocional bem como na adoção de comportamentos de risco à saúde. O entendimento do fenômeno da violência a partir do viés da saúde pública implica reconhecer que os danos não se limitam à organização e planejamento de serviços e ações em saúde para lidar com a mortalidade e morbidade. Evidências científicas são necessárias para identificar as causas, os fatores de risco e proteção, os quais subsidiam a formulação de programas, intervenções e estratégias preventivas. Recentemente, um especial de artigos sobre desengajamento moral comemorou a grande variedade de estudos estimulantes com novas abordagens metodológicas, estatísticas e analíticas que consolidam os achados a respeito das dimensões da moralidade no comportamento agressivo. Porém, os estudos combinam dados e achados de países de alta renda, ou seja, grande parte da literatura sobre um tema possivelmente influenciado por fatores culturais (WANG et al., 2019) continua restrita a países de alta renda (GUTZWILLER-HELFENFINGER, 2015). O presente estudo está inserido na tentativa de investigar como funciona esse importante fator de risco para violência juvenil na realidade brasileira – um país violento com profundas desigualdades sociais. As etapas de construção e análise de métodos e instrumentos para a identificação dos fatores de risco constituem a estratégia proposta pela OMS para o enfrentamento da violência (KRUG et al., 2002).

Os resultados sustentam as hipóteses de que há uma ampla gama de fatores associados (preditores) à neutralização moral e que a neutralização moral está diretamente associada com a violência. Os modelos criados estão de acordo com o entendimento de que o desenvolvimento moral é resultado de um processo de socialização inserido em diferentes cenários e esferas de socialização atuando conjuntamente. Não há um único

fator responsável pelo desenvolvimento de padrões morais de conduta. Pelo contrário, exposição à violência, ambiente familiar, grupos de pares e escola bem como características individuais são relevantes para o entendimento do desenvolvimento moral e dos mecanismos de neutralização moral.

6.1 Fatores associados à neutralização moral

A tendência em ativar mecanismos de neutralização moral pode ser compreendida a partir da socialização legal de crianças e adolescentes a qual ocorre através das relações com figuras de autoridades e instituições tais como família e escola (TRINKNER, COHN, 2014). A partir dessas relações os indivíduos desenvolvem o entendimento sobre as regras, as leis e as instituições legais. Experiências negativas podem afetar a socialização e podem levar à percepção de que comportamentos agressivos e transgressores são admissíveis em determinados contextos, facilitando o acionamento dos mecanismos de desengajamento moral.

Em nossa amostra, sexo masculino e idade superior a 16 anos aumentaram as chances de apresentar uma alta concordância com os mecanismos de neutralização moral. Assim como já foram demonstrados em outros estudos (THORNBERG, JUNGERT, 2013; POZZOLI, GINI, 2010; OBERMANN, 2011; BARCHIA, BUSSEY, 2011), meninos tendem a ter maior aceitação dos mecanismos de neutralização moral. É ampla a literatura que trabalha com questões de gênero e que reconhece a virilidade e agressividade como característicos do universo masculino e, por consequência, associados a uma maior chance de envolvimento em situações de conflito e violência (BREINES et al., 2000). Neste sentido, é de se esperar que os meninos lancem mão mais frequentemente dos mecanismos de neutralização moral da violência. De modo geral, meninas são menos propensas a desengajar moralmente e demonstram menor propensão

à agressividade quando comparadas com meninos. Na presente amostra, mesmo quando todas as variáveis do estudo foram incluídas no modelo hierárquico, ser do sexo masculino dobrou a chance de ser classificado com alta neutralização moral.

Apesar da escala de neutralização moral ter sido criada para utilização a partir de uma medida única é interessante avaliar as prevalências de algum tipo de aceitação dos mecanismos. Deste modo, é notório o fato de que 12% dos meninos concordam que “Muitos problemas podem ser resolvidos com violência” sendo apenas 5% o percentual de meninas que concordam com o enunciado. Além disso, no enunciado “É certo bater em alguém que não respeita seu grupo de amigos” cerca de 9% das meninas e 18% dos meninos tem algum tipo de aceitação. Os dados encontrados podem, em certa medida, ser compreendidos a partir de estudos de gênero para os quais a violência é parte da socialização dos meninos. Apesar dessas diferenças, uma meta-análise recente demonstrou que associação entre desengajamento moral e comportamento agressivo não difere significativamente entre homens e mulheres (GINI, 2014), sendo necessários estudos futuros para compreender melhor os efeitos do gênero.

Em contraste com nossos achados, estudos anteriores demonstraram que o desengajamento moral tende a diminuir com o aumento da idade (PACIELLO et al., 2008). Caroli (2014) encontrou que adolescentes com idades entre 11-13 anos eram mais propensos a fazer uso de desengajamento moral para justificar suas ações quando comparados com estudantes universitários. Com o amadurecimento cognitivo e emocional os indivíduos tendem a tomar atitudes mais empáticas e com base em princípios morais internalizados (EISENBERG et al., 1995, 2005; PACIELLO et al., 2008). Contudo, nossos resultados podem ter sido enviesados visto que apenas 7% da

amostra era composta por estudantes com 16 anos ou mais e esta parcela deve ter características específicas, visto que tais alunos apresentam defasagem idade-série.

A associação entre tipo de escola e condição socioeconômica da família com neutralização moral merece atenção. Por um lado, não foram encontradas diferenças estatisticamente significantes em relação à aceitação de mecanismos de neutralização moral segundo a condição socioeconômica. Porém, foi observada diferença com significância estatística entre a aceitação de neutralização moral e o tipo de escola: alunos de escola pública apresentaram maior chance de estarem situados nos níveis de alta aceitação de neutralização moral. Além disso, há de se ressaltar que não houve diferença quanto aos níveis de violência perpetrada entre escolas públicas e particulares. Em conjunto, esses achados sugerem que há uma diferença importante na maneira pela qual os estudantes da rede pública e privada lidam com questões de violência. Dada a enorme desigualdade social que assola o país tal fato pode ser um reflexo das condições estruturais insuficientes a que o ensino público está submetido (MALTA et al., 2014).

Ao analisar a vivência da violência entre estudantes brasileiros o estudo PENSE (2012) encontrou diferenças importantes entre as escolas públicas e particulares no que tange à insegurança no trajeto casa-escola e a insegurança na escola. Quase o dobro dos estudantes das escolas públicas relataram insegurança nesses trajetos o que pode ser consequência da localização das mesmas, em áreas mais periféricas e violentas. Malta (2014) sugere estas e outras características que representam as desigualdades sociais e iniquidades na distribuição de recursos das escolas públicas podem favorecer a emergência da violência.

Isto está em consonância com os resultados acerca do impacto da vitimização por violência (direta ou indireta) dentre adolescentes que vivem num contexto com altos

índices de violência como a cidade de São Paulo. As variáveis selecionadas para estudo e que representam a percepção dos adolescentes em relação à presença de desordem e exposição a violência na escola ou no bairro – violência indireta-e, a vitimização por *bullying* ou violência grave – violência direta - apresentam tendência semelhante. Há diferença estatisticamente significativa entre os que estão expostos à algum dos tipos de violência e os que não estão expostos no que diz respeito à aceitação dos mecanismos de neutralização moral.

A exposição à violência (direta ou indireta) durante as fases de desenvolvimento pode provocar uma série de efeitos adversos tais como problemas internalizantes (depressão) (TTOFI et al.,2011), externalizantes (agressividade) (LIN et al., 2018; LONGOBARDI et al., 2017; NORET et al., 2018). É reconhecido que a exposição à violência e a eventos traumáticos durante a infância e adolescência podem contribuir para o desenvolvimento de problemas comportamentais e uso de drogas. Negligência, ambiente familiar adverso e violência interpessoal são consistentemente demonstrados como estando associados ao risco elevado de desenvolver problemas comportamentais na adolescência (FORD, 2010; CARLINER,2016 e MOFFITT, 2001).

Segundo Garbarino (2001), a violência é um dos principais componentes dos ambientes socialmente tóxicos que prejudicam o desenvolvimento infantil. As situações traumáticas de exposição à violência impactam a capacidade de responder psicológica e emocionalmente às situações de conflitos e de estresse. Garbarino (2001) argumenta que as crianças que passam por eventos traumáticos são pressionadas a lidarem cognitivamente com padrões de comportamento, pensamento e sentimentos decorrentes das próprias situações de violência, ou seja, são socializadas a partir da vivências e experiências violentas. As crianças mais vulneráveis podem ser atraídas a adotar tais

padrões de comportamento violento. Os achados levam ao mesmo raciocínio apresentado por Coker (2014) em que a vítimas de estresse pós-traumático apresentaram mais dificuldade nas habilidades sociais para lidar com conflitos, além de maior probabilidade em lançar mão dos mecanismos de desengajamento moral.

O desenvolvimento da moralidade em crianças e adolescentes também é amplamente influenciado pelo estilo parental (WHITE, 2004; HOEVE, 2012). Pais são os principais agentes sociais que influenciam o pensamento moral das crianças. Os princípios de moralidade dos pais bem como aspectos familiares - tal como sociabilidade familiar, grande coesão familiar, adaptabilidade e comunicação positiva – predizem significativamente a moralidade dos adolescentes. (WHITE, 2004).

No presente estudo, 50% dos adolescentes que relataram serem frequentes as práticas parentais positivas – tal como monitoramento parental e envolvimento afetivo - foram classificados com tendo baixa aceitação de neutralização moral. Em contrapartida, 42% dos que relataram práticas parentais negativa frequentes foram classificados com alta aceitação/concordância de neutralização moral. Os resultados têm implicações teóricas e práticas importantes visto o papel que os pais exercem como principais agentes sociais durante o desenvolvimento da moralidade. As estratégias que os pais lançam mão para lidar com situações de conflito estão fortemente associadas com o desenvolvimento moral dos filhos (LAIBLE, THOMPSON, 2002). Além disso, as expectativas que os filhos têm em relação a reação dos pais aos seus comportamentos predizem atitudes pró sociais, antissociais, o *bullying* e *cyberbullying* (ZYCH, 2019; WYATT, 2002).

Em análise longitudinal, Ishoy (2017) observou que as práticas parentais que oferecem suporte e carinho aos filhos bem como o monitoramento parental – o quanto os pais sabem sobre as rotinas de atividades de suas crianças - reduzem o desengajamento

moral (ISHOY, 2017). Wang (2019) criou um modelo em que ambos pais completaram questionários a respeito da severidade dos modos de parentalidade do cônjuge e, os filhos responderam a questionários de desengajamento moral. Modos severos de parentalidade mostraram-se positivamente associados com cada um dos mecanismos de desengajamento moral.

Um dos achados mais instigantes de Wang (2019) foi o de que somente as dimensões de justificativa moral e eufemismo linguístico mediaram completamente a associação entre parentalidade severa e agressividade. Alega-se que os pais precisam justificar e empregar o eufemismo linguístico para suavizar suas próprias atitudes severas o que influencia e fazem os filhos lançarem mãos dos mesmos artifícios (WANG, 2019).

A disciplina parental rígida - avaliada a partir da estabilidade da relação parental, punição corporal e pobre supervisão - pode contribuir para que adolescentes entendam que a violência é uma maneira legítima de lidar com conflitos. A expectativa de aprovação parental da agressividade, por exemplo, parece mediar a relação entre punição corporal e desengajamento moral entre crianças e adolescentes (CAMPAERT, NOCENTINI, MENESINI, 2018).

O vínculo parental seguro é resultado de um padrão consistente de respostas às necessidades das crianças, com a reciprocidade emocional e a regulação sustentada da confiança. Bao (2015) avança a hipótese de que o desengajamento moral é o mecanismo cognitivo subjacente na associação entre o vínculo parental e a delinquência. O vínculo parental seguro – caracterizado pela confiança e comunicação entre pais e filhos – tem o potencial de reduzir o comportamento delincente pela diminuição no desengajamento moral (BAO, 2015). Visto que o desengajamento moral se apresenta fortemente correlacionado com violência, *bullying* e *cyberbullying*, os estudos acima mencionados

argumentam que o estímulo a prática parentais positivas poderia prevenir o desenvolvimento de uma moralidade antissocial por meio na redução no desengajamento moral (BAO, 2015; ISHOY, 2017; ZYCH, 2019).

Participar em grupos que cometem atos ilegais também aumenta as tendências de neutralização moral conforme demonstram nossos resultados. Participar de grupos de amigos que cometem atos ilegais exerce um importante papel no engajamento crônico de comportamentos antissociais uma vez que eles legitimam episódios violentos (PACIELLO et al. 2012; CARAVITA, et al. 2014). O envolvimento em grupos que aceitam atividades ilegais constitui parte da identidade dos membros dos grupos tornando-os mais propensos a lançar mão dos mecanismos de neutralização moral (FRISBY-OSMAN, WOOD, 2020). As crenças normativas dos grupos e a aprovação ou não de tipos específicos de conduta social influenciam o comportamento individual podendo atuar como um desengajamento moral coletivo ou de sala de aula (GINI, POZZOLI, BUSSEY, 2015).

Numa avaliação longitudinal de um período de 1 ano, Sijtsema e colaboradores (2014) observaram que o aumento no desengajamento moral no início da adolescência, 11 aos 14 anos de idade, esteve relacionada e dependente do desengajamento moral dos amigos. Porém, ao final da infância, dos 9 aos 10 anos de idade, as amizades parecem influenciar pouco nas mudanças de desengajamento moral. Duas explicações são propostas: a maturação cognitivo e emocional a qual resulta em mudanças na compreensão do *bullying* e da violência nas diferentes fases da vida e, o aumento da influência das amizades com o avançar da adolescência (SIJTSEMA et al., 2014).

De acordo com Bandura (2002b), os princípios culturais e sociais que regulam o comportamento das crianças são gradativamente assimilados ao longo da vida. Os

componentes emocionais e cognitivos da moralidade associados aos comportamentos e às suas consequências são responsáveis por inibir (ou não) determinadas condutas transgressoras ou violentas. Com o desenvolvimento cognitivo os adolescentes passam a antecipar os julgamentos morais e as emoções associadas aos atos, tal como a tendência em sentir-se envergonhado ou culpado (BANDURA et al. 2001; EISENBERG, 2000). De modo geral, indivíduos tendem a realizar atividades que proporcionem bem-estar e prazer e evitam aqueles associados a emoções desagradáveis. Os estudantes que adotam comportamentos violentos e de *bullying* dificilmente demonstram culpa ou vergonha (MENESINI et al., 2003; MENESINI, CAMODECA, 2008).

As relações complexas entre a moralidade, as emoções e o autocontrole ainda não foram exploradas. Li e colaboradores (2014) apresentam um modelo teórico que avalia os efeitos do autocontrole com a aprovação ou não de desengajamento moral. Os autores demonstram que o autocontrole é mais pronunciado em indivíduos com baixa moralidade. Postula-se que o desengajamento moral tem papel mais importante dentre indivíduos com alta moralidade uma vez que estes indivíduos não sentem antecipadamente sentimentos de culpa e vergonha; ou seja, não necessitam de lançar mão de mecanismos de autocontrole. Por outro lado, pessoas com baixo desengajamento moral são mais propensas a lançar mão de mecanismos de desengajamento moral para evitar sentimentos de culpa e vergonha (LI et al., 2014).

Nossos resultados também mostram culpa e vergonha associados com a neutralização moral. Análise longitudinal mostra que o desengajamento moral está negativamente associado com emoções morais (culpa e vergonha); altos níveis de desengajamento moral predizem baixas emoções morais e maiores taxas de comportamento agressivo ao longo do tempo (MAZZONE, 2019).

Para a teoria da ação situacional, a capacidade de exercer o autocontrole é um dos fatores mais importantes para o envolvimento em crime por indivíduos com moralidade mais fraca. Estes consideram o comportamento agressivo e transgressor como uma possibilidade de ação, como um meio legítimo para lidar situações, dependente da capacidade de autocontrole para conter ou não o comportamento desviante. Em contraste, aqueles que não vem o crime como uma possibilidade de ação são menos influenciados pelo autocontrole (WIKSTRÖM; 2010, 2011). Conforme esperado também observamos que a baixa capacidade para exercer o autocontrole está associada com alta concordância de neutralização moral.

Analisados em conjunto, os resultados corroboram a hipótese de que uma série de fatores contextuais e individuais convergem para tornar os mecanismos de neutralização moral aceitáveis. Análises futuras devem construir modelos que levem em consideração as relações complexas entre as variáveis, o que não foi feito até o presente momento.

6.2 Perpetração da violência e associação com Neutralização Moral

A violência juvenil impõe elevados custos sociais, econômicos e na saúde das populações em todo o mundo. Reconhecer os padrões da violência bem como os fatores de risco envolvidos na perpetração da violência em crianças e adolescentes é etapa crucial para que estratégias de prevenção consigam identificar aqueles que estão sob maior risco de agir agressivamente de maneira crônica. Os resultados encontrados em nossa amostra dialogam em grande medida com a literatura internacional ao encontrar que a vitimização por violência direta e indireta, a participação em grupos de pares que cometem atos ilegais, práticas parentais negativas e pouca capacidade de autocontrole apresentam associação positiva com a perpetração da violência; apenas práticas parentais positivas apresentaram associação negativa. Os resultados também sustentam a nossa hipótese de

que a neutralização moral está fortemente associada com a perpetração da violência mesmo após ajuste para potenciais variáveis de confusão.

6.3 Prevalência e fatores associados ao comportamento violento

Fatores distais tais como adversidade psicossocial e desigualdades sociais costumam ser elencados como fatores de risco para a agressividade (MURRAY, 2015; BODEN, FERGUSSON, HORWOOD, 2010). Em nossa amostra a condição socioeconômica e tipo de escola não apresentaram diferença significativa quando comparadas as prevalências de violência.

Um resultado que merece atenção diz respeito à comparação entre os sexos quanto às prevalências de perpetração de violência. De modo geral, há uma diferença importante em relação ao sexo quando comparadas taxas de perpetração de violência. No estudo M-PROSO, por exemplo, meninos (23,6%) cometeram em média 3 vezes mais atos violentos que meninas (9,7%). Já em nossa amostra, o único tipo de violência que apresentou diferença estatisticamente significativa foi a que ocorre com uso de arma (TRAJTENBERG, EISNER, 2013).

Aproximadamente 8% dos estudantes - 10,4% dos meninos e 4,41% das meninas - com idade média de 14 anos responderam afirmativamente à questão “carregou com você uma arma ou um objeto perigoso para se proteger de alguém, ameaçar ou atacar outra pessoa”. Os resultados são similares aos da pesquisa PENSE (2015) na qual o envolvimento em briga na qual alguém usou alguma arma de fogo, nos 30 dias que antecederam à pesquisa foi 5,7% dos escolares: 7,9% entre alunos do sexo masculino e 3,7% entre alunos do sexo feminino. Em relação ao uso de arma branca, 7,9% dos escolares declararam envolvimento, 10,6% dos adolescentes sexo masculino e 5,4% dos adolescentes sexo feminino. (IBGE, 2016). Deve-se ressaltar o fato de que esses índices

elevados ocorreram no momento anterior às políticas de flexibilização do uso de armas de fogo que vem ocorrendo no Brasil desde 2018. Tal fato deverá ser explorado futuramente visto que a presença de arma em casa aumenta significativamente as chances de comportamento violento bem como de vitimização (RUBACK et al., 2011). Dentre adolescentes americanos, o percentual de estudantes que carregou uma arma (arma de fogo, faca ou porrete/taco) pelo menos 1 dia no mês anterior à pesquisa, teve uma diminuição de 26,1% em 1991 para 13,2% em 2019 (CDC, 2019).

O envolvimento em briga física ao menos uma vez no último ano foi reportado por 13,92% dos meninos e 11,19% das meninas. Os resultados diferem da pesquisa PENSE (2015) cujo índice foi de 23,4% dos escolares: 30,3 % dos meninos e 16,8% das meninas. Não houve diferença significativa entre as escolas privadas (23,8%) e públicas (23,3%). Nos EUA, houve redução de 42,5% em 1991 para 21,9% em 2019 no envolvimento em violência física dentre estudantes (CDC, 2019).

Apesar de ser esperada uma variação regional em relação aos índices de violência reportados, é notório que em nossa amostra não exista diferença entre os sexos quanto ao envolvimento em violência física, ameaça de violência física para roubo e assalto com o sem arma. No estudo HBSC (Health Behavior in school-aged children) realizado em mais de 50 países da Europa e EUA mostrou que meninos tem maior probabilidade de envolvimento em briga física no último ano (15% versus 5%) sendo que tal diferença foi observada na maioria dos países/regiões. Apenas na Islândia não houve diferença entre os sexos.

É possível que parte desses resultados sejam decorrentes de viés por conta da exclusão de estudantes para as análises, os quais em eram em sua maioria do sexo masculino e com relato de violência no último ano. Porém, os resultados também podem

demonstrar que meninas estão assumindo posturas/papéis diferentes no ambiente escolar em relação a comportamentos de risco que antes eram mais frequentes entre homens. Outras características das estudantes do sexo feminino no SP-PROSO também mostraram resultados que demandam atenção especial; meninas relataram maiores percentuais de uso de drogas depressoras, maior consumo de álcool em *binge* e consumo de tabaco (PERES et al., 2018).

A exposição à adversidade durante a infância (p.ex.: abuso físico, emocional, negligência física, abuso sexual, etc) está associada tanto com sintomas depressivos quanto com a perpetração da violência especialmente em regiões pobres dos países de baixa e média renda (BLUM, NARANJO, 2019). A vitimização por pares pode levar ao aumento da agressividade ao longo do tempo. Pesquisas longitudinais sugerem uma potencial relação causal entre a vitimização por pares servindo como antecedente para colocar os adolescentes em risco para o comportamento agressivo físico (OSTROV, 2010; ACEVES, COOKSTON, 2007).

As trajetórias de vida que sucedem a vitimização por violência até o desenvolvimento do comportamento agressivo e violento, frequentemente, são marcadas pelo encadeamento de experiências psicológicas disfuncionais (baixa satisfação com a vida, abuso de substâncias psicoativas, dentre outros) (MOFFITT, CASPI, 2001; CARLINER, 2017). Há uma variedade de mecanismos que podem estar envolvidos nesse processo abrangendo os domínios emocional, cognitivo, social e neurobiológico. O processamento da informação social é alterado podendo aumentar a percepção e a crença de que a vida não é rodeada de cuidado e justiça, mas de poder e dominação gerando uma sensação de que o ambiente e os outros são hostis (CARLINER, 2017; ARSENIO, GOLD, 2006).

Na nossa amostra, aproximadamente 30% das vítimas diretas ou indiretas reportaram ter cometido ao menos um ato de violência no último ano. Em contrapartida, esse percentual foi aproximadamente de 15% dentre os que não foram vítimas. Tanto a vitimização física (ameaça física, empurrão, soco) quanto a relacional (ser excluído de um grupo de amigos, ser vítima de boatos ou mentiras) estão associadas com comportamentos externalizantes incluindo abuso de substâncias psicoativas, agressividade relacional e física, delinquência (SULLIVAN, 2006). No estudo realizado com amostra representativa de adolescentes americanos com idades entre 13 a 18 anos, a exposição a qualquer tipo de evento potencialmente traumático (violência interpessoal; presenciar/testemunhou algum evento; vitimização intencional ou não intencional) esteve associada com maior risco para desenvolver transtorno de conduta e transtorno de uso de substância. Quando avaliados separadamente, exposição à violência interpessoal é particularmente danosa aos adolescentes por representar uma ameaça ambiental significativa (CARLINER, 2017).

Crianças que são vítimas de violência por seus pares tendem a ser tratadas negativamente e excluídas das amizades. Isto pode criar uma situação em que as crianças procuram por pares que cometem atos ilegais tais como envolvimento em brigas. Lin et al (2018) sugerem um modelo em que a vitimização por pares apresenta-se indiretamente relacionada com o comportamento agressivo através aproximação com amizades que cometem atos ilegais. No entanto, o conhecimento que os pais têm acerca das atividades diárias que os filhos estão envolvidos, o monitoramento parental, apresenta-se como moderador dessa relação (LIN et al., 2018).

A influência da parentalidade no comportamento antissocial tem sido bem documentada em pesquisas anteriores, particularmente em relação os estilos e práticas

parentais disciplinares. Um contexto familiar favorável tal como aquele em que os pais sabem das rotinas dos filhos podem atenuar a relação entre fatores de risco ambientais e problemas comportamentais (LUTHAR et al., 2015). Adolescentes que informam pouco seus pais a respeito de suas experiências diárias são mais propensos a apresentarem problemas comportamentais (MARCEAU et al., 2015). Nossos resultados são consistentes com a literatura ao mostrar que estilos parentais positivos são protetivos e os estilos negativos constituem fator de risco para a perpetração de violência (HIGGINS et al., 2010; BUIST et al., 2004).

O fator proximal individual escolhido para compor o modelo da associação entre perpetração da violência e neutralização moral foi o autocontrole o qual apresentou associação importante com a perpetração da violência. Autocontrole representa a habilidade dos indivíduos para resistir às tentações e antecipar as consequências negativas de determinado comportamento (WIKSTRÖM, 2010; EISNER, RIBEAUD 2007). Numa situação em que os impulsos agressivos são ativados, o autocontrole pode ajudar a responder de acordo com os padrões pessoais ou sociais que repreendem a agressividade (WIKSTRÖM, SVENSSON, 2010; DENSON, 2012).

Indivíduos com baixa capacidade de autocontrole tendem a ser mais impulsivos, com mais comportamentos de risco, baixa tolerância à frustração e cujas ações são mais egocêntricas. No estudo M-PROSO, adolescentes com menores níveis de autocontrole tiveram quatro vezes mais probabilidade de perpetrar atos de violência quando comparados aos grupos com maior capacidade de autocontrole (TRAJTENBERG, EISNER, 2013). De maneira similar, nossa amostra também mostrou uma associação importante entre a capacidade de autocontrole e a perpetração de violência.

Pesquisas realizadas a respeito do processamento de informação social sugerem que crianças e adolescente preveem possíveis consequências a respeito de seu comportamento antissocial ou pró-social antes de ter a resposta comportamental (CRICK, DODGE, 1994; NELSON, CRICK, 1999; WYATT, CARLO, 2002). Ou seja, a recompensa ou punição esperada (fruto da assimilação das experiências das consequências de suas ações) para determinada ação diminui ou aumenta a probabilidade de determinado ato.

6.4 Associação entre Neutralização moral e Violência

Os resultados do presente estudo são semelhantes ao encontrado em outros estudos para os quais também há uma associação entre a neutralização ou desengajamento moral e violência mesmo após controle para variáveis de confusão. Há consenso na literatura de que crianças e adolescentes que apresentam maior concordância com desengajamento e neutralização moral tem maior probabilidade de cometer algum tipo de violência contra pares além de ter atitudes positivas em relação à agressividade (OBERMANN, 2011; PACIELLO, 2008; ALMEIDA, CORREIA, MARINHO, 2010). Crianças e adolescentes parecem adotar uma orientação moral a respeito da agressividade e diferenciam entre a agressividade física e relacional nos seus julgamentos morais. Para realizar atos que infligem dor ou sofrimento aos outros lançam mão de mecanismos que justificam o uso da violência (MURRAY-CLOSE, CRICK, GALOTTI, 2006; GINI 2006).

Meta-análise realizada por Gini (2014) com indivíduos com idades entre 8 a 18 anos incluiu 27 estudos e mostrou um efeito positivo geral, sustentando a hipótese de que desengajamento moral é significativamente associado com a violência entre crianças e adolescentes (GINI, 2014). A forte associação é consistente com a ideia de que os

adolescentes que tendem a perpetrar a violência, gradualmente, adquirem padrões de racionalização a respeito do comportamento antissocial ou agressivo num esforço em torna-lo mais positivo, minimizar suas consequências e reduzir a percepção de que é algo inadequado (BANDURA, 1999).

Em nossa amostra houve diferença importante no quanto meninos ou meninas concordam com os mecanismos de neutralização moral. Meninos apresentaram maiores escores de concordância do que as meninas. Apesar dessas diferenças, nossos resultados são semelhantes com outros estudos que demonstram que a força da associação entre desengajamento moral e agressividade não varia em função com o sexo da criança. (GINI et al., 2014; VISCONTI et al., 2015).

Em análise longitudinal, Ribeud e Eisner (2015) argumentam que a neutralização moral é um importante preditor da agressividade assim como as condutas agressivas/violentas também são preditores da neutralização moral; ambos se retroalimentam (RIBEUAD E EISNER 2015). Os autores sustentam a hipótese de que a agressividade e a neutralização moral fazem parte do mesmo fenômeno da violência sendo a expressão cognitiva e comportamental, respectivamente. Seguindo esse raciocínio, os indivíduos lançariam mão dos mecanismos de neutralização moral para diminuir a culpa e vergonha dos atos e, após agir agressivamente/violentamente utilizariam os mecanismos para racionalizar o ato.

Apesar da associação da neutralização moral com a violência ser bem conhecida e replicada em diversos estudos, ela não é suficiente para explicar o porquê alguns indivíduos agem agressivamente. A maneira pela qual os indivíduos interpretam e compreendem o mundo podem convergir para legitimar a hostilidade, o uso da violência e a agressividade como forma de lidar com situações de conflito. Neutralização moral faz

parte de uma rede complexa de mecanismos cognitivos e emocionais que afetam o processamento da informação social, as reações emocionais e o planejamento de ações.

Desse modo, a neutralização e o desengajamento moral podem ser avaliados como mediadores entre preditores individuais de violência com desfechos moralmente problemáticos. No modelo proposto por Caprara e colaboradores (2014) os autores sugerem que irritabilidade - a incapacidade em controlar reações raivosas, em reagir impulsivamente e a tomar uma atitude ofensiva ao mínimo dissenso/desavença - pode originar sentimentos hostis em relação aos outros levando à busca de agressividade como meio de restaurar a autoestima. O desengajamento moral parece ser crucial para dar acesso às tendências agressivas por legitimá-las e torná-las cognitivamente e emocionalmente justificáveis (CAPRARA et al., 2014).

De modo semelhante, Rubio e colaboradores (2016) mostram que tanto a raiva quanto a hostilidade podem estimular a ativação dos mecanismos de desengajamento moral aumentando os comportamentos agressivos física ou verbalmente. Os autores enfatizam um resultado inesperado em relação à comparação entre a raiva e hostilidade. O desengajamento moral apareceu como mediador de ambas para a agressividade física e verbal. Entretanto, a raiva tem maior influência no desengajamento moral do que a hostilidade. Sugere-se que a raiva aparece como um componente emocional que rapidamente aciona os mecanismos de desengajamento moral enquanto que a hostilidade é um componente cognitivo de assimilação e racionalização do comportamento agressivo (RUBIO et al. 2016).

Reações emocionais e cognitivas estão intrinsicamente conectados com o desengajamento moral e neutralização moral interferindo mutuamente. Enquanto a raiva e irritabilidade podem ativar os mecanismos de neutralização/desengajamento moral, por

outro lado, a capacidade em entender e compartilhar o estado emocional e contextos dos outros, a empatia, pode inibir as manobras cognitivas para converter comportamentos agressivos em atitudes aceitáveis (PACIELLO et al., 2013; GINI et al., 2007; WANG, 2017).

O desengajamento moral pode ser interessante em determinadas circunstâncias, mas não em outras. Em análise longitudinal de estudantes australianos dos 12 aos 16 anos de idade, Bussey e colaboradores (2015) mostram que quanto mais os perpetradores de violência são capazes de sentir empatia pelas vítimas, compartilhar visões e perspectivas, mais difícil será acionar os mecanismos de desengajamento moral para agir agressivamente. Em níveis elevados de preocupação empática a associação entre desengajamento moral e agressividade fica enfraquecida (BUSSEY, 2015).

Numa amostra de jovens infratores, Wang e colaboradores (2017) avaliaram os efeitos de moderação e de mediação do desengajamento moral na relação entre empatia e agressividade. O desengajamento moral mostrou-se como mediador na relação entre empatia e agressividade. Os indivíduos com altos níveis de empatia foram negativamente associados com a agressividade e esses benefícios da empatia em termos de reduzir a agressividade pode ser explicado pela diminuição do desengajamento moral. Quando avaliado como moderador da relação entre empatia e agressividade, demonstrou-se que os indivíduos com altos níveis de desengajamento moral são menos propensos a agir a partir das emoções morais (empatia, culpa e auto sanções) do que aqueles com baixos níveis de desengajamento moral. Ou seja, em altos níveis de desengajamento moral a relação entre empatia e agressividade é não significativa (WANG, 2017).

Vale ressaltar o fato de que apesar da associação do desengajamento moral com condutas transgressoras e agressivas ter sido extensivamente replicada em estudos de

diversos países, a literatura ainda é escassa em países de baixa e média renda. Wang (2017) aponta para o fato de que em meta análise recente, o efeito da associação entre desengajamento moral e violência parece ser maior nos chineses quando comparados aos estudantes ocidentais.

Compreender a maneira pela qual os fatores de risco para o comportamento violento se relacionam com fatores contextuais e individuais é necessário para a elaboração de estratégias efetivas de redução da violência. É consensual a ideia de que fatores contextuais por si só não podem ser considerados como as causas dos atos violentos, eles podem ser considerados como as “causas das causas” (p. ex.: desigualdades sociais); as causas diretas do comportamento violento apareceriam num nível mais proximal. A emergência e perpetração da violência dão-se, portanto, a partir da conjunção de indivíduos propensos à violência em contextos facilitadores. Deste modo, identificar normas e valores que legitimam a violência pode ser estratégia promissora na construção de intervenções de prevenção da violência.

O presente estudo representa uma primeira aproximação com o tema dentre estudantes brasileiros, levando em conta considerável quantidade de variáveis. Estudos futuros devem aprofundar o conhecimento a partir da validação da escala, modelos estatísticos de moderação e mediação.

7. Conclusão

A moralidade é o principal determinante da propensão individual para o crime (WIKSTRÖM et al., 2012). É a partir da internalização de normas e regras compartilhadas socialmente que os indivíduos fazem os julgamentos morais a respeito de suas condutas e avaliam as possibilidades de ação (criminosa ou não). Atitudes que contradizem os próprios princípios morais podem causar desconforto psíquico e emocional devendo ser neutralizadas ou desconsideradas temporariamente. A neutralização moral ou a suspensão transitória das convicções morais está associada com a violência juvenil e desenvolve-se a partir de um processo contínuo de interação recíproca entre indivíduos com seus pares, pais e contextos socioculturais. Os modelos de análise apresentados pelo presente estudo corroboram a hipótese de que as percepções e atitudes dos adolescentes em relação aos diferentes contextos e esferas de socialização influenciam a aceitação dos mecanismos de neutralização moral. Neutralização moral também se mostrou associada com violência após controle para variáveis de confusão.

Até onde sabemos, este é o primeiro estudo realizado em país de baixa renda que testou formalmente a associação da neutralização moral da agressividade com uma ampla gama de preditores individuais, relacionais e contextuais com base no modelo ecológico. Nossos resultados são robustos e consistentes com literatura internacional e tem claras implicações na prevenção da violência.

Trabalhar com normas e valores faz parte das estratégias de prevenção da violência contra crianças propostas pela OMS na publicação “*Inspire: Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças*” (OMS, 2018). Modificar normas e valores não é um objetivo que será alcançado a curto prazo, mas, não é necessário passar por gerações para que tal transformação ocorra. Há evidências consistentes que demonstram a

possibilidade em se modificar atitudes a respeito da violência a partir do trabalho com as normas e valores que sustentam a violência. A identificação e reconhecimento dos mecanismos de neutralização moral pode subsidiar estratégias de enfrentamento dos discursos e atitudes que sustentam a violência nas suas variadas formas.

8. Limitações

Algumas limitações do presente estudo devem ser elencadas. A primeira limitação diz respeito ao desenho de estudo - o corte transversal - que impossibilita ter uma ideia clara das relações temporais entre as variáveis. E, os instrumentos de coleta de dados não foram validados no Brasil. Entretanto, os instrumentos utilizados são amplamente utilizados e validados internacionalmente e, foram inteiramente baseados no estudo Z-PROSO. Este realiza análises longitudinais e transversais sobre comportamento violento em adolescentes há quase duas décadas. Para superar essa limitação, nós apresentamos na seção dos métodos os resultados da análise confirmatória fatorial para cada escala utilizada, as quais são consistentes com a manutenção das propriedades psicométricas na nossa amostra, mas reconhecemos que análises adicionais precisam ser realizadas.

Sobre a amostra, não temos informação sobre as escolas que se recusaram a participar do estudo não sendo possível avaliar os possíveis vieses. Por conta disso, as prevalências encontradas poder ser subestimadas. Além disso, apenas adolescentes que estavam matriculados e presentes na escola participaram da pesquisa o que limita a validade externa. Porém, em 2018 o censo escolar estimava que 99% dos adolescentes de 6 a 14 anos de idade estavam matriculados na escola. Por outro lado, sabe-se o Brasil apresenta taxas elevadas de absenteísmo escolar, em 2015 o PISA estimou que 48% dos estudantes reportaram falta na escola (média 29% superior aos outros países da OECD). Além disso, pode ter ocorrido viés de seleção visto que apenas os alunos que estavam presentes no dia da coleta de dados participaram da pesquisa. Pode-se assumir que adolescentes não matriculados na escola tem maior probabilidade de neutralização moral bem como de outros fatores de risco (parentalidade negativa, participação em pares que cometem atos ilegais, exposição à violência, baixa capacidade de autocontrole.) Assim,

não esperamos que o possível risco de viés de seleção poderia afetar a direção ou magnitude da associação entre neutralização moral e as variáveis selecionadas.

Além disso, tivemos perdas por valores de respostas faltantes. Para a avaliação dos fatores associados com a neutralização moral recorreremos à imputação de dados faltantes para lidar com essa limitação. E, apresentamos as características dos participantes incluídos e excluídos das análises. Não foram evidenciadas diferenças substanciais. Entretanto, na avaliação entre a associação da perpetração da violência com a neutralização moral houve diferença importante entre os grupos de participantes incluídos e excluídos em relação ao principal desfecho de interesse. Deste modo, pode ser que nossos resultados tenham sido subestimados.

Outro possível viés pode ter ocorrido por conta do instrumento de coleta de dados ser um questionário auto preenchido. Visto que as questões tratam de temas sensíveis relacionados à violência os adolescentes podem ficar constrangidos em responder com honestidade levando a viés de resposta. Para minimizar o risco de respostas não verídicas os participantes eram informados sobre o anonimato das respostas antes de iniciar o preenchimento do questionário.

Outra limitação do estudo diz respeito ao uso de medidas individuais para todas as variáveis ao invés de medidas individuais e agregadas. Ademais, os resultados baseados apenas em auto relatos ao invés de múltiplas fontes. Uma vez que os alunos estão aninhados nas escolas e a variância entre escolas não foi considerada podem ter ocorrido erros de estimativa. Estudos futuros deveriam incluir variáveis agregadas contextuais, tais como níveis de violência na vizinhança, pobreza e desigualdades e variáveis de nível escolar nos modelos multiníveis bem como adotar estratégias de múltiplas fontes.

Em virtude da ampla variedade de potenciais fatores de confusão incluídos nos modelos de análise, foi possível investigar o efeito independente da neutralização moral com perpetração da violência num país de baixa renda com elevados índices de violência. Apesar das limitações os resultados são robustos e consistentes com a literatura internacional.

9. Referências Bibliográficas

ACEVES, Mario J.; COOKSTON, Jeffrey T. Violent victimization, aggression, and parent-adolescent relations: Quality parenting as a buffer for violently victimized youth. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 36, n. 5, p. 635-647, 2007.

AKERS, Ronald L. **Social learning and social structure: A general theory of crime and deviance**. Transaction Publishers, 2011.

ALLISON, Paul D. Missing data techniques for structural equation modeling. **Journal of abnormal psychology**, v. 112, n. 4, p. 545, 2003.

ALMEIDA, Ana; CORREIA, Isabel; MARINHO, Sylvie. Moral disengagement, normative beliefs of peer group, and attitudes regarding roles in bullying. **Journal of School Violence**, v. 9, n. 1, p. 23-36, 2009.

ALSAKER, Françoise. **Mutig gegen mobbing in kindergarten und schule**. Huber, 2012.

ALTHOF, Wolfgang; BERKOWITZ*, Marvin W. Moral education and character education: Their relationship and roles in citizenship education. **Journal of moral education**, v. 35, n. 4, p. 495-518, 2006.

ARSENIO, William F.; GOLD, Jason. The effects of social injustice and inequality on children's moral judgments and behavior: Towards a theoretical model. **Cognitive Development**, v. 21, n. 4, p. 388-400, 2006.

BANDURA, Albert. The self system in reciprocal determinism. **American psychologist**, v. 33, n. 4, p. 344, 1978.

BANDURA, Albert. Selective activation and disengagement of moral control. **Journal of Social Issues**, v. 46, n. 1, p. 27-46, 1990.

BANDURA, Albert et al. Social cognitive theory of self-regulation. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 50, n. 2, p. 248-287, 1991.

BANDURA, Albert. Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning. **Educational psychologist**, v. 28, n. 2, p. 117-148, 1993.

BANDURA, Albert. Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. **Personality and social psychology review**, v. 3, n. 3, p. 193-209, 1999.

BANDURA, Albert. Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. **Journal of moral education**, v. 31, n. 2, p. 101-119, 2002.

BANDURA, Albert. Social cognitive theory in cultural context. **Applied psychology**, v. 51, n. 2, p. 269-290, 2002.

BANDURA, Albert et al. Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. **Journal of personality and social psychology**, v. 71, n. 2, p. 364, 1996.

- BANDURA, Albert et al. Sociocognitive self-regulatory mechanisms governing transgressive behavior. **Journal of personality and social psychology**, v. 80, n. 1, p. 125, 2001.
- BAO, Zhenzhou et al. Parental attachment and Chinese adolescents' delinquency: The mediating role of moral disengagement. **Journal of adolescence**, v. 44, p. 37-47, 2015.
- BARCHIA, Kirstin; BUSSEY, Kay. Individual and collective social cognitive influences on peer aggression: Exploring the contribution of aggression efficacy, moral disengagement, and collective efficacy. **Aggressive behavior**, v. 37, n. 2, p. 107-120, 2011.
- BARKOUKIS, Vassilis et al. Tackling psychosocial risk factors for adolescent cyberbullying: Evidence from a school-based intervention. **Aggressive behavior**, v. 42, n. 2, p. 114-122, 2016.
- BARRIGA, Alvaro Q.; GIBBS, John C. Measuring cognitive distortion in antisocial youth: Development and preliminary validation of the "How I Think" questionnaire. **Aggressive Behavior: Official Journal of the International Society for Research on Aggression**, v. 22, n. 5, p. 333-343, 1996.
- BARSKY, Adam. Investigating the effects of moral disengagement and participation on unethical work behavior. **Journal of business ethics**, v. 104, n. 1, p. 59, 2011.
- BEHR, Dorothée; SHISHIDO, Kuniaki. 19 The Translation of Measurement Instruments for CrossCultural Surveys. **The SAGE handbook of survey methodology**, 2016.
- BJÄREHED, Marlene et al. Mechanisms of moral disengagement and their associations with indirect bullying, direct bullying, and pro-aggressive bystander behavior. **The Journal of Early Adolescence**, v. 40, n. 1, p. 28-55, 2020.
- BLUM, Robert Wm; LI, Mengmeng; NARANJO-RIVERA, Gia. Measuring adverse child experiences among young adolescents globally: Relationships with depressive symptoms and violence perpetration. **Journal of Adolescent Health**, v. 65, n. 1, p. 86-93, 2019.
- BODEN, Joseph M.; FERGUSSON, David M.; HORWOOD, L. John. Risk factors for conduct disorder and oppositional/defiant disorder: evidence from a New Zealand birth cohort. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 49, n. 11, p. 1125-1133, 2010.
- BOTTOMS, Anthony; TANKEBE, Justice. Beyond procedural justice: A dialogic approach to legitimacy in criminal justice. **The journal of criminal law and criminology**, p. 119-170, 2012.
- BREINES, Ingeborg; CONNELL, Raewyn; EIDE, Ingrid (Ed.). **Male roles, masculinities and violence: A culture of peace perspective**. Unesco, 2000.
- BROWN, David W. et al. Exposure to physical and sexual violence and adverse health behaviours in African children: results from the Global School-based Student Health Survey. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 87, p. 447-455, 2009.

BRUGMAN, Daniel; BINK, Martine D. Effects of the EQUIP peer intervention program on self-serving cognitive distortions and recidivism among delinquent male adolescents. **Psychology, Crime & Law**, v. 17, n. 4, p. 345-358, 2011.

BRUGMAN, Daniel; GIBBS, John C. The EQUIP program: towards an evidence-based program for the prevention and reduction of antisocial behavior. **Journal of Research in Character Education**, v. 8, n. 1, 2010.

BUIST, Kirsten L. et al. The reciprocal relationship between early adolescent attachment and internalizing and externalizing problem behaviour. **Journal of adolescence**, v. 27, n. 3, p. 251-266, 2004.

BURT, S. Alexandra. How do we optimally conceptualize the heterogeneity within antisocial behavior? An argument for aggressive versus non-aggressive behavioral dimensions. **Clinical psychology review**, v. 32, n. 4, p. 263-279, 2012.

BUSSEY, Kay; FITZPATRICK, Sally; RAMAN, Amrutha. The role of moral disengagement and self-efficacy in cyberbullying. **Journal of School Violence**, v. 14, n. 1, p. 30-46, 2015.

BUSSEY, Kay; QUINN, Catherine; DOBSON, Jane. The moderating role of empathic concern and perspective taking on the relationship between moral disengagement and aggression. **Merrill-Palmer Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 10-29, 2015.

BUSTAMANTE, Andrea; CHAUX, Enrique. Reducing moral disengagement mechanisms: A comparison of two interventions. **Journal of Latino/Latin American Studies**, v. 6, n. 1, p. 52-54, 2014.

BUTCHART, A. (2015) Where Do We Want to Get and How? Outline the Challenges Global Strategies to Reduce Violence by 50% in 30 Years. **Findings from the WHO and University of Cambridge Global Violence Reduction Conference 2014** (Cambridge: University of Cambridge, 2015).

BUTCHART, Alexander et al. Global status report on violence prevention 2014. 2015.

CAMODECA, Marina; TARASCHI, Emanuela. Like father, like son? The link between parents' moral disengagement and children's externalizing behaviors. **Merrill-Palmer Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 173-191, 2015.

CAMPAERT, Kristel; NOCENTINI, Annalaura; MENESINI, Ersilia. The role of poor parenting and parental approval for children's moral disengagement. **Journal of Child and Family Studies**, v. 27, n. 8, p. 2656-2667, 2018.

CAPRARA, Gian Vittorio et al. The contribution of moral disengagement in mediating individual tendencies toward aggression and violence. **Developmental psychology**, v. 50, n. 1, p. 71, 2014.

CARAVITA, Simona CS; CILLESSEN, Antonius HN. Agentic or communal? Associations between interpersonal goals, popularity, and bullying in middle childhood and early adolescence. **Social Development**, v. 21, n. 2, p. 376-395, 2012.

CARAVITA, Simona CS et al. Peer influences on moral disengagement in late childhood and early adolescence. **Journal of youth and adolescence**, v. 43, n. 2, p. 193-207, 2014.

CARLINER, Hannah et al. Trauma exposure and externalizing disorders in adolescents: results from the National Comorbidity Survey Adolescent Supplement. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 56, n. 9, p. 755-764. e3, 2017.

CARLINER, Hannah et al. Childhood trauma and illicit drug use in adolescence: A population-based national comorbidity survey replication—adolescent supplement study. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 55, n. 8, p. 701-708, 2016.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC) et al. Trends in the Prevalence of Behaviors That Contribute to Violence National YRBS: 1991—2017. 2019.

CHEN, Diane; DRABICK, Deborah AG; BURGERS, Darcy E. A developmental perspective on peer rejection, deviant peer affiliation, and conduct problems among youth. **Child Psychiatry & Human Development**, v. 46, n. 6, p. 823-838, 2015.

COKER, Kendell L. et al. The effect of social problem solving skills in the relationship between traumatic stress and moral disengagement among inner-city African American high school students. **Journal of child & adolescent trauma**, v. 7, n. 2, p. 87-95, 2014.

CRICK, Nicki R.; DODGE, Kenneth A. A review and reformulation of social information-processing mechanisms in children's social adjustment. **Psychological bulletin**, v. 115, n. 1, p. 74, 1994.

CULLEN F.T., WILCOX, P. (2010). "Sykes, Gresham M., and David Matza: Techniques of Neutralization". **Encyclopedia of Criminological Theory**. SAGE Publications, Online ISBN: 9781412959193.

DALHBERG, L. L.; MERCY, J. A. History of violence as a public health problem. **Virtual Mentor: American Medical Association Journal of Ethics**, v. 11, n. 2, p. 167-172, 2009.

DAHLBERG, Linda L. et al. Measuring violence-related attitudes, behaviors, and influences among youths: A compendium of assessment tools. **Centers for disease control and prevention**, 2005.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163-1178, 2006.

DAHLBERG, Linda L.; POTTER, Lloyd B. Youth violence: Developmental pathways and prevention challenges. **American journal of preventive medicine**, v. 20, n. 1, p. 3-14, 2001.

DE CAROLI, Maria Elvira; SAGONE, Elisabetta. Mechanisms of moral disengagement: An analysis from early adolescence to youth. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 140, p. 312-317, 2014.

DELISI, Matt et al. Dynamics of psychopathy and moral disengagement in the etiology of crime. **Youth Violence and Juvenile Justice**, v. 12, n. 4, p. 295-314, 2014.

DENSON, Thomas F.; DEWALL, C. Nathan; FINKEL, Eli J. Self-control and aggression. **Current Directions in Psychological Science**, v. 21, n. 1, p. 20-25, 2012.

DODGE, Kenneth A. et al. Peer rejection and social information-processing factors in the development of aggressive behavior problems in children. **Child development**, v. 74, n. 2, p. 374-393, 2003.

EISENBERG, Nancy. Emotion, regulation, and moral development. **Annual review of psychology**, v. 51, n. 1, p. 665-697, 2000.

EISENBERG, Nancy et al. Prosocial development in late adolescence: a longitudinal study. **Child development**, v. 66, n. 4, p. 1179-1197, 1995.

EISENBERG, Nancy et al. Age changes in prosocial responding and moral reasoning in adolescence and early adulthood. **Journal of research on adolescence**, v. 15, n. 3, p. 235-260, 2005.

EISENBERG, Nancy et al. The relations of parental characteristics and practices to children's vicarious emotional responding. **Child development**, v. 62, n. 6, p. 1393-1408, 1991.

EISNER, Manuel. Human evolution, history and violence: An introduction. 2011.

EISNER, Manuel; MALTI, Tina. The future of research on evidence-based developmental violence prevention in Europe—Introduction to the focus section. **International Journal of Conflict and Violence (IJCV)**, v. 6, n. 2, p. 166-175, 2012.

EISNER, Manuel; RIBEAUD, Denis. Conducting a criminological survey in a culturally diverse context: Lessons from the Zurich Project on the Social Development of Children. **European Journal of Criminology**, v. 4, n. 3, p. 271-298, 2007.

ETTEKAL, Idean; LADD, Gary W. Developmental pathways from childhood aggression—disruptiveness, chronic peer rejection, and deviant friendships to early-adolescent rule breaking. **Child development**, v. 86, n. 2, p. 614-631, 2015.

EUROGANG YOUTH SURVEY. Retrieved from <https://www.umsl.edu/ccj/Eurogang/euroganghome.html>.

FAGAN, Jeffrey; TYLER, Tom R. Legal socialization of children and adolescents. **Social justice research**, v. 18, n. 3, p. 217-241, 2005.

FARRINGTON, David P. Predictors, causes, and correlates of male youth violence. **Crime and justice**, v. 24, p. 421-475, 1998.

FEKKES, Minne et al. Do bullied children get ill, or do ill children get bullied? A prospective cohort study on the relationship between bullying and health-related symptoms. **Pediatrics**, v. 117, n. 5, p. 1568-1574, 2006.

FONTAINE, Reid Griffith et al. The mediating role of moral disengagement in the developmental course from peer rejection in adolescence to crime in early adulthood. **Psychology, Crime & Law**, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2014.

FORD, Julian D. et al. Poly-victimization and risk of posttraumatic, depressive, and substance use disorders and involvement in delinquency in a national sample of adolescents. **Journal of Adolescent Health**, v. 46, n. 6, p. 545-552, 2010.

FOWLER, Patrick J. et al. Community violence: A meta-analysis on the effect of exposure and mental health outcomes of children and adolescents. **Development and psychopathology**, v. 21, n. 1, p. 227-259, 2009.

FRISBY-OSMAN, Sarah; WOOD, Jane L. Rethinking how we view gang members: an examination into affective, behavioral, and mental health predictors of UK gang-involved youth. **Youth justice**, v. 20, n. 1-2, p. 93-112, 2020.

GARBARINO, James. An ecological perspective on the effects of violence on children. **Journal of Community Psychology**, v. 29, n. 3, p. 361-378, 2001.

GEIER, Charles F. Adolescent cognitive control and reward processing: implications for risk taking and substance use. **Hormones and behavior**, v. 64, n. 2, p. 333-342, 2013.

GINI, Gianluca. Social cognition and moral cognition in bullying: What's wrong?. **Aggressive Behavior: Official Journal of the International Society for Research on Aggression**, v. 32, n. 6, p. 528-539, 2006.

GINI, Gianluca. Italian elementary and middle school students' blaming the victim of bullying and perception of school moral atmosphere. **The Elementary School Journal**, v. 108, n. 4, p. 335-354, 2008.

GINI, Gianluca et al. Does empathy predict adolescents' bullying and defending behavior?. **Aggressive Behavior: Official Journal of the International Society for Research on Aggression**, v. 33, n. 5, p. 467-476, 2007.

GINI, Gianluca; POZZOLI, Tiziana; BUSSEY, Kay. Moral disengagement moderates the link between psychopathic traits and aggressive behavior among early adolescents. **Merrill-Palmer Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 51-67, 2015.

GINI, Gianluca; POZZOLI, Tiziana; HYMEL, Shelley. Moral disengagement among children and youth: A meta-analytic review of links to aggressive behavior. **Aggressive behavior**, v. 40, n. 1, p. 56-68, 2014.

GRASMICK, Harold G. et al. Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 30, n. 1, p. 5-29, 1993.

GROH, Ashley M. et al. The significance of insecure and disorganized attachment for children's internalizing symptoms: A meta-analytic study. **Child development**, v. 83, n. 2, p. 591-610, 2012.

GUTZWILLER-HELFENFINGER, Eveline. Moral disengagement and aggression: Comments on the special issue. **Merrill-Palmer Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 192-211, 2015.

HARKNESS, Janet et al. Survey questionnaire translation and assessment. **Methods for testing and evaluating survey questionnaires**, v. 546, p. 453-473, 2004.

HELMOND, Petra; OVERBEEK, Geertjan; BRUGMAN, Daniel. Program integrity and effectiveness of a cognitive behavioral intervention for incarcerated youth on cognitive distortions, social skills, and moral development. **Children and Youth Services Review**, v. 34, n. 9, p. 1720-1728, 2012.

HELMOND, Petra et al. A meta-analysis on cognitive distortions and externalizing problem behavior: Associations, moderators, and treatment effectiveness. **Criminal justice and behavior**, v. 42, n. 3, p. 245-262, 2015. HENRICH, Joseph; HEINE, Steven J.; NORENZAYAN, Ara. The weirdest people in the world?. **Behavioral and brain sciences**, v. 33, n. 2-3, p. 61-83, 2010.

HIGGINS, George E.; JENNINGS, Wesley G.; MAHONEY, Margaret. Developmental trajectories of maternal and paternal attachment and delinquency in adolescence. **Deviant Behavior**, v. 31, n. 7, p. 655-677, 2010.

HIRSCHI, Travis. **Causes of delinquency**. Berkeley: University of California Press, 2002.

HODGE, Ken et al. Psychological mechanisms underlying doping attitudes in sport: Motivation and moral disengagement. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 35, n. 4, p. 419-432, 2013.

HODGE, Ken et al. Psychological mechanisms underlying doping attitudes in sport: Motivation and moral disengagement. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 35, n. 4, p. 419-432, 2013.

HOEVE, Machteld et al. A meta-analysis of attachment to parents and delinquency. **Journal of abnormal child psychology**, v. 40, n. 5, p. 771-785, 2012.

HYDE, Luke W.; SHAW, Daniel S.; MOILANEN, Kristin L. Developmental precursors of moral disengagement and the role of moral disengagement in the development of antisocial behavior. **Journal of abnormal child psychology**, v. 38, n. 2, p. 197-209, 2010.

HYMEL, Shelley; ROCKE-HENDERSON, Natalie; BONANNO, Rina A. Moral disengagement: A framework for understanding bullying among adolescents. **Journal of Social Sciences**, v. 8, n. 1, p. 1-11, 2005.

INCHLEY, Jo; CURRIE, Dorothy. **Growing up unequal: gender and socioeconomic differences in young people's health and well-being. Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) study: international report from the 2013/2014 survey**. World Health Organization, 2016.

ISHOY, Glen A. Exploring morality as a mediator of the association between parenting practices and violent and property offending among a sample of juvenile delinquents. **Crime & Delinquency**, v. 63, n. 2, p. 113-136, 2017.

JANOSZ, Michel; GEORGES, Patricia; PARENT, Sophie. L'environnement socioéducatif à l'école secondaire: un modèle théorique pour guider l'évaluation du milieu. **Revue canadienne de psycho-éducation**, v. 27, n. 2, p. 285-306, 1998.

KFN Pupils' Survey. Retrieved from <https://en.kfn.de/research-projects/school-surveys/>.

KRISCH, Maria et al. Global strategies to reduce violence by 50% in 30 years: findings from the WHO and University of Cambridge Global Violence Reduction Conference 2014. 2015.

KRUG, Etienne G. et al. The world report on violence and health. **The lancet**, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, 2002.

LAIBLE, Deborah J.; THOMPSON, Ross A. Mother-child conflict in the toddler years: Lessons in emotion, morality, and relationships. **Child development**, v. 73, n. 4, p. 1187-1203, 2002.

LEVY, Renata Bertazzi et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3085-3097, 2010.

LI, Jian-Bin et al. Moral disengagement moderates the predicted effect of trait self-control on self-reported aggression. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 17, n. 4, p. 312-318, 2014.

LIN, Shuang et al. Peer victimization and aggressive behavior among Chinese adolescents: delinquent peer affiliation as a mediator and parental knowledge as a moderator. **Frontiers in psychology**, v. 9, p. 1036, 2018.

LOCH, Ana Paula et al. Victims, bullies and bully-victims: prevalence and association with negative health outcomes from a cross-sectional study in São Paulo, Brazil. **International journal of public health**, v. 65, n. 8, p. 1485-1495, 2020.

LONGOBARDI, C. et al. School violence in two Mediterranean countries: Italy and Albania. **Children and Youth Services Review**, v. 82, p. 254-261, 2017.

LUTHAR, Suniya S.; CROSSMAN, Elizabeth J.; SMALL, Phillip J. Resilience and adversity. **Handbook of child psychology and developmental science**, p. 1-40, 2015.

LYNCH, Michael. Consequences of children's exposure to community violence. **Clinical child and family psychology review**, v. 6, n. 4, p. 265-274, 2003.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Factors associated with injuries in adolescents, from the National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 183-202, 2014.

MALTI, Tina; KELLER, Monika. The relation of elementary-school children's externalizing behaviour to emotion attributions, evaluation of consequences, and moral reasoning. **European Journal of Developmental Psychology**, v. 6, n. 5, p. 592-614, 2009.

- MALTI, Tina; KRETTENAUER, Tobias. The relation of moral emotion attributions to prosocial and antisocial behavior: A meta-analysis. **Child development**, v. 84, n. 2, p. 397-412, 2013.
- MARCEAU, Kristine et al. Parental knowledge is an environmental influence on adolescent externalizing. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 56, n. 2, p. 130-137, 2015.
- MARSH, Penny et al. The changing nature of adolescent friendships: Longitudinal links with early adolescent ego development. **The Journal of early adolescence**, v. 26, n. 4, p. 414-431, 2006.
- MARUNA, Shadd; COPES, Heith. What have we learned from five decades of neutralization research?. **Crime and justice**, v. 32, p. 221-320, 2005.
- MATZA, David; SYKES, Gresham M. Juvenile delinquency and subterranean values. **American sociological review**, p. 712-719, 1961.
- MAZZONE, Angela et al. Moral emotions and moral disengagement: Concurrent and longitudinal associations with aggressive behavior among early adolescents. **The Journal of Early Adolescence**, v. 39, n. 6, p. 839-863, 2019.
- MCALISTER, Alfred L. Moral disengagement: Measurement and modification. **Journal of Peace Research**, v. 38, n. 1, p. 87-99, 2001.
- MCALISTER, Alfred L. et al. Promoting tolerance and moral engagement through peer modeling. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, v. 6, n. 4, p. 363, 2000.
- MENESINI, Ersilia; CAMODECA, Marina. Shame and guilt as behaviour regulators: Relationships with bullying, victimization and prosocial behaviour. **British Journal of Developmental Psychology**, v. 26, n. 2, p. 183-196, 2008.
- MENESINI, Ersilia et al. Moral emotions and bullying: A cross-national comparison of differences between bullies, victims and outsiders. **Aggressive Behavior: Official Journal of the International Society for Research on Aggression**, v. 29, n. 6, p. 515-530, 2003.
- MESSNER, Steven F. Morality, markets, and the ASC: 2011 presidential address to the American Society of Criminology. **Criminology**, v. 50, n. 1, p. 5-25, 2012.
- MILLER, Gregory E.; CHEN, Edith; PARKER, Karen J. Psychological stress in childhood and susceptibility to the chronic diseases of aging: moving toward a model of behavioral and biological mechanisms. **Psychological bulletin**, v. 137, n. 6, p. 959, 2011.
- MOFFITT, Terrie E.; CASPI, Avshalom. Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. **Development and psychopathology**, v. 13, n. 2, p. 355-375, 2001.
- MORRIS, Robert G.; COPES, Heith. Exploring the temporal dynamics of the neutralization/delinquency relationship. **Criminal Justice Review**, v. 37, n. 4, p. 442-460, 2012.

MOYLAN, Carrie A. et al. The effects of child abuse and exposure to domestic violence on adolescent internalizing and externalizing behavior problems. **Journal of family Violence**, v. 25, n. 1, p. 53-63, 2010.

MURRAY, Christopher JL et al. Disability-adjusted life years (DALYs) for 291 diseases and injuries in 21 regions, 1990–2010: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2010. **The lancet**, v. 380, n. 9859, p. 2197-2223, 2012.

MURRAY, Joseph; DE CASTRO CERQUEIRA, Daniel Ricardo; KAHN, Tulio. Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors. **Aggression and violent behavior**, v. 18, n. 5, p. 471-483, 2013.

MURRAY, Joseph et al. Perinatal and sociodemographic factors at birth predicting conduct problems and violence to age 18 years: comparison of Brazilian and British birth cohorts. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 56, n. 8, p. 914-922, 2015.

MURRAY, Joseph et al. Risk factors for antisocial behavior in low-and middle-income countries: a systematic review of longitudinal studies. **Crime and justice**, v. 47, n. 1, p. 255-364, 2018.

MURRAY-CLOSE, Dianna; CRICK, Nicki R.; GALOTTI, Kathleen M. Children's moral reasoning regarding physical and relational aggression. **Social Development**, v. 15, n. 3, p. 345-372, 2006.

NAS, Coralijn N.; BRUGMAN, Daniel; KOOPS, Willem. Effects of the EQUIP programme on the moral judgement, cognitive distortions, and social skills of juvenile delinquents. **Psychology, Crime & Law**, v. 11, n. 4, p. 421-434, 2005.

NELSON, David A.; CRICK, Nicki R. Rose-colored glasses: Examining the social information-processing of prosocial young adolescents. **The Journal of Early Adolescence**, v. 19, n. 1, p. 17-38, 1999.

NEWTON, Nicola C. et al. Universal Internet-based prevention for alcohol and cannabis use reduces truancy, psychological distress and moral disengagement: a cluster randomised controlled trial. **Preventive medicine**, v. 65, p. 109-115, 2014.

NEWTON, Nicola Clare; HAVARD, Alys; TEESSON, Maree. The association between moral disengagement, psychological distress, resistive self-regulatory efficacy and alcohol and cannabis use among adolescents in Sydney, Australia. **Addiction Research & Theory**, v. 20, n. 3, p. 261-269, 2012.

NIVETTE, Amy E. Violence in non-state societies: A review. **The British Journal of Criminology**, v. 51, n. 3, p. 578-598, 2011.

NORET, Nathalie; HUNTER, Simon C.; RASMUSSEN, Susan. The relationship between peer victimization, cognitive appraisals, and adjustment: a systematic review. **Journal of school violence**, v. 17, n. 4, p. 451-471, 2018.

NORMAN, Rosana E. et al. The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: a systematic review and meta-analysis. **PLoS Med**, v. 9, n. 11, p. e1001349, 2012.

NUCCI, Larry P. **Education in the moral domain**. Cambridge University Press, 2001.

NUSSLOCK, Robin; MILLER, Gregory E. Early-life adversity and physical and emotional health across the lifespan: a neuroimmune network hypothesis. **Biological psychiatry**, v. 80, n. 1, p. 23-32, 2016.

OBERMANN, Marie-Louise. Moral disengagement in self-reported and peer-nominated school bullying. **Aggressive behavior**, v. 37, n. 2, p. 133-144, 2011.

OLWEUS, Dan. School bullying: Development and some important challenges. **Annual review of clinical psychology**, v. 9, p. 751-780, 2013.

OSTROV, Jamie M. Prospective associations between peer victimization and aggression. **Child Development**, v. 81, n. 6, p. 1670-1677, 2010.

PACIELLO, Marinella; FIDA, Roberta; TRAMONTANO, Carlo. The developmental relation between moral disengagement and aggregation with deviant peers in understanding violent adolescent behavior. In: **Handbook on the Psychology of Violence**. Nova Science Publishers, Inc., 2012. p. 199-213.

PACIELLO, Marinella et al. High cost helping scenario: The role of empathy, prosocial reasoning and moral disengagement on helping behavior. **Personality and Individual Differences**, v. 55, n. 1, p. 3-7, 2013.

PACIELLO, Marinella et al. Stability and change of moral disengagement and its impact on aggression and violence in late adolescence. **Child Development**, v. 79, n. 5, p. 1288-1309, 2008.

PATTON, Desmond Upton et al. A review of research on school bullying among African American youth: an ecological systems analysis. **Educational Psychology Review**, v. 25, n. 2, p. 245-260, 2013.

PERES, M. F. T. et al. Violência, bullying E repercussões Na saúde: resultados do projeto São Paulo para O desenvolvimento social de crianças E adolescentes (SP-PROSO). **Departamento de medicina Preventiva/FMUSP**, p. 1-154, 2018.

PISA. Country Note Brazil 2015. OECD. <https://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Brazil.pdf>

POZZOLI, Tiziana; GINI, Gianluca. Active defending and passive bystanding behavior in bullying: The role of personal characteristics and perceived peer pressure. **Journal of abnormal child psychology**, v. 38, n. 6, p. 815-827, 2010.

RAMIRES, Vera Regina Röhnelt; SCHNEIDER, Michele Scheffel. Revisiting some attachment theory concepts: behavior versus representation?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 25-33, 2010.

REICHENHEIM, Michael Eduardo et al. Violence and injuries in Brazil: the effect, progress made, and challenges ahead. **The Lancet**, v. 377, n. 9781, p. 1962-1975, 2011.

RIBEAUD, Denis; EISNER, Manuel. Are moral disengagement, neutralization techniques, and self-serving cognitive distortions the same? Developing a unified scale

of moral neutralization of aggression. **International Journal of Conflict and Violence (IJCV)**, v. 4, n. 2, p. 298-315, 2010.

RIBEAUD, Denis; EISNER, Manuel. The nature of the association between moral neutralization and aggression: A systematic test of causality in early adolescence. **Merrill-Palmer Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 68-84, 2015.

ROOS, Sanna; SALMIVALLI, Christina; HODGES, Ernest VE. Emotion regulation and negative emotionality moderate the effects of moral (dis) engagement on aggression. **Merrill-Palmer Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 30-50, 2015.

ROYSTON, Patrick et al. Multiple imputation by chained equations (MICE): implementation in Stata. **J Stat Softw**, v. 45, n. 4, p. 1-20, 2011.

RUBACK, R. Barry; SHAFFER, Jennifer N.; CLARK, Valerie A. Easy access to firearms: Juveniles' risks for violent offending and violent victimization. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 26, n. 10, p. 2111-2138, 2011.

RUBIO-GARAY, Fernando; CARRASCO, Miguel A.; AMOR, Pedro J. Aggression, anger and hostility: evaluation of moral disengagement as a mediational process. **Scandinavian journal of psychology**, v. 57, n. 2, p. 129-135, 2016.

SHELTON, Karen K.; FRICK, Paul J.; WOOTTON, Jane. Assessment of parenting practices in families of elementary school-age children. **Journal of clinical child psychology**, v. 25, n. 3, p. 317-329, 1996.

SHEN, Yuh-Ling; CARLO, Gustavo; KNIGHT, George P. Relations between parental discipline, empathy-related traits, and prosocial moral reasoning: A multicultural examination. **The Journal of Early Adolescence**, v. 33, n. 7, p. 994-1021, 2013.

SHULMAN, Elizabeth P. et al. Moral disengagement among serious juvenile offenders: A longitudinal study of the relations between morally disengaged attitudes and offending. **Developmental psychology**, v. 47, n. 6, p. 1619, 2011.

SIJTSEMA, Jelle J. et al. Friendship selection and influence in bullying and defending: Effects of moral disengagement. **Developmental psychology**, v. 50, n. 8, p. 2093, 2014.

SOURANDER, Andre et al. Childhood bullies and victims and their risk of criminality in late adolescence: the Finnish From a Boy to a Man study. **Archives of pediatrics & adolescent medicine**, v. 161, n. 6, p. 546-552, 2007.

SPEAR, Linda Patia. Adolescent neurodevelopment. **Journal of adolescent health**, v. 52, n. 2, p. S7-S13, 2013.

STEINBERG, Laurence. A dual systems model of adolescent risk-taking. **Developmental Psychobiology: The Journal of the International Society for Developmental Psychobiology**, v. 52, n. 3, p. 216-224, 2010.

STEINBERG, Laurence; MORRIS, Amanda Sheffield. Adolescent development. **Annual review of psychology**, v. 52, n. 1, p. 83-110, 2001.

- STODDARD, Sarah A.; ZIMMERMAN, Marc A.; BAUERMEISTER, José A. A longitudinal analysis of cumulative risks, cumulative promotive factors, and adolescent violent behavior. **Journal of Research on Adolescence**, v. 22, n. 3, p. 542-555, 2012.
- STRANG, Nicole Marie; CHEIN, Jason M.; STEINBERG, Laurence. The value of the dual systems model of adolescent risk-taking. **Frontiers in human neuroscience**, v. 7, p. 223, 2013.
- SULLIVAN, Terri N.; FARRELL, Albert D.; KLIEWER, Wendy. Peer victimization in early adolescence: Association between physical and relational victimization and drug use, aggression, and delinquent behaviors among urban middle school students. **Development and psychopathology**, v. 18, n. 1, p. 119-137, 2006.
- SYKES, Gresham M.; MATZA, David. Techniques of neutralization: A theory of delinquency. **American sociological review**, v. 22, n. 6, p. 664-670, 1957.
- THAPA, Amrit et al. A review of school climate research. **Review of educational research**, v. 83, n. 3, p. 357-385, 2013.
- THORNBERG, Robert; JUNGERT, Tomas. Bystander behavior in bullying situations: Basic moral sensitivity, moral disengagement and defender self-efficacy. **Journal of adolescence**, v. 36, n. 3, p. 475-483, 2013.
- THORNBERG, Robert et al. Children's conceptions of bullying and repeated conventional transgressions: moral, conventional, structuring and personal-choice reasoning. **Educational Psychology**, v. 36, n. 1, p. 95-111, 2016.
- TILLMAN, C. et al. A multi-functional view of moral disengagement: Exploring the effects of learning the consequences. **Frontiers in psychology**, v. 8, p. 2286, 2018.
- TRAJTENBERG, Nico; EISNER, Manuel. Towards a more effective violence prevention policy in Uruguay. **Montevideo: University of Cambridge, Universidad de la República, Administración Nacional de Educación Pública**, 2015.
- TREMBLAY, Richard E. The development of aggressive behaviour during childhood: What have we learned in the past century?. **International journal of behavioral development**, v. 24, n. 2, p. 129-141, 2000.
- TREMBLAY, Richard E. Developmental origins of disruptive behaviour problems: the 'original sin' hypothesis, epigenetics and their consequences for prevention. **Journal of child psychology and psychiatry**, v. 51, n. 4, p. 341-367, 2010.
- TRINKNER, Rick; COHN, Ellen S. Putting the "social" back in legal socialization: Procedural justice, legitimacy, and cynicism in legal and nonlegal authorities. **Law and Human Behavior**, v. 38, n. 6, p. 602, 2014.
- TOFI, Maria M. et al. Bullying victimization and later anxiety and depression among pre-adolescents in Switzerland. **Journal of Aggression, Conflict and Peace Research**, 2011.
- UY, Jessica P.; GALVÁN, Adriana. Acute stress increases risky decisions and dampens prefrontal activation among adolescent boys. **Neuroimage**, v. 146, p. 679-689, 2017.

- VAN LIER, Pol AC et al. Developmental links between trajectories of physical violence, vandalism, theft, and alcohol-drug use from childhood to adolescence. **Journal of abnormal child psychology**, v. 37, n. 4, p. 481, 2009.
- VAN STAM, M. A. et al. The effectiveness of EQUIP on sociomoral development and recidivism reduction: A meta-analytic study. **Children and youth services review**, v. 38, p. 44-51, 2014.
- VAN WIDENFELT, Brigit M. et al. Translation and cross-cultural adaptation of assessment instruments used in psychological research with children and families. **Clinical child and family psychology review**, v. 8, n. 2, p. 135-147, 2005.
- VICTORA, Cesar G. et al. The role of conceptual frameworks in epidemiological analysis: a hierarchical approach. **International journal of epidemiology**, v. 26, n. 1, p. 224-227, 1997.
- VISCONTI, Kari Jeanne; LADD, Gary W.; KOCHENDERFER-LADD, Becky. The role of moral disengagement in the associations between children's social goals and aggression. **Merrill-Palmer Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 101-123, 2015.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Homicides of children and adolescents in Brazil**. Igarape Institute., 2017.
- WANG, Cixin; GOLDBERG, Taryn S. Using children's literature to decrease moral disengagement and victimization among elementary school students. **Psychology in the Schools**, v. 54, n. 9, p. 918-931, 2017.
- WANG, Cixin et al. The Bullying Literature Project: using children's literature to promote prosocial behavior and social-emotional outcomes among elementary school students. **Contemporary school psychology**, v. 19, n. 4, p. 320-329, 2015.
- WANG, Cixin et al. Longitudinal relationships between bullying and moral disengagement among adolescents. **Journal of youth and adolescence**, v. 46, n. 6, p. 1304-1317, 2017.
- WANG, Mingzhong; WU, Xiujuan; CHONG, Daohan. Different mechanisms of moral disengagement as multiple mediators in the association between harsh parenting and adolescent aggression. **Personality and individual differences**, v. 139, p. 24-27, 2019.
- WANG, Xingchao et al. Moral disengagement as mediator and moderator of the relation between empathy and aggression among Chinese male juvenile delinquents. **Child Psychiatry & Human Development**, v. 48, n. 2, p. 316-326, 2017.
- WHITE, Fiona A.; MATAWIE, Kenan M. Parental morality and family processes as predictors of adolescent morality. **Journal of Child and Family studies**, v. 13, n. 2, p. 219-233, 2004.
- WIKSTROM, Per-Olof H.; BUTTERWORTH, David A. **Adolescent crime**. Routledge, 2013..

WIKSTRÖM, Per-Olof H.; SVENSSON, Robert. When does self-control matter? The interaction between morality and self-control in crime causation. **European Journal of Criminology**, v. 7, n. 5, p. 395-410, 2010.

WIKSTRÖM, Per-Olof H. et al. **Breaking rules: The social and situational dynamics of young people's urban crime**. OUP Oxford, 2012.

WIKSTRÖM, Per-Olof H.; TSELONI, Andromachi; KARLIS, Dimitris. Do people comply with the law because they fear getting caught?. **European Journal of Criminology**, v. 8, n. 5, p. 401-420, 2011.

WIKSTRÖM, Per-Olof H.; TREIBER, Kyle H. Violence as situational action. **International Journal of Conflict and Violence (IJCV)**, v. 3, n. 1, p. 75-96, 2009.

WIKSTRÖM, Per-Olof H. Individuals, settings, and acts of crime: Situational mechanisms and the explanation of crime. **The explanation of crime: Context, mechanisms and development**, p. 61-107, 2006.

WILKINSON, Deanna L.; CARR, Patrick J. Violent youths' responses to high levels of exposure to community violence: What violent events reveal about youth violence. **Journal of Community Psychology**, v. 36, n. 8, p. 1026-1051, 2008.

WOLF, Erika J.; SCHNURR, Paula P. Developing comprehensive models of the effects of stress and trauma on biology, brain, behavior, and body. **Biological psychiatry**, v. 80, n. 1, p. 6-8, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Violence: a public health priority. **WHO global consultation on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Changing cultural and social norms that support violence. 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Health for the world's adolescents: a second chance in the second decade: summary**. World Health Organization, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Preventing youth violence: an overview of the evidence**. World Health Organization, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **INSPIRE: Seven strategies for ending violence against children**. World Health Organization, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2017). Retrieved from <http://apps.who.int/violence-info/about>.

WRIGHT, Rosalind J. et al. Community violence and asthma morbidity: the Inner-City Asthma Study. **American journal of public health**, v. 94, n. 4, p. 625-632, 2004.

WYATT, Jennifer M.; CARLO, Gustavo. What Will My Parents Think? Relations Amongadolescents' Expected Parental Reactions, Prosocial Moral Reasoning, and Prosocial and Antisocial Behaviors. **Journal of Adolescent Research**, v. 17, n. 6, p. 646-666, 2002..

ZYCH, Izabela et al. Parental moral disengagement induction as a predictor of bullying and cyberbullying: Mediation by children's moral disengagement, moral emotions, and validation of a questionnaire. **Child Indicators Research**, p. 1-19, 2019.